



UNIVERSIDADE FEDERAL DE ALAGOAS
FACULDADE DE LETRAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM LETRAS E LINGUÍSTICA

ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA

**O PAPEL DAS ONGS NO BRASIL NEOLIBERAL: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
OU REPRODUÇÃO DO DISCURSO MERCADOLÓGICO?**

Maceió
2013

ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA

**O PAPEL DAS ONGS NO BRASIL NEOLIBERAL: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
OU REPRODUÇÃO DO DISCURSO MERCADOLÓGICO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas (PPGLL/UFAL), para a obtenção do grau de Mestre em Linguística.

Área de concentração: Discurso - Sujeito, História e Ideologia.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Stela Torres Barros Lameiras.

Maceió
2013

Catálogo na fonte
Universidade Federal de Alagoas
Biblioteca Central
Divisão de Tratamento Técnico
Bibliotecária Responsável: Fabiana Camargo dos Santos

O48p

Oliveira, Ana Paula Santos de.

O papel das ONGs no Brasil neoliberal : transformação social ou reprodução do discurso mercadológico / Ana Paula Santos de Oliveira. – 2013.

114 f.

Orientadora: Maria Stela Torres Barros Lameiras.

Dissertação (Mestrado em Letras e Linguística : Linguística) – Universidade Federal de Alagoas. Faculdade de Letras. Programa de Pós-Graduação em Letras e Linguística. Maceió, 2013.

Bibliografia: f. 107-110.

Anexos: f. 111-114.

1. Inclusão social. 2. Política neoliberal – Discurso. 3. Análise do discurso. 4. Comitê para Democratização da Informática. I. Título.

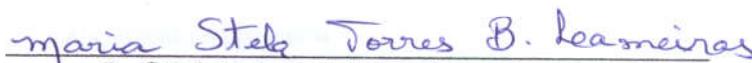
CDU: 801:316.4

ANA PAULA SANTOS DE OLIVEIRA

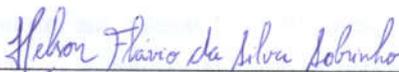
**O PAPEL DAS ONGS NO BRASIL NEOLIBERAL: TRANSFORMAÇÃO SOCIAL
OU REPRODUÇÃO DO DISCURSO MERCADOLÓGICO?**

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Letras e Linguística da Universidade Federal de Alagoas como requisito para obtenção do título de mestre em Linguística.

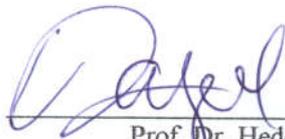
COMISSÃO EXAMINADORA



Prof.^a Dr.^a Maria Stela Torres Barros Lameiras
1º Examinador (Orientador)



Prof. Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho
2º Examinador



Prof. Dr. Heder Cleber de Castro Rangel
3º Examinador

AGRADECIMENTOS

Gostaria de agradecer a algumas pessoas, dentre as muitas que me ajudaram a realizar este estudo.

Em especial aos meus pais, que me ensinaram a questionar, e aos meus irmãos, sempre presentes na minha vida.

À Profa. Dra. Magnólia Rejane Andrade dos Santos, pelo incentivo desde os primeiros passos na pesquisa científica.

À Profa. Dra. Maria Stela Torres Barros Lameiras, pela orientação, confiança e incentivo durante o desenvolvimento da pesquisa.

Aos membros da banca, Dr. Helson Flávio da Silva Sobrinho e Dr. Heder Cleber de Castro Rangel, por aceitarem prontamente o convite para avaliação deste trabalho e pelas valiosas sugestões.

À FAPEAL, pelo financiamento da pesquisa.

Ao Judson, responsável pela biblioteca setorial, pela atenção dispensada durante as consultas e, acima de tudo, pelas palavras de estímulo.

Não poderia deixar de agradecer aos colegas Lídia Ramires, Luciano Araújo, Marília Rocha, Mércia Pimentel, Renata Castro e Simone Natividade, pela convivência e apoio durante o mestrado.

A libertação é um parto. É um parto doloroso. O homem que nasce deste parto é um homem novo que só é viável na e pela superação da contradição opressores-oprimidos, que é a libertação de todos.

- Paulo Freire

RESUMO

Este estudo investiga os efeitos de sentidos a partir da proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI). Surgida em 1995 com o objetivo de diminuir a exclusão digital no Brasil, a instituição parte do princípio de que o acesso à ferramenta computacional possibilita a transformação social em comunidades carentes. Fundamentada na Análise de Discurso de filiação francesa, a pesquisa segue a orientação de Michel Pêcheux, cujo interesse está centrado na ideologia. O estudo recebeu contribuições também de estudiosos como Eni Orlandi, Denise Maldidier e Jean-Jacques Courtine. Levando em consideração que a adesão do Brasil à Política Neoliberal na década de noventa resultou na multiplicação das ONGs e a reformulação de seu papel perante a sociedade, e de que as grandes empresas e os organismos financeiros internacionais se tornaram seus principais aliados, investigamos de que forma o discurso dominante interfere no programa do CDI. Na medida em que a organização sustenta um discurso contraditório, voltado para o uso da informática e de instrumentos empresariais tanto para a inserção de jovens no mercado de trabalho como para a transformação social de comunidades marginalizadas, chegamos à conclusão de que a instituição, em verdade, objetiva a manutenção das relações de produção vigentes, responsáveis, em grande parte, pelas desigualdades sociais.

Palavras-chave: Inclusão social. Política neoliberal. Análise do Discurso.

RÉSUMÉ

L'enjeu de cette étude est de chercher des effets de sens à partir de la proposition pédagogique du Programme d'Inclusion Numérique de l' Organisation non gouvernementale (ONG) Comité pour la démocratisation de l'informatique. Cette organisation a vu le jour en 1995 en tant qu'une alternative d'accès à la qualification professionnelle, conçue, dès ses débuts, avec l'objectif de réduire ce qu'on considère l'apartheid numérique. L'institution part du principe que tout accès aux outils computationnels permet l'inclusion numérique à tous ceux qui font partie des classes sociales les plus défavorisées. Les bases théoriques de cette étude sont dans le cadre de l'Analyse du Discours (AD) aux origines françaises, suivant la branche de Michel Pécheux, dont l'intérêt est centré sur l'idéologie. Cette recherche a aussi reçu des contributions d'autres chercheurs tels que: Eni Orlandi, Denise Maldidier et Jean-Jacques Courtine. En prenant compte que l'adhésion du Brésil à la Politique Néolibérale dans la décennie des années 90 a provoqué la parution multipliée des ONGs ainsi que leur ressignification, aussi bien que leur rôle à l'égard de la société. En dehors de ça, il est important de dire que les grandes entreprises et les organismes financiers internationaux sont devenus leurs premiers alliés. C'est à partir de cette conception que nous avons analysé de quelle façon le discours dominant a des interférences dans le Programme du CDI. Au fur et à mesure que l'organisation tient un discours contradictoire, tourné vers l'utilisation de l'informatique et des instruments des entreprises, que ce soit pour l'insertion des jeunes au marché du travail, que ce soit pour la transformation sociale des communautés marginalisées devant le stimulus dirigé vers le côté entrepreneur, nous pouvons conclure, qu'en fait, l'organisation aide à maintenir les relations de production, en grande partie responsables, par les inégalités sociales.

Mots-clés: Inclusion sociale. Politique néolibérale. Analyse du Discours.

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	8
2	PERCURSO TEÓRICO	15
2.1	Análise de Discurso francesa – Linhas introdutórias	16
2.2	Condições de Produção (CP)	20
2.3	Formação Discursiva (FD)	22
2.4	Posição Sujeito e Formação Ideológica (FI)	25
2.5	Memória Discursiva, Pré-construído, Interdiscurso e Intradiscurso	30
2.6	Silêncio, censura e resistência	32
3	ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL – TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA E RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL	35
3.1	Os primeiros movimentos sociais no Brasil - Práticas ideológicas e sociais...	37
3.2	Ditadura, declínio e ascensão dos movimentos sociais e as primeiras ONGs	42
3.3	Política neoliberal, ruptura ideológica e ascensão das ONGs	50
4	PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DO CDI – INCLUSÃO SOCIAL OU REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO?	58
4.1	Constituição do corpus	58
4.2	Conscientização e transformação social e o antagonismo de classes	60
4.3	A inclusão digital como instrumento para a cidadania	68
4.4	Responsabilidade Social e manutenção das relações de produção	76
4.5	Processo ideológico e identificação do sujeito capitalista	84
4.6	Emancipação social via inclusão digital – Possibilidades e contradições na sociedade capitalista	91
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	101
	REFERÊNCIAS	107
	ANEXOS	111

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho surgiu do interesse em compreender a pluralidade de sentidos que perpassam o discurso do programa de inclusão digital desenvolvido pela ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI), instituição fundada há dezoito anos por Rodrigo Baggio¹, na cidade do Rio de Janeiro, em um contexto marcado pela expansão da política neoliberal no Brasil.

Os questionamentos que nortearam a investigação podem ser sintetizados na seguinte pergunta: como funcionam ideologicamente os dizeres de uma organização direcionada para a qualificação profissional, a formação crítica e a transformação da realidade social de moradores de comunidades carentes, levando-se em consideração que seu surgimento ocorreu durante a expansão da Política do Estado Mínimo?

Partindo da concepção de que todo discurso é produto da relação social, refletindo uma visão de mundo determinada, e de que a educação tanto pode ser direcionada para a manutenção da hierarquia social como pode ser um instrumento para a transformação da sociedade, buscamos analisar, através de sequências discursivas retiradas da proposta pedagógica do CDI, a posição ideológica ocupada pela instituição dentro de uma formação social marcada pela divisão de classes.

O referencial teórico-metodológico norteador é a Análise de Discurso de linha francesa, doravante AD. Segundo Pêcheux, um de seus fundadores, o sentido “é determinado pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” (1988, p.60).

Dito de outra forma, o objeto da AD não é a língua, nem tampouco a fala ou o texto, embora necessite de elementos linguísticos para existir materialmente. Seu objeto de estudo é o discurso, discurso esse que implica uma exterioridade à língua.

¹ Fundador e presidente do CDI, o carioca Rodrigo Baggio já foi apontado como um dos cem líderes globais do futuro, pelo Fórum Econômico Mundial; foi considerado um dos cinquenta líderes latino-americanos que farão diferença no terceiro milênio, pela Time Magazine, e como uma das dez personalidades no mundo no campo do desenvolvimento econômico pela CNN, Time e Fortune. Foi convidado a participar do Conselho de Estratégia da ONU para as Tecnologias da Informação e Comunicação e do Conselho de Educação da Clinton Global Initiative. Conquistou o Prêmio Banco Mundial de Cidadania, o Prêmio Tech Museum Award e o Prêmio World Technology Award, na categoria Empreendedorismo Social, entre outros.

Ao colocar a exterioridade como marca fundamental, a partir da relação necessária entre o dizer e um dado contexto histórico-social, estabelecendo-se daí os sentidos que levarão o sujeito a assumir uma posição no interior de uma formação social caracterizada pelo antagonismo de classes, a AD parte do pressuposto de que o discurso é *práxis* social.

Nessa perspectiva, a linguagem não constitui tão somente um sistema de signos cuja finalidade é possibilitar a comunicação entre os indivíduos ou servir de suporte para o pensamento. Linguagem é espaço de confronto ideológico, não podendo, portanto, ser estudada fora da sociedade.

Voltando ao objeto de pesquisa, o primeiro contato com a ONG CDI se deu em 2005, por ocasião de uma atividade acadêmica realizada durante a minha graduação em jornalismo – especificamente, através de uma entrevista concedida por representantes da instituição em Alagoas². A finalidade do estudo era relacionar comunicação, novas tecnologias e sociedade.

Em um primeiro momento, deparei-me com uma entidade aparentemente desvinculada de interesses econômicos, que desenvolvia um programa de inclusão digital na capital e interior do Estado, com base em um método pedagógico de linha progressista, e que se mantinha através do apoio de associações comunitárias, da ajuda de voluntários e da doação de computadores. Estabeleceu-se, assim, uma primeira impressão com relação ao CDI.

Tratava-se, de um programa voltado essencialmente para o social, na medida em que sua proposta abrangia não apenas a capacitação de jovens carentes para o exigente e acirrado mercado de trabalho. Envolveva também a conscientização crítica e a transformação social tanto dos aprendizes como de moradores das comunidades vizinhas aos centros de informática mantidos pela instituição.

Entretanto, à medida que íamos conhecendo a organização, logo nos chamou a atenção a notoriedade alcançada pela instituição pela grande mídia e o seu rápido crescimento no Brasil e em países da América Latina.

De uma simples escola de informática que atendia moradores do Morro de Santa Marta, na cidade do Rio de Janeiro, o CDI se transformou, em menos de uma década, em uma complexa organização, com centros de informáticas espalhados em bairros periféricos,

² Na época, a sede do CDI funcionava no Centro Comunitário do bairro de Santo Eduardo, em Maceió. Em 2007, a instituição encerrou suas atividades em Alagoas.

sobretudo, reconhecida internacionalmente, inclusive por órgãos financeiros internacionais, os mesmos que determinaram a adesão dos países de terceiro mundo à política neoliberal - medida essa que trouxe grandes prejuízos à sociedade, como veremos ao longo deste trabalho.

Nesse sentido, vimo-nos diante da seguinte situação: no mesmo período em que o governo brasileiro diminuía o investimento em setores essenciais, como saúde e educação, e avançava nas reformas estruturais e no processo de privatização das empresas estatais, adequando-se, assim, aos interesses dos organismos financeiros internacionais, de quem o Brasil era devedor, o CDI começava a ganhar notoriedade nos meios de comunicação e da opinião pública justamente por desenvolver um programa social desvinculado diretamente do Estado.

Além dos organismos financeiros internacionais, controlados pelas nações mais ricas economicamente, as multinacionais foram as grandes defensoras da implantação do neoliberalismo na América Latina, entre as décadas de oitenta e noventa, haja vista que o modelo político possibilitou a abertura comercial e a livre concorrência, provocando uma disputa desleal no mercado dos países subdesenvolvidos.

No entanto, se por um lado, a população e o mercado nacional, com exceção dos grandes grupos empresariais, foram prejudicados com a nova ordem econômica mundial, por outro, as entidades sem fins lucrativos, especialmente as ONGs, foram beneficiadas com a entrada de capital externo no Brasil.

Foi o caso do CDI, apoiado e mantido por multinacionais, grandes grupos empresariais nacionais e organismos financeiros internacionais, além de fundações e organizações, como o Fórum Econômico Mundial (FEM)³, conhecido por suas reuniões anuais em Davos, na Suíça, nas quais reúnem os principais representantes políticos e líderes empresariais mundiais para discutir questões como saúde e meio-ambiente.

Trabalharemos, enfim, nesse espaço de contradição ideológica, onde ONGs, sociedade, Estado e grupos empresários se imbricam, ressignificando seus papéis em relação uns aos outros de acordo com a variação do contexto político e econômico. Esse será, pois, o fio que nos conduzirá durante a trajetória que se inicia.

³ Em 2001, apenas seis anos após a criação do CDI, o FEM reconheceu a instituição brasileira “como uma das seis iniciativas altamente qualificadas no combate à exclusão digital” (CDI, 2005, p.116).

Para a análise proposta, dividimos este trabalho em três capítulos. O 1º capítulo trata dos referenciais teórico-metodológicos de que nos valem para conduzir as nossas análises. Como já mencionado anteriormente, lançaremos um olhar discursivo ao *corpus*, olhar esse conduzido pela AD de filiação *pêcheuxtiana*, segundo a qual o funcionamento discursivo é determinado pela articulação entre a ideologia e as condições de produção do discurso, em outras palavras, entre o lugar discursivo ocupado pelo sujeito e o contexto sócio-histórico de sua enunciação.

A fim de levar a um melhor entendimento do nosso percurso, apresentamos, em seis subcapítulos, os conceitos mobilizados durante as análises e os teóricos cujos estudos contribuíram para o desenvolvimento desta pesquisa.

Nesse sentido, importante destacar, desde já, que nos valem tanto da contribuição de analistas de discurso, como Eni Orlandi, Denise Maldidier, Jean-Jacques Courtine e Virgínia Amaral, como de pesquisadores não vinculados à AD, mas cujos estudos foram fundamentais para a concretização das nossas investigações em torno do CDI, como István Mészáros, Maria da Glória Gohn, Ivo Tonet, Jurjo Santomé e Leilah Landim.

No 2º capítulo, denominado **Organizações Não-Governamentais no Brasil – Trajetória político-ideológico e ressignificação social**, remetemos nosso estudo ao processo de desenvolvimento histórico das ONGs, fundamental para a compreensão do funcionamento discursivo das sequências discursivas.

No entanto, antes de nos voltarmos para as organizações, destinamos o primeiro subcapítulo e parte do segundo aos movimentos sociais, resgatando algumas de suas ações ao longo dos séculos dezanove e vinte.

Ocorre que, entre as décadas de setenta e oitenta, as ONGs brasileiras estavam diretamente vinculadas aos movimentos sociais. Daí a necessidade do resgate - a nosso ver essencial para a compreensão dos sentidos que perpassam o discurso do CDI.

Os movimentos sociais e as ONGs desenvolveram ações conjuntas durante cerca de vinte anos, período em que estas exerceram um papel de bastidores, digamos assim, enquanto os movimentos sociais tiveram uma maior visibilidade ao longo dos anos 70 e 80, quadro que iria se reverter posteriormente, como veremos a seguir.

A finalidade não foi esmiuçar as ações desenvolvidas pelos movimentos sociais durante quase cento e cinquenta anos, pois esse não é o foco da pesquisa, mas relacionar cada um dos acontecimentos selecionados aos poderes constituídos de suas respectivas épocas, para, daí, compreendermos suas posições ideológicas, permitindo, dessa forma, o entendimento do processo que possibilitou a identificação entre as ONGs e os movimentos sociais, bem como o processo que culminou no redirecionamento ideológico das ONGs.

Nesse sentido, relacionamos algumas ações desenvolvidas pelos movimentos sociais sob a assessoria das ONGs, fundamental para a destituição dos militares do poder e consequente volta da democracia. Veremos como os brasileiros, atingidos pela crise econômica, desemprego em massa e inflação galopante, participaram ativamente das mobilizações, após um longo período de repressão e censura.

No último subcapítulo, voltamo-nos ao contexto sócio-histórico caracterizado pelo declínio dos movimentos sociais em termos de participação populacional – decorrente do desencantamento dos brasileiros diante dos acontecimentos políticos do final da década de 80 - e ascensão das ONGs.

Veremos ainda como os países de terceiro mundo, especificamente o Brasil, tiveram que se ajustar aos interesses dos organismos financeiros internacionais, das nações mais ricas e das multinacionais, estabelecendo uma série de medidas, como a diminuição de gastos em setores como saúde, educação e previdência, e de como, em meio à implementação da Política do Estado Mínimo, as ONGs romperam ideologicamente com os movimentos sociais, ganhando autonomia e visibilidade.

Finalizamos o 2º capítulo destacando o novo papel assumido pelas ONGs, especialmente as que desenvolvem programas de capacitação profissional, diante do enxugamento das funções do Estado e de como as novas necessidades do mercado de trabalho, propiciadas pelas novas tecnologias, afetaram o discurso dessas organizações, voltado atualmente para temas relacionados à cidadania, inclusão digital, inclusão social e transformação social, entre outros.

Intitulado **Programa de inclusão digital do CDI – inclusão social ou reprodução das relações de produção?**, destinamos o 3º capítulo às análises de cinco sequências discursivas extraídas da proposta pedagógica do CDI.

Dividimos o capítulo em cinco subcapítulos, correspondentes às cinco sequências. Na primeira, denominada **Conscientização e transformação social e o antagonismo de classes**, analisamos a relação entre o discurso da instituição e o método educacional de Paulo Freire. Conduzimos a investigação por meio das noções de **conscientização e transformação social**, através das quais buscamos compreender como as posições ideológicas do método *freireano* e da ONG se coadunam a ponto de esta destacar semelhança em seus objetivos.

Na próxima sequência, intitulada **A inclusão digital como instrumento para a cidadania**, a análise terá como foco o compromisso que o CDI assume de levar **cidadania plena** à população marginalizada. Nesse sentido, a pergunta que determinou a investigação foi a seguinte: a que cidadania exatamente a instituição se refere? Tal questionamento determinou e norteou a análise da sequência em questão, através da qual levantamos ainda questões de ordem religiosa, educacional e econômica.

Já na terceira sequência discursiva, denominada **Responsabilidade Social e manutenção das relações de produção**, nosso estudo se direcionou para a influência que o mercado globalizado exerceria sobre o CDI. A análise foi dirigida por meio dos pré-construídos **modelo de gestão, ambientes corporativos e visibilidade ao investimento**, os quais, antes restritos ao ambiente empresarial, foram incorporados ao ambiente educacional com a globalização do capitalismo. Investigaremos ainda como o termo **Responsabilidade social** ressignificou a postura das grandes empresas no que se refere a sua atuação junto às instituições sociais.

Intitulada **Processo ideológico e identificação do sujeito capitalista**, a quarta sequência tem como referencial norteador a concepção de indivíduo multifacetado, que engloba o sujeito individualista e competitivo, características exigidas pelo mercado de trabalho, e aquele dotado de senso de coletividade, que busca alternativas em prol de uma sociedade mais igualitária.

Por fim, na última sequência discursiva, denominada **Emancipação social via inclusão digital – Possibilidades e contradições na sociedade capitalista**, buscamos compreender como as novas tecnologias da informação, as mesmas que provocaram o desemprego em massa, a precarização da situação da classe trabalhadora e o enfraquecimento dos sindicatos, podem, ao mesmo tempo, possibilitar a inclusão social de indivíduos marginalizados. Dessa forma, investigaremos como um programa de inclusão digital é capaz

de, por meio da mobilização de seus jovens aprendizes, desenvolver iniciativas em prol de uma sociedade mais justa.

2 PERCURSO TEÓRICO

O presente capítulo percorre a trajetória teórico-metodológica que possibilitou o desvelamento dos meandros discursivos que envolvem a proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG CDI.

O estudo foi norteado pela Análise de Discurso de filiação *pêcheuxtiana*. Valem-nos, assim, da contribuição de analistas de discurso de linha marxista, sobretudo Pêcheux, responsável por introduzir no campo da Linguística um novo objeto de estudo: o discurso - concebido como elemento de intermediação entre a linguagem, o político, o histórico e o social.

Vale ressaltar que, além de estudiosos vinculados à corrente *pêcheuxtiana*, como Eni Orlandi, Denise Maldidier, Freda Indursky e Virgínia Amaral, o presente trabalho contou com o reforço de autores que não desenvolvem estudos no âmbito da AD, mas que foram fundamentais para esta pesquisa, em virtude de suas reflexões acerca da educação, dos movimentos sociais, das ONGs e da política neoliberal. É o caso de István Mészáros, Maria da Glória Gohn, Ivo Tonet, Jurjo Santomé e Leilah Landim.

A fim de levar ao entendimento da nossa posição teórica, apresentaremos, a seguir, os conceitos mobilizados neste trabalho. De antemão, é preciso observar que as noções estão separadas em subcapítulos para possibilitar uma melhor compreensão. Na verdade, elas se imbricam, embora tenham suas especificidades.

Uma Formação Discursiva (doravante FD), por exemplo, revela Formações Ideológicas (FI) que a integram. De outro modo, ao considerar as posições ideológicas presentes em uma dada FD, apontam-se suas Condições de Produção (CP), as quais colocam os sujeitos em relação com o momento histórico de uma dada época.

Ainda assim, apesar das separações, é possível vislumbrar algumas dessas articulações em cada um dos subcapítulos, conforme veremos.

2.1 Análise de Discurso francesa – Linhas introdutórias

Em meio ao debate filosófico que buscava constituir as bases materialistas para as práticas da linguagem, estudiosos de diversas áreas, como filosofia, linguística, psicologia e matemática, elaboraram, na década de 1960, um novo campo do saber.

Com o objetivo de contribuir para o avanço dos estudos da linguística na perspectiva do materialismo histórico, do efeito das relações de classe sobre as práticas sociais, os precursores da AD abriram uma série de questões no interior da linguística tradicional ao romper com o formalismo, concentrado na estrutura interna das sentenças; com a perspectiva subjetivista, que vê o sujeito como fonte do seu dizer; e com o logicismo, que estabelece uma relação direta entre linguagem e conhecimento.

Articulando linguística, marxismo e psicanálise, possibilitando a introdução da história, da ideologia e do inconsciente nas reflexões linguísticas, a AD parte do princípio de que o sentido sempre pode ser outro e de que o sujeito não tem controle do que diz, constituindo-se em posição ideológica por intermédio de um processo determinado por fatores externos.

O marco inaugural da disciplina se deu em 1969, através da publicação da obra **Análise Automática do Discurso (AAD)**, de Michel Pêcheux, e do lançamento da revista **Langages**, organizada por Jean Dubois. Com relação à última, Mazière (2007, p. 37), ressalta que o número, intitulado **Analyse du discours**, “se tornou o testemunho incontornável do estabelecimento da AD no campo dos estudos linguísticos”.

Para Malidier (1997, p.15), a disciplina nasceu dessa dupla filiação, embora independente uma da outra. Enquanto Dubois direcionou sua trajetória acadêmica para os estudos literários, para a gramática e mais tarde para a linguística, Pêcheux, por sua vez, envolve-se em debates em torno do marxismo, da psicanálise e da epistemologia.

Para entender essa dupla fundação é imprescindível considerar a conjuntura teórico-política dos anos 60, onde Dubois e Pêcheux se encontram em um mesmo espaço ideológico: o do marxismo e da política. “Na contramão das ideias dominantes⁴, eles partilham as mesmas

⁴ Por ideias dominantes, Malidier se refere ao estruturalismo, que na época se encontrava em seu auge.

evidências sobre a luta de classes, sobre a história, sobre o movimento social” (Maldidier, 1997, p.17).

Segundo Ferreira (2005, p.14), a AD, do ponto de vista político, nasce na “perspectiva de uma ação transformadora”, de uma intervenção que objetiva “combater o excessivo formalismo linguístico”.

A rigor, o que a AD faz de mais corrosivo é abrir um campo de questões no interior da própria linguística, operando um sensível deslocamento de terreno na área, sobretudo nos conceitos de língua, historicidade e sujeito, deixados à margem pelas correntes em voga na época (Ferreira, 2005, p.14).

Cada um em suas áreas, Pêcheux e Dubois “despendem um ímpeto militante em suas empreitadas”, afirma Maldidier (1997, p.18). Entretanto, ambos posicionam-se de maneira distinta em relação ao novo campo do saber.

Para Dubois, a AD é percebida como um *continuum*. “A passagem do estudo das palavras (lexicografia) ao estudo do enunciado (análise do discurso) é ‘natural’, é uma extensão, é um progresso permitido pela linguística”, explica o estudioso. Pêcheux, por outro lado, enxergava a AD “como ruptura epistemológica com a ideologia dominante nas ciências humanas (especialmente a psicologia)” (Maldidier, 1997, p.19).

Trata-se de um posicionamento adotado por Pêcheux antes mesmo de 1969. Publicado três anos antes sob o pseudônimo de Thomas Herbert, o artigo **Reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais e especialmente da Psicologia Social**, conforme Zandwais (2009, p.15-16), apresenta reflexões sobre a situação teórica das Ciências Sociais, estabelecendo a necessidade de “alicerces indispensáveis para desalojar as Ciências Sociais de paradigmas positivistas”, inscrevendo-as, para tanto, à luz de uma reflexão marxista, “onde questões sobre subjetividade, ideologia, confrontos e lutas de classe ocupam lugares essenciais”.

Pêcheux e Dubois distinguem-se, sobretudo, na maneira de relacionar linguística e exterioridade:

Para Dubois, significa relacionar dois modelos: o modelo linguístico e um modelo outro, sociológico (ou histórico), psicológico (ou psicanalítico). Em M. Pêcheux, desde *Análise Automática do discurso*, em 1969, [...] o objetivo teórico articula a questão do discurso àquelas do sujeito e da ideologia (Maldidier, 1997, p.19).

Como mencionado acima, este estudo se insere no modelo *pêcheuxtiano*. Segundo Indursky (2008, p.09), trata-se de “um quadro teórico que gera reflexão, que se interroga constantemente e para o qual a análise não implica a aplicação mecânica de conceitos, noções e modelos já formulados anteriormente”.

As revisões e mudanças nos conceitos da AD, levando em consideração o período de 1969 a 1983, foram demarcadas no que Pêcheux denominou de “três épocas da Análise do Discurso” (AD-1, AD-2 e AD-3).

Relembrando, um dos marcos inaugurais da AD se deu através da publicação de **Análise Automática do Discurso** (AAD-1969), objeto de tese defendida por Pêcheux em 1968. Trata-se, segundo Malidier (2003, p.19), de um “laboratório de uma teoria do discurso por vir”, mas que “chocou lançando, a sua maneira, questões fundamentais sobre os textos, a leitura, o sentido”. Em síntese, a obra é conduzida dentro do terreno da epistemologia e da crítica às Ciências Humanas e Sociais.

Com relação à Psicologia Social, Pêcheux contestava o caráter de cientificidade de disciplinas que ignoravam a relação com a política, trazendo em seu lugar a noção de sujeito psicológico. Em relação às Ciências Sociais, a crítica se referia à forma como a linguagem estava materializada na ideologia. A crítica à Linguística, por sua vez, dizia respeito à maneira com a ideologia se manifestava na língua.

Em meio a reflexões sobre a prática de distintos campos do saber, Pêcheux começa a explorar a noção de maquinaria discursiva estrutural, um dispositivo técnico complexo informatizado, uma “máquina autodeterminante e fechada sobre si mesma” (Pêcheux, 1997, p.311), tornando-se “o primeiro modelo de uma máquina de ler que arrancaria a leitura da subjetividade”, conforme indica Malidier (2003, p.21).

Reunindo um conjunto de discursos produzidos em um determinado momento, os estudos poderiam envolver, por exemplo, tudo o que foi desenvolvido sobre um dado campo político dentro de um período x.

Nesse primeiro momento (AD-1), há uma tomada de posição estruturalista (*pós-saussureana*). O trabalho de análise se dava a partir de um “*corpus* fechado de sequências discursivas [...], selecionadas num espaço discursivo supostamente dominado por condições de produção estáveis e homogêneas” (Pêcheux, 1997, p.312). A relação entre língua e história

ficava, dessa forma, restrita a um conjunto de enunciados fechados – os quais se relacionavam entre si pela justaposição.

O dispositivo analítico da maquinaria discursiva estrutural é ressignificada na segunda fase (AD-2). Os enunciados deixam de se relacionar pelo efeito de justaposição. Ocorre um deslocamento teórico a partir da perspectiva de que o objeto da AD resulta das relações entre máquinas discursivas estruturais. Essas relações, conceituadas por Pêcheux (1997, p.314) como “relações de forças desiguais entre processos discursivos”, introduz a noção da alteridade na identidade discursiva.

Resultante da incorporação da Formação Discursiva (FD)⁵, a alteridade coloca em causa o fechamento da maquinaria da etapa anterior. A FD, afirma Pêcheux (1997, p.314), “começa a fazer explodir a noção de maquinaria estrutural fechada uma vez que o dispositivo da formação discursiva está em relação paradoxal com seu exterior”.

Ainda nessa etapa, há a introdução da noção de interdiscurso⁶. Quanto ao procedimento metodológico, a mudança se dá com relação à constituição do *corpus* objetos de análises, que serão “colocados em relação para focalizar a desigualdade em suas influências internas, que vão além do nível da justaposição”, de acordo com Fernandes (2008, p.88-89).

Na última etapa (AD-3), o estabelecimento do “primado do *outro* sobre o *mesmo*” desconstrói a noção de maquinaria discursiva estrutural.

A ideia de homogeneidade e de estabilidade atribuída à noção de condições de produção é abandonada em virtude da “desestabilização das garantias sócio-históricas” (Pêcheux, 1997, p.315), elaboradas anteriormente com o intuito de se assegurar “a pertinência teórica e de procedimentos de uma construção empírica de *corpus* refletindo essas garantias”. Em seu lugar, ocorrem reflexões em torno da heterogeneidade enunciativa, que leva à discussão sobre o *discurso-outro*, possibilitando a reorientação da problemática das ideologias dominantes.

⁵ A noção de Formação Discursiva (FD) será tratada adiante. No entanto, a título de entendimento, pode-se adiantar que se trata de matriz de sentido, que regula o que o sujeito pode e dever dizer e o que não pode e não deve ser dito.

⁶ Segundo Orlandi (2012, p.31), “O interdiscurso disponibiliza dizeres que afetam o modo como o sujeito significa em uma situação discursiva dada”.

Em meio à crise marxista do final da década de 1970, Pêcheux reconhece a problemática da Tríplice Aliança Teórica (Saussure, Lacan, Althusser), que nos anos anteriores, especialmente na segunda fase, permitiu “controlar o trânsito entre os continentes da História, do Inconsciente e da Linguagem” (Pêcheux, 1988, p.293).

Referindo-se ao mecanismo de interpelação-assujeitamento, Pêcheux (1988, p.299) destaca que “é preciso discernir o que falha não por pretender com isso se amparar definitivamente o verdadeiro(!), mas para tentar avançar tanto quanto se possa em direção à justiça”. Nesse sentido, o teórico questionou os procedimentos de análise e levantou a possibilidade de redefinição de uma política para o campo disciplinar.

Após breve descrição da trajetória de Pêcheux é necessário afirmar que o presente estudo é fundamentado, sobretudo, pelos procedimentos teórico-metodológicos formulados pelo teórico na segunda época (AD-2).

Dado o caráter social e político do objeto de pesquisa, entendemos que a etapa é a mais apropriada para os procedimentos analíticos. Nesse sentido, interessa a relação intrínseca entre língua, histórica e ideologia, e, por conseguinte, a influência que esta exerce sobre o sujeito dentro de uma dada conjuntura, determinando sua posição enquanto ser ideológico.

2.2 Condições de Produção (CP)

De acordo com Courtine (2009, p.45-46), a origem da concepção de Condições de Produção (CP) é de três ordens. A primeira vem da análise do conteúdo, especialmente como esta é praticada dentro da psicologia social. O teórico cita Berelson, referência na área, cujo objeto de estudo é centrado nas “condições de produção dos textos”.

A segunda origem surge da sociolinguística, onde as CPs aparecem de forma indireta, por meio das variáveis sociológicas (estado social de emissor, estado social do destinatário e as condições sociais da situação de comunicação, entre outros).

A terceira aparece de forma implícita no texto **Discourse Analysis**, de Zellig Harris, o qual correlacionou “situação” e “discurso”. Courtine (2009, p.47) chama a atenção para a “insuficiência da elaboração” da noção de “situação”, uma vez que esta estabelece uma relação entre as noções de “particularidades de personalidade” e “experiências do indivíduo”

e a noção de “extralinguístico”, “especificado apenas por sua exterioridade em relação ao objeto linguístico”.

As definições de CPs originadas da análise de conteúdo, da sociolinguística e do artigo de Harris são “compatíveis”, portanto insuficientes, destaca Courtine (2009, p.47). Tais formulações, acrescenta o estudioso, “designam o que a Linguística conhece como *sujeito da enunciação e situação de enunciação*”. Isto posto, o estudioso parte para a noção de CP formulada no interior da AD.

Embora a definição de CP no campo da AD tenha tido como base referencial o esquema comunicacional de Jakobson, a escola pêcheuxtiana esclarece que mais do que transmissão de informação entre um enunciador e um destinatário através de um código comum em um contexto imediato, o discurso é efeito de sentido entre locutores.

Procurando definir as CPs a partir da ação entre os interlocutores e dos lugares que ocupam em uma formação social, Pêcheux (1993, p.82) parte do princípio de que o que funciona no processo discursivo é uma série de formações imaginárias que “designam o lugar que A e B se atribuem cada um a si e ao outro, a imagem que fazem do próprio lugar e do lugar do outro” e a imagem que ambos fazem do referente.

Em toda formação social, observa o teórico, existem regras de projeção responsáveis por estabelecer as relações entre as situações discursivas e as posições dos diferentes participantes. Nesse sentido, um processo discursivo supõe uma antecipação das representações que o emissor faz do receptor. O que é dito precede as respostas de B, que vão sancionar ou não as decisões antecipadas de A. Dessa forma, as relações imaginárias, atravessadas pelo já dito, podem ser consideradas como a forma pela qual a posição dos protagonistas interfere nas CPs do discurso.

Logo, o dizer está ligado às suas CPs e às posições a ele vinculadas. Sujeito e situação “são redefinidos discursivamente como partes das condições de produção do discurso”, destaca Orlandi (1993, p.110), que classifica a categoria em dois sentidos, o estrito (ou imediato), que se relaciona às circunstâncias da enunciação, “o aqui e o agora do dizer”, e o sentido amplo, que inclui o contexto sócio-histórico e ideológico.

Ainda segundo Orlandi, as condições de produção implicam:

[...] o que é material (a língua sujeita à equívoco e a historicidade), o que é institucional (a formação social, em sua ordem) e o mecanismo imaginário. Esse mecanismo produz imagens dos sujeitos, assim como do objeto do discurso, dentro de uma conjuntura sócio-histórica (Orlandi, 2012, p.40).

Ao colocar a exterioridade como marca fundamental, a partir da relação entre o dizer e a relação do sujeito com uma dada conjuntura, levando-o a assumir uma posição ideológica, a AD objetiva apreender o discurso enquanto *práxis* social, isto é, como mediação das relações entre os homens.

Ao remeter a materialidade linguística à sua exterioridade, indo além de suas evidências, levando em consideração o homem e a sua história, o analista do discurso procura compreender, através da apreensão de vestígios, ou marcas ideológicas, o funcionamento da produção dos sentidos, os **gestos de interpretação** que constituem um discurso; enfim, em que condições esses sentidos são produzidos e determinados.

É necessário, pois, considerar o discurso em seu processo sócio-histórico de constituição, como acontecimento afetado pela história. A noção de processo sócio-histórico, afirma Amaral (2005, p.29), apoiando-se na teoria materialista do discurso, é “definida a um modo específico de produção e reprodução da sociedade capitalista”, sustentada pelo antagonismo de duas classes - capitalistas e trabalhadores -, “cuja relação reproduz o processo de dominação do capital sobre o trabalho”.

Dito de outro modo, trata-se de uma relação mantida pela ideologia dominante, que, para assegurar a reprodução de seu discurso, procura dissimular as contradições presentes nas relações sociais, surgindo para o sujeito a ilusão de que o discurso que ele produz se inicia com ele, ou seja, não tem memória, ou vínculo com a história.

“Todo sujeito é constitutivamente colocado como autor e responsável por seus atos em cada prática em que se inscreve”, observa Pêcheux (1988, p.214), segundo o qual o mecanismo pelo qual o sujeito é levado a reproduzir o discurso hegemônico, ocorre ao mesmo tempo em que os objetos ideológicos lhe são fornecidos.

2.3 Formação Discursiva (FD)

Reformulação do conceito empregado inicialmente na obra **Arqueologia do saber** (1969), de Foucault, para quem “sempre que se puder definir, entre um certo de número de enunciados, uma regularidade, se estará diante de uma formação discursiva” (Ferreira et al.,

2001, p.15), a noção de FD foi central para o desenvolvimento da AD, que acrescenta à categoria a noção de formação imaginária.

O que diferencia a FD de Pêcheux e Foucault, esclarece Zandwais (2009, p.29-30), é que, ainda que para Foucault a categoria possa ser composta por saberes de diferentes épocas, ela é “sempre tomada como objeto de investigação na emergência em que produz sistematicidades”; desarticulada, portanto, da ideologia. Trata-se de uma perspectiva que vai de encontro à teoria *pêcheuxtiana*, segunda a qual a FD “não somente está diretamente articulada à formação ideológica, às condições de produção, como também a um determinado tipo de subjetividade tomada da/na história”, como veremos em detalhes no próximo subcapítulo.

De acordo com Courtine (2009, p.71), a distância entre teoria e método nos trabalhos de Pêcheux “vai inverter-se progressivamente a partir de 1971”, em virtude, sobretudo, da influência de Althusser, de um lado, “e da referência teórica ao conceito de FD de outro”, contrapondo-se, assim, à primeira fase de formulação da disciplina, essencialmente metodológica.

Lugar de constituição dos sentidos, é nas FDs que os sujeitos podem manifestar as posições que ocupam no meio social.

Função da língua com as formações sociais em seus mecanismos de projeção imaginária, a posição do sujeito é uma ilusão, na medida em que este se pensa no centro e na origem do sentido. Tal ilusão, segundo Pêcheux (1988, p.160) necessária à existência da discursividade, é estabelecida a partir de uma FI (materialidade discursiva), que comporta uma ou várias FDs interligadas, as quais determinam “o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada numa conjuntura”, excluindo ou apagando, por sua vez, o que não pode e não deve ser dito.

Dado seu caráter heterogêneo, suas fronteiras fluidas, uma FD é sempre constituída por diferentes vozes, por múltiplos sentidos, por elementos vindos de outras FDs, sempre apontando para a incompletude da linguagem.

Portanto, ainda que sofra a determinação de uma posição ideológica, o sujeito é atravessado por discursos outros, que poderão irromper a qualquer momento, com os quais se unem, e dos quais se diferenciam.

Os discursos vivem em uma constante metamorfose, uma vez que se abrem a sentidos múltiplos e circunstanciados no entorno da enunciação, nas vozes que os constituem, no enunciador que os assume e os realiza em sua materialidade. Por essa via, os efeitos de sentido ora engravidam, ora se esvaziam e cedem lugar a outros sentidos (nunca inteiramente novos) (Lameiras, 2008, p.29).

Assim, todo dizer é suscetível de sofrer reformulações e transformações. Se a FD estabelece **o que pode e deve ser dito**, conforme vimos, pressupõem-se que outros dizeres existam, ainda que **encobertos** sob a materialidade linguística; dizeres que, se vindos à tona, vindos de outros lugares, de outras formações ideológicas, poderiam levar o sujeito a assumir outra posição.

Dessa forma, a análise de um determinado enunciado através da perspectiva da AD requer a compreensão das vozes sociais que atravessam o discurso. Em outros termos, a análise deve investigar qual a posição que o sujeito assume dentro de uma conjuntura social marcada pela divisão de classes. Para tanto, o sujeito deve ser percebido como heterogêneo, constituído do entrecruzamento de múltiplos sentidos, cuja existência se dá em um espaço social e ideológico determinado.

A noção de FD envolve dois tipos de funcionamentos: a paráfrase e a polissemia. Enquanto a primeira pode ser definida como a matriz do sentido, na medida em que retoma e repete sentidos já enunciados, conservando, assim, as fronteiras de uma dada FD, a segunda, por sua vez, rompe as fronteiras das FDs, com seus processos de significação, com a estabilização do dizer, provocando o deslizamento dos sentidos e a multiplicação de seus efeitos.

Importante destacar que ambos os processos são indissociáveis.

De acordo com Orlandi (2012, p.36), “quando pensamos discursivamente a linguagem é difícil traçar limites estritos entre o mesmo e o diferente”. Para a autora, todo o discurso trabalha continuamente na tensão entre o mesmo e o diferente, espaço pelo qual os sujeitos e os sentidos “se movimentam, fazem seu percurso, (se) significam”. A partir do qual, ao relacionar-se com uma determinada FD, o sujeito pode vir a assumir diferentes modalidades de subjetivação.

É pela referência à formação discursiva que podemos compreender, no funcionamento discursivo, os diferentes sentidos. Palavras iguais podem significar diferentemente porque se inscrevem em formações discursivas diferentes. Por exemplo, a palavra “terra” não significa o mesmo para um índio, para um agricultor sem terra e para um grande proprietário rural. Ela significa diferente se a

escrevermos com letra maiúscula Terra ou com minúscula terra etc. (Orlandi, 2012, p.44-45).

Nesse sentido, uma palavra, expressão ou proposição, como lembra Pêcheux (1988, p.161), “não tem um sentido que lhe seja ‘próprio’, vinculado a sua literalidade”. Seu sentido se constitui no interior de cada FD, nas relações que mantém com outras palavras, expressões ou proposição de uma mesma FD.

Segundo o teórico, da mesma forma que “as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a outra”, é preciso admitir também que as “palavras, expressões e proposições literalmente diferentes” podem ter um mesmo sentido no interior de uma mesma FD (Pêcheux, 1988, p.161).

Partindo do princípio de que a incompletude é a condição da linguagem, Orlandi (2012, p.37) observa que “nem os sentidos, logo, nem os discursos, já estão prontos e acabados”. Sujeito e sentido são constituídos e funcionam “sob o modo da relação, da falta, do movimento” (idem, p.52), afirma a autora, segundo a qual ao mesmo tempo em que é “sujeito à determinação, à institucionalização, à estabilização e à cristalização”, os homens e os sentidos “fazem seus percursos, mantêm a linha, se detêm junto às margens, ultrapassam limites, transbordam, refluem” (idem, p.53).

Nesse sentido, se, por um lado, os sujeitos são impelidos pelo discurso hegemônico, por outro lado, são conduzidos pelo mundo, por sua experiência, enfim, por sua memória discursiva.

2.4 Posição sujeito e Formação Ideológica (FI)

Na perspectiva da AD, os sentidos são determinados pelas FIs, organizações complexas de atitudes e de representações que se relacionam às posições de classes em conflitos. Suporte ideológico para as FDs - responsáveis pela produção dos sentidos – a noção de FI empregada por Pêcheux tem como base o conceito de ideologia formulado por Althusser, que configurou uma espécie de teoria geral da ideologia ao apresentar sua estrutura e funcionamento em três hipóteses (ou teses) fundamentais.

A primeira trata da representação imaginária da ideologia, a segunda de sua materialidade e a terceira diz respeito ao processo de interpelação dos indivíduos em sujeitos do discurso.

Partindo do princípio de que “a ideologia representa a relação imaginária dos indivíduos com suas condições reais de existência”, a primeira hipótese aponta que a ideologia não representa as condições reais da existência dos homens, mas a relação (imaginária) do indivíduo com o contexto sócio-histórico de sua época, especialmente com suas relações de produção. É nela (na relação) que estaria a **causa** de toda representação, ou **deformação**, ideológica. É essa relação, defende Althusser (1985, p.87), “que deve dar conta da deformação imaginária do mundo real”.

Para explicar a natureza desse imaginário, o teórico formula a segunda hipótese: “A ideologia tem uma existência material”. Do seu ponto de vista, as ideias, valores e crenças do sujeito são inseridos e regulados em práticas e rituais através dos Aparelhos Ideológicos do Estado⁷. Assim, sua posição ideológica advém desses aparelhos.

Em uma formação social capitalista, o sujeito é estimulado a identificar-se com a ideologia dominante e, conseqüentemente, a reproduzir suas relações de subordinação/desigualdade. Trata-se de uma posição praticamente servil, ainda que o sujeito não se dê conta dessa condição, na medida em que a ideologia dota o indivíduo de **consciência**, a fim de que este acredite que suas ideias provêm de sua **livre escolha**, e não de uma determinação exterior.

Este é, aliás, o efeito característico da ideologia – impor (sem parecer fazê-lo, uma vez que se tratam de ‘evidências’) as evidências como evidências, que não podemos deixar de reconhecer e diante das quais, inevitável e naturalmente, exclamamos (em voz alta, ou no ‘silêncio da consciência’): “é evidente! É exatamente isso! É verdade” (Althusser, 1985, p.94-95).

A partir de reflexões sobre a noção de sujeito, Althusser (1985, p.93) formula duas proposições: “só há prática através de e sob uma ideologia” e “só há ideologia pelo sujeito e para o sujeito”. Tais proposições precedem a terceira hipótese referente à estrutura e funcionamento da ideologia: “A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeito”. Isto é, para a teoria *althusseriana* a ideologia tanto constitui os indivíduos concretos em sujeitos como a sua imposição. E o faz sem parecer fazê-lo.

Nesse sentido, há o envolvimento de dois elementos distintos no processo de interpelação: o dominante e o dominado, os quais se referem, respectivamente, ao Sujeito

⁷ Os Aparelhos Ideológicos de Estado compreendem a religião, a escola, a família, a justiça, a política, o sindicato, a cultura e os meios de informação (Althusser, 1985).

(com S maiúsculo mesmo) que interpela e impõe a sua ideologia e ao sujeito interpelado que, ao se reconhecer na interpelação, constitui-se em sujeito.

Althusser concebe, ainda, o quádruplo sistema de interpelação, de submissão ao Sujeito, de reconhecimento universal. O sistema comporta: 1- os indivíduos são interpelados como sujeitos, 2- a submissão do sujeito ao Sujeito, 3- os sujeitos se reconhecem mutuamente e em relação ao Sujeito e 4- tudo funciona bem no reconhecimento dos sujeitos.

É notório observar que ainda que Pêcheux retome Althusser, avança em relação a este, na medida em que acrescenta em sua teoria que o funcionamento das ideologias, assim como a interpelação dos indivíduos como sujeitos, se dá pelo discurso.

O objetivo de seus estudos é, portanto, esclarecer os fundamentos de uma teoria materialista dos processos discursivos.

Relembrando, a mudança de perspectiva da teoria pêcheuxtiana se deu a partir da introdução da FD, responsável pela ressignificação da noção de ideologia, que passou a abranger “não somente materialidades em termos de ação, ritos, práticas institucionais, inscritas nas formações ideológicas, mas também a materialidades discursivas, tomadas na base linguística”, como explica Zandwais (2009, p.28).

E, ainda que concorde com a escola althusseriana quando esta defende que a luta de classes atravessa o modo de produção, Pêcheux vai além ao afirmar que as condições ideológicas propiciam tanto a reprodução como a transformação das relações de produção.

Ou seja, a relação entre FD e ideologia não é hegemônica, automática ou estática, assim como não o são nem os sujeitos, nem os sentidos. “Contradição, reprodução, transformação, memória, esquecimento, o mesmo e o diferente, jogam todo o tempo na produção de um discurso, ou de uma leitura”, lembra Orlandi (1993, p.110).

Dessa forma, os Aparelhos Ideológicos de Estados não são, conforme Pêcheux (1988, p.145), “a expressão da dominação da ideologia dominante, isto é, da ideologia da classe dominante”, mas “seu lugar e meio de realização”.

Entretanto, ainda que destaque que as condições ideológicas possibilitam tanto a reprodução como a transformação das relações de produção, ou que a “luta de classes

atravessa o modo de produção em seu conjunto” (1988, p.144), Pêcheux observa que o termo reprodução/transformação é de caráter intrinsecamente contraditório.

O estudioso considera errôneo localizar em pontos diferentes o que contribuiria de um lado para a reprodução e de outro para a transformação das relações de produção. Levando em consideração uma formação social baseada na relação de subordinação/dominação, não existe uma divisão no sentido de que os indivíduos, em sua totalidade, representassem as posições ideológicas em que estão situados de fato, acrescenta Pêcheux.

[...] é impossível atribuir a *cada classe sua ideologia*, como se cada uma delas vivesse “previamente à luta de classes”, em seu próprio campo, com suas próprias condições de existência e suas instituições específicas, sendo a luta de classes ideológica o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas “concepções de mundo”, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe “mais forte”, que imporá, então, sua ideologia à outra (Pêcheux, 1988, p.144).

É pelo viés da forma-sujeito, resultado do assujeitamento ideológico, que o sujeito *pêcheuxtiano* se inscreve em uma determinada FD, podendo assumir diferentes modalidades de subjetivação.

Nesse sentido, ele poderá vir a assumir três posições: de identificação com a ordem vigente, tornando-se um reproduzidor da ideologia dominante; de contraidentificação com essa ordem, através do distanciamento, do questionamento ou da dúvida; e de desidentificação com a ideologia hegemônica, levando-o a se identificar com uma FD contra-hegemônica.

A primeira modalidade de sujeito compreende o discurso do **bom sujeito**. Consiste, como lembra Pêcheux (1988, p.215), numa superposição “entre o sujeito da enunciação e o sujeito universal, de modo que a ‘tomada de posição’ do sujeito realiza seu assujeitamento sob a forma do ‘livremente consentido’”. Ou seja, há uma identificação ideológica entre indivíduos pertencentes a classes antagônicas.

Sob a ilusão da unicidade imaginária, o sujeito não percebe que é o interdiscurso, em verdade, que o constitui, sofrendo cegamente essa determinação.

De acordo com Orlandi (2012, p.50), “a forma sujeito histórica que corresponde à da sociedade atual representa bem a contradição: é um sujeito ao mesmo tempo livre e submisso”. Essa é a base do assujeitamento, afirma a autora, que complementa: “ele é capaz

de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas: pode tudo dizer, contanto que se submeta à língua para sabê-la”.

A segunda modalidade vai de encontro à primeira na medida em que corresponde ao discurso do **mau-sujeito**, ou **mau-espírito**; do sujeito que se contra-identifica com a posição determinada pelo sujeito universal, isto é, contra a forma-sujeito que organiza os saberes de uma FD.

A tensão ocorre por meio de uma tomada de posição que consiste “em uma *separação* (distanciamento, dúvida, questionamento, contestação, revolta...) *com respeito ao que o ‘sujeito universal’ lhe ‘dá a pensar’*” (Pêcheux, 1988, p.215).

Importa destacar que, embora rejeite uma determinada FD, ainda que não a reduplique, o sujeito desta modalidade, tal qual o da primeira, sofre sua determinação. O efeito do interdiscurso “continua a determinar a identificação ou a contra-identificação do sujeito com uma formação discursiva [...], para que ele se ligue a ela ou que a rejeite”, ressalva Pêcheux (1988, p.216).

O que diferencia as duas primeiras modalidades, de acordo com Indursky (2008, p.14) é que “a mudança na forma de conceber a forma-sujeito determina uma nova concepção de FD”. Enquanto que para o bom sujeito a FD se apresenta homogênea, fechada; para o mau sujeito, ela apresenta seu caráter heterogêneo, passa a ser constituída de “fronteiras suficientemente porosas, que permitem que saberes provenientes de outro lugar, de outra formação discursiva nele penetrem, aí introduzindo o diferente e/ou o divergente”.

A última modalidade distingue-se das anteriores ao integrar o efeito das ciências e da prática política do proletariado sobre a forma-sujeito, tomando a forma de uma desidentificação, ou de uma “tomada de posição não-subjetiva”, como explicita Pêcheux (1988, p.217). Trata-se de um processo que leva a um trabalho de transformação-deslocamento da forma-sujeito.

Ao mesmo tempo em que o sujeito do discurso se desidentifica com uma formação discursiva e sua respectiva forma-sujeito, identifica-se com outra formação discursiva e sua forma-sujeito, dando sustentação a uma nova prática ideológica.

2.5 Memória Discursiva, Pré-construído, Interdiscurso e Intradiscurso

Para falar de memória discursiva e interdiscurso, a escola *pêcheuxtiana* fundamenta-se em duas outras noções: condições de produção e formações imaginárias.

Espaço complexo do conjunto das FDs, originários de diferentes contextos e lugares sociais, que remete ao universo de formulações que pode retornar por meio da memória discursiva, através de uma retomada de sentidos desde sempre determinados ideologicamente, o interdiscurso compreende a ligação entre determinadas CPs e o processo de produção do discurso.

Orlandi define a noção de interdiscurso da seguinte forma:

O interdiscurso é todo o conjunto de formulações feitas e já esquecidas que determinam o que dizemos. Para que minhas palavras tenham sentido é preciso que elas já façam sentido. E isto é efeito do interdiscurso: é preciso que o que foi dito por um sujeito específico em um momento particular se apague na memória para que, passando para o “anonimato”, possa fazer sentidos em “minhas” palavras (Orlandi, 2012, p.33-34).

De outra forma, é na relação com a memória, “enquanto espaço de recorrência das formulações na relação com a ideologia”, que os objetos discursivos adquirem, por meio de enunciados preexistentes (pré-construído), estabilidade referencial.

Mais especificamente, é através da associação entre o intradiscurso (enunciado) de uma FD e o interdiscurso (enunciação), que estão situados os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado como sujeito de seu discurso.

Dimensões constitutivas do discurso, enquanto o interdiscurso é o lugar de construção do pré-construído, da constituição do dizer, fornecendo, assim, “os objetos dos quais a enunciação se apropria” (Courtine, 2009, p.75), o intradiscurso corresponde ao espaço da formulação da sequência linguística específica, onde o sujeito intervém.

É, então, na relação entre o interdiscurso de uma FD e o interdiscurso de uma sequência discursiva produzida por um sujeito enunciator a partir de um lugar inscrito em uma relação de lugares no interior dessa FD que se deve situar os processos pelos quais o sujeito falante é interpelado-assujeitado como sujeito de seu discurso (Courtine, 2009, p.74).

É dessa relação que emerge a noção de pré-construído, introduzido por Paul Henry nos estudos da AD, que diz respeito à “construção anterior, exterior, independente por oposição ao que é construído na enunciação”, conforme salienta Courtine (2009, p.74), o qual

acrescenta que a categoria demarca a existência do descompasso entre o interdiscurso como lugar em que se constitui, e o intradiscurso, lugar em que é anunciado por um sujeito.

O pré-construído, observa ainda Courtine (2009, p.74), “remete às evidências pelas quais o sujeito se vê atribuir os objetos de seu discurso: ‘o que cada um sabe’ e simultaneamente ‘o que cada um pode ver’ em uma dada situação”, constituindo-se, assim, no interior de uma FD, o sujeito universal através do qual o sujeito enunciativo se identifica; logo, assujeitando-se a sua ideologia.

O caráter material do sentido, “mascarado por sua evidência transparente para o sujeito”, diz Pêcheux (1988, p.160), consiste na sua dependência constitutiva com “o todo complexo com dominante das formações ideológicas” (ou interdiscurso).

Pêcheux especificou a dependência entre sentido e ideologia em duas teses. Enquanto a primeira destaca que o sentido de uma palavra não existe “em si mesmo”, “em sua relação transparente com a literalidade do significante” - sendo determinado “pelas posições ideológicas que estão em jogo no processo sócio-histórico no qual as palavras, expressões e proposições são produzidas” -, a segunda tese revela que toda FD dissimula sua dependência com respeito ao interdiscurso das FDs, “intricado no complexo das formações ideológicas” (Pêcheux, 1988, p.162).

Da relação do sujeito com o já dito e o seu dizer decorrem dois tipos de esquecimentos, que Pêcheux especifica utilizando a oposição entre sistema pré-consciente-consciente e o sistema inconsciente.

Da ordem da enunciação, o esquecimento nº 2 se dá no nível do pré-consciente-consciente, levando à ilusão do controle do dizer. Relaciona-se, assim, a escolhas que o sujeito pensa fazer no seu discurso, o que diz e deixa de dizer. Essa impressão faz acreditar que há uma relação direta entre pensamento, linguagem e mundo, de tal modo que o sujeito pensa que o que ele diz só pode ser dito com aquelas palavras e não outras.

Por outro lado, o esquecimento nº 1, inerente à prática subjetiva da linguagem, é da ordem do ideológico e da instância inconsciente, leva o sujeito a “esquecer” o vínculo entre história e enunciação, levando-o a acreditar que é a origem de seu dizer. O esquecimento nº 1, afirma Pêcheux (1988, p.173), “dá conta do fato de que o sujeito-falante não pode, por definição, se encontrar no exterior da formação discursiva que o domina”. Em outras palavras,

ele não tem consciência de que é interpelado, nem das determinações da ordem inconsciente do seu dizer.

Operando de forma articulada, os esquecimentos permitem ao sujeito – de forma inconsciente, por intermédio da determinação ideológica - fazer sentido através do retorno à memória discursiva, através da qual há a retomada de pré-construídos, constituído, por sua vez, no interdiscurso, espaço da relação indissociável entre silêncio e linguagem.

O próximo subcapítulo abordará justamente o silêncio. Especialmente, de como o desvelamento de seus sentidos pode revelar uma forma de resistência.

2.6 Silêncio, censura e resistência

Conforme mencionado, é no discurso, ponto de encontro entre a materialidade da língua e a materialidade da história, que a ideologia produz as evidências através das quais o sujeito pensa ter o controle do seu dizer. Dessa forma, a ilusão de um só sentido discursivo, efeito da relação com o interdiscurso, é efeito ideológico, isto é, “construção necessária do imaginário discursivo” (Orlandi, 2007, p.19).

Outros sentidos atravessam o dizer. Portanto, a linguagem não é transparente, “as palavras são cheias de sentidos a não dizer” (Orlandi, 2007, p.14).

Visível pela historicidade e percebida através de pistas ideológicas presentes na materialidade linguística, o silêncio tem significância própria, não se reduz à ausência ou complemento de palavras, nem tampouco se encontra entre as palavras. Em verdade, o silêncio as atravessa, garantindo o movimento dos sentidos.

Nesse sentido, as palavras são carregadas de silêncio. Trata-se de uma categoria fundante, revela ainda Orlandi, que acrescenta:

O silêncio é fundante, quer dizer, o silêncio é a matéria significante por excelência, um *continuum* significante. O real da significação é o silêncio. E como o nosso objeto de reflexão é o discurso, chegamos a uma outra afirmação que sucede essa: o silêncio é o real do discurso (Orlandi, 2007, p.29).

Enquanto a linguagem favorece a estabilização dos sentidos, no silêncio, em contrapartida, sujeito e sentido movem-se largamente. “Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido”, afirma Orlandi (2007, p.11), segundo a qual há

uma distinção entre implícito, uma forma de domesticação da noção de não-dito pela semântica, e silêncio.

A estudiosa distingue ainda duas categorias de silêncio, o silêncio fundador e a política do silêncio, que, por sua vez, abrange duas formas de silêncio, o silêncio constitutivo e o silêncio local.

Princípio de toda significação, o silêncio fundador, ou fundante, classificado como o não-dito que significa e dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para tal, indica que “todo processo de significação traz uma relação necessária ao silêncio” (Orlandi, 2007, p.53), não estabelecendo uma distinção entre o que se diz e o que não se diz. “Quando atentamos para o silêncio, tematizando razões ‘constitutivas’, fazemos o percurso da relação silêncio/linguagem e estamos no domínio do silêncio fundante” (idem, p.54), acrescenta.

Em contrapartida, enquanto o silêncio fundador não estabelece nenhuma divisão entre o dito e o não-dito, na medida em que significa por ele mesmo, a política do silêncio, partindo do princípio de que o sentido é determinado ideologicamente, produz um recorte necessário no sentido. Dessa forma, ao dizer, o sujeito estará não dizendo outros sentidos, que poderiam levá-lo a ocupar outra posição.

O silêncio não é a ausência de palavras. Impor o silêncio não é calar o interlocutor mas impedi-lo de sustentar outros discursos. Em condições dadas, fala-se para não dizer (ou não permitir que se digam) coisas que podem causar rupturas significativas em relação de sentidos. As palavras vêm carregadas de silêncio(s). (Pêcheux, 2007, p.102).

Ainda com relação à política do silêncio, o silêncio constitutivo pertence à própria ordem de produção de sentido, presidindo qualquer produção de linguagem e colocando em funcionamento “o conjunto do que é preciso não dizer para poder dizer” (Orlandi, 2007, p.74). Apagam-se, assim, sentidos a se descartar, “sentidos que poderiam instalar o trabalho significativo de uma ‘outra’ formação discursiva, uma ‘outra’ região de sentidos” (idem). Por outro lado, o silêncio local é a manifestação mais visível da política do silêncio, interditando o dizer, censurando-o. “Trata-se da produção do silêncio de forma franca, isto é, é uma estratégia política circunstanciada em relação à política dos sentidos: é a produção do interdito, do proibido”.

No entanto, vale destacar que outros dizeres podem escapar em dizeres censurados, revelando sentidos não previstos, transformando-se, assim, em um espaço de resistência.

Mesmo produzidos em uma situação de ditadura, por exemplo, ainda que silenciadas, as palavras podem ser carregados de outros sentidos, de sentidos não ditos ou construídos. Resumindo, no não dito pode haver resistência.

“O silêncio, mediando as relações entre linguagem, mundo e pensamento, resiste à pressão de controle exercida pela urgência da linguagem e significa de outras e muitas maneiras”, afirma Orlandi (2007, p.37). Dito de outro modo, não há censura completamente eficaz; os sentidos escapam.

Apresentamos neste capítulo o percurso teórico e metodológico que nortearam este estudo. Passaremos, a seguir, a uma maior explanação do nosso objeto de estudo - o discurso da proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG CDI -, tomando como referência o processo de formulação e ressignificação das ONGs brasileiras nas quatro últimas décadas, especificamente.

3 ORGANIZAÇÕES NÃO GOVERNAMENTAIS NO BRASIL – TRAJETÓRIA POLÍTICO-IDEOLÓGICA E RESSIGNIFICAÇÃO SOCIAL

Como vimos no capítulo anterior, de acordo com a AD de linha *pêcheuxtiana* o dizer está vinculado às Condições de Produção (CP). Ou seja, o contexto histórico-social é inerente à produção de sentidos, os quais, materializados na enunciação, revelam as posições ideológicas assumidas pelos sujeitos em um determinado contexto.

Enfim, o processo discursivo se inscreve nas relações de classes, espaço ideológico de reprodução e transformação das relações de produção.

Nesse sentido, partimos da perspectiva de que a ideologia é mais do que reflexo das formações sociais. Para Pêcheux (1988, p.144), a ideologia não é feita de “ideias”, na medida em que não se reproduz “sob a forma de um *Zeitgeist* (isto é, o espírito do tempo, a ‘mentalidade’ da época, os ‘costumes de pensamento’, etc.) que se imporia de maneira igual e homogênea à sociedade, como espaço anterior à luta de classes”. Ao contrário, a ideologia é dinâmica social; está sempre se movendo, acompanhando as transformações sociais e políticas.

No texto **A propósito da Análise Automática do Discurso: atualização e perspectivas** (1975), Pêcheux e Fuchs avançam em relação às reflexões suscitadas na **Análise automática do discurso** (1969) ao postularem a articulação de três regiões do conhecimento – o materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso⁸. Sob a perspectiva de uma semântica materialista, os autores demonstram que os processos de produção dos sentidos são historicamente determinados, emergindo no discurso a partir da relação entre os sujeitos, originando-se, daí, os embates ideológicos.

É dessa forma, afirma Orlandi (2012, p.37), que a AD “adquire seu sentido pleno”. Concebendo a língua no processo histórico-social e “colocando sujeito e o sentido como parte desse processo”. Logo, há que se partir do pressuposto de que os discursos não são objetos empíricos, que a enunciação é um espaço em que o linguístico e o histórico se encontram de

⁸ O Materialismo histórico, a linguística e a teoria do discurso são definidos por Pêcheux e Fuchs (1997, p.163-64) como, respectivamente, “teoria das formações sociais e de suas transformações”, abrangendo aí a teoria das ideologias; “enquanto teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos de enunciação ao mesmo tempo”; e “como teoria da determinação histórica dos processos semânticos”. Necessário ressaltar que as três áreas são “atravessadas e articuladas por uma teoria da subjetividade”, de natureza psicanalítica, que a noção de indivíduo para sujeito, constituído na relação com o simbólico, com a história.

forma imbricada, de modo a determinar a constituição do sujeito e dos sentidos que o significam.

Processo esse cujas condições de existência e funcionamento são dissimuladas para o próprio sujeito, a fim de que este seja conduzido, “sem se dar conta, e tendo a impressão de estar exercendo sua livre vontade, a ocupar o seu lugar em um ou outra das duas classes sociais antagonistas do modo de produção” (Pêcheux e Fuchs, 1997, p.166). De outra forma, o processo ideológico funciona de modo que o sujeito não perceba que é determinado quanto a suas escolhas, conforme vimos anteriormente.

Pêcheux e Fuchs (1997, p.171) fazem referência ao texto de 1969 para ressaltar que o que faltava na definição da categoria das CP de então era “uma teoria não subjetiva da constituição do sujeito em sua situação concreta de enunciador”.

Ressignificado em meados da década seguinte, o sujeito passa a ser percebido como uma posição ideológica, um lugar materialmente dividido desde sua constituição, determinado no interior de uma formação social sustentada pela existência de realidades complexas, resultantes, por sua vez, do antagonismo de classes - imprescindível para a manutenção das relações de produção.

Portanto, as relações de classes se especificam pelo confronto de posições políticas e ideológicas que, embora não “constituem a maneira de ser dos indivíduos” (Pêcheux e Fuchs, 1997, p.166), organizam-se em “formações que mantêm entre si relações de antagonismo, de aliança ou de dominação”. Em outros termos, o dizer relaciona-se às formações ideológicas, espaço de constituição do sujeito e dos sentidos, como visto no capítulo precedente a este.

Falaremos de formações ideológicas para caracterizar um elemento [...] suscetível de intervir como uma forma em confronto com outras forças na conjuntura ideológica característica de uma formação social de um dado momento; desse modo, cada formação ideológica constitui um conjunto complexo de atitudes e representações que não são nem ‘individuais’ nem ‘universais’ mas se relacionam mais ou menos diretamente a *posições de classes* em conflitos umas com as outras (Pêcheux e Fuchs, 1997, p.166).

A partir dos pressupostos acima lançados, daremos andamento a este estudo percorrendo, nos três subcapítulos seguintes, o processo de desenvolvimento histórico dos movimentos sociais e das ONGs no Brasil, fundamental para a análise dos recortes referentes

ao discurso do programa de inclusão digital do Comitê para Democratização da Informática (CDI).

A finalidade é demarcar e relacionar, desde já, as posições que perpassaram e perpassam o discurso das ONGs, delimitando suas especificidades com vistas a uma maior compreensão do nosso objeto de estudo.

3.1 Os primeiros movimentos sociais no Brasil - Práticas ideológicas e sociais

Haja vista que as primeiras ONGs brasileiras estiveram vinculadas aos movimentos sociais, faz-se necessário expandir nosso estudo através do resgate e reflexão destes. Entendemos que assim procedendo teremos uma melhor compreensão do processo que possibilitou a identificação entre as organizações, permitindo a associação entre ambas, bem como o processo que culminou na mudança de posição ideológica das ONGs em relação aos movimentos sociais.

Nesse momento, valem-nos dos estudos de Maria da Glória Gohn, Ruth Vasconcelos Lopes Ferreira, Ivo Lesbaupin, Carlos Alberto Steil, Jurjo Torres Santomé e Leilah Landim, cujas reflexões acerca dos movimentos sociais, das ONGs, da educação e da política neoliberal foram de suma importância para o desenvolvimento desta pesquisa.

De antemão, é necessário esclarecer que o nosso propósito não é o de percorrer toda a trajetória dos movimentos sociais no Brasil, esmiuçando suas ações. A finalidade é resgatar, de forma breve, algumas mobilizações, relacioná-las aos poderes constituídos de suas respectivas épocas, para, daí, compreendermos suas posições ideológicas.

Estudiosa dos movimentos sociais desde os anos 70, a socióloga Maria da Glória Gohn define os movimentos sociais da seguinte forma:

Nós os encaramos como ações sociais coletivas de caráter sociopolítico e cultural que viabilizam formas distintas de a população se organizar e expressar suas demandas. Na ação concreta, essas formas adotam diferentes estratégias que variam da simples denúncia, passando pela pressão direta (mobilizações, marchas, concentrações, passeatas, distúrbios à ordem constituída, atos de desobediência civil, negociações etc.) até as pressões indiretas (Gohn, 2011, p.335).

A fim de sistematizar as problemáticas que cercavam e cercam os movimentos sociais brasileiros, Gohn remete seus estudos aos séculos XIX e XX⁹.

A autora chama a atenção para o fato de que, dentre os embates mobilizados ao longo do século dezenove, os relacionados ao sistema de poder e ao controle político “tornaram-se as mais famosas da História”, em detrimento dos “movimentos populares liderados por homens do povo” (2003, p.19), como a reação indígena, a Balaiada do Maranhão e Piauí e a Guerra dos Cabanos de Pernambuco e Alagoas, entre outros.

Com relação aos movimentos escravocratas, Gohn destaca que grande parte das mobilizações ocorridas na primeira metade do século XIX não tinha como fim a eliminação do regime de escravidão no Brasil. Seus líderes, representantes da sociedade “condicionados e moldados por ideologias liberais” (2003, p.23), não questionavam a estrutura de produção existente, “mas o modo como ela estava organizada, privilegiando apenas as elites ligadas aos interesses da Coroa”.

Interessante observar que mesmo quando passam a defender a eliminação da escravidão, já na segunda metade do século, tanto os conservadores como os liberais agiram mais por conveniência, na medida em que o modo de produção baseado na mão de obra escrava passou a ser um entrave para o desenvolvimento econômico do país.

É necessário ainda ressaltar que embora as camadas populares não estivessem excluídas dos movimentos reivindicatórios, ainda que participassem, segundo Gohn, “como grupo de frente e não apenas como massa de apoio mobilizada no calor dos acontecimentos” (2003, p.25), suas ações¹⁰ eram as mais reprimidas, em virtude da “falta de clareza, de politização, de projetos claros e das ambiguidades das alianças, aguçadas pelas contradições das camadas médias”.

⁹ GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais: a construção da cidadania dos brasileiros**. 3ªed. São Paulo: Loyola, 2003.

¹⁰ Gohn cita a Cabanagem no Pará (1835) e a Revolução Praieira (1847-49) como movimentos populares que não sobreviveram por muito tempo. O primeiro, organizado por negros, mulatos, cafuzos, mestiços e brancos moradores de cabanas à margem dos rios e igarapés de Belém (Pará), apesar de terem constituído o primeiro governo popular de base índio-camponês ao expulsar o representante da corte imperial, foram destituídos do poder após dez meses de gestão. A Revolução Praieira, por sua vez, contou com a participação da elite intelectual e política e de cerca de dois mil homens armados. Eclodido em Pernambuco, o movimento foi de encontro ao projeto das oligarquias rurais ao reivindicar a abolição do latifúndio como forma de mudança social. No entanto, foi dominado pelas forças oficiais. Seus líderes foram mortos ou deportados.

Outro fator preponderante para o desmonte das ações populares foram as estratégias discursivas lançadas pela classe dominante a fim de desmotivar a adesão aos movimentos que ameaçavam a estrutura dos poderes constituídos.

Nesse sentido, voltamos ao movimento abolicionista, segundo Gohn (2003, p.49) um dos “mais controversos [...] do ponto de vista de suas interpretações”, para destacar que as linhas de investigações dos historiadores tradicionais sobre os acontecimentos que culminaram na abolição, ainda que distintas em suas perspectivas, apontam para um mesmo direcionamento: as relações de produção.

Para alguns analistas, a ênfase é dada ao papel dos agentes externos, particularmente às pressões inglesas. Para outros, os fazendeiros paulistas tiveram grande papel ao patrocinar a política de imigrações e implementar projetos de colonização por meio da parceria e outras formas de contrato de trabalho. Para outros, ainda, foi um movimento das camadas médias, que ganhou força entre alguns setores militares descontentes com o regime monárquico e principalmente com a intelectualidade da época (Gohn, 2003, p.50).

Mas, e a voz dos escravos? Daqueles que se voltaram contra o regime, dos que fugiram, formando grupos de resistência? Por que a história quase sempre traz referências da classe hegemônica quando se refere à abolição da escravidão?

As respostas a tais indagações necessitariam ampla investigação, o que foge dos objetivos deste estudo. Entretanto, é possível compreender, através da contextualização que expusemos até o momento, que o processo de constituição dos sentidos está diretamente atrelado à formação ideológica dominante.

Para Fernandes (2008, p.14), a produção dos sentidos está vinculada à forma como os sujeitos “compreendem a realidade política e social na qual estão inseridos”. Ou seja, nenhum discurso nasce do nada. Nem tampouco são fixos. Estão sempre mudando, acompanhando as transformações de uma época. “Todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando”, aponta Florêncio et al. (2009, p.25), que complementa: “para responder às necessidades postas nas relações entre os homens, para a produção e reprodução de sua existência”, o discurso “carrega o histórico e o ideológicos dessas relações”.

Entre as mobilizações que suscitaram fortes embates ideológicos no Brasil do século XIX, os movimentos de ordem messiânica estão entre os mais duradouros.

O mais significativo, do ponto de vista histórico, foi a Revolta de Canudos (1874-97). Tratado pela mídia conservadora como fenômeno ligado ao fanatismo religioso - liderado por um beato errante que se estabelecera na Fazenda Belo Monte, numa área extremamente infértil, no sertão da Bahia -, o movimento se tornou um problema para o governo federal, a ponto de este autorizar a expedição de tropas militares para a região, culminando na morte de mais de oito mil pessoas, após onze meses de batalha.

Sob a justificativa de que Antônio Conselheiro e seus seguidores punham em risco a manutenção da velha república, o Estado, com o apoio da mídia, silenciou as reais motivações do movimento: a resistência às oligarquias rurais.

Com a entrada do século vinte, imprimiu-se um novo caráter às lutas sociais. O processo de reformulação da economia originou novas categorias profissionais. Ao longo das três primeiras décadas, as organizações anarco-sindicalistas, sob a influência dos imigrantes estrangeiros, incentivaram a criação de sindicatos, de federações e confederações, bem como a participação dos trabalhadores em movimentos grevistas.

Segundo Gohn (2003, p.62), “fiéis a seus princípios ideológicos, os anarco-sindicalistas combaterão o Estado, a igreja e toda forma de organização burocratizada e rígida, especialmente as Forças Armadas”.

Como resposta, forças policiais foram lançadas contra o movimento. Resposta semelhante foi dada às classes populares e médias que exigiam melhores condições de vida, através do barateamento no custo dos aluguéis, do congelamento de gêneros alimentícios e do acesso à educação formal, entre outras reivindicações.

No entanto, mesmo com as forças repressivas do Estado, sublevações de toda ordem começavam a se espalhar por todo o território nacional. A título de exemplo, podemos citar a **Revolta da Vacina**, insurreição popular que teve origem na cidade do Rio de Janeiro em virtude da campanha de vacinação do governo federal contra a varíola. A revolta, tanto da população como das lideranças que se opunham ao governo, não era contra as vacinas em si, mas o modo como eram aplicadas, de forma agressiva, invasiva, através de lei obrigatória, que previa multa e demissões em caso de recusa.

Dessa forma, dada a dimensão do caos social, o Estado, os empresários e a Igreja Católica se unem a fim de elaborar e colocar em prática uma série de ações conjuntas, como o

controle sanitário, a criação de vilas operárias e a organização de sessões de cinema. Aqui, podemos antever o prenúncio do que se tornariam as entidades sem fins lucrativos ao fim do século 20, conforme veremos neste capítulo.

Com a entrada da década de trinta, o caráter da luta social passa por um novo processo de ressignificação. Pela primeira vez, as classes populares se transformam em atores sociais com direitos adquiridos.

Durante o governo de Getúlio Vargas (1930-1945), o modelo econômico rural começou a ser substituído por um projeto liberal industrializante. Consequentemente, o espaço urbano ganhou uma maior atenção das políticas públicas.

Por outro lado, ao mesmo tempo em que foram estabelecidos direitos mínimos, como o sufrágio universal e o sistema de ensino público, o Estado passou a controlar a economia e a sociedade com mais vigor através da criação de legislação específica. O período foi marcado por avanços e retrocessos no que se refere aos direitos trabalhistas.

Dois Constituições foram promulgadas durante o governo Vargas. A primeira (1934) nacionalizou indústrias e bancos, reconheceu os sindicatos e as associações profissionais, criou a Justiça do Trabalho e estabeleceu que a educação deveria ser ministrada pela família e pelo Estado. Indo na contramão desta, a Carta de 1937, de base fascista, revoga a independência dos sindicatos e determina o fechamento dos partidos, demite e aposenta funcionários considerados inimigos do governo e delega para os pais a responsabilidade pela educação dos filhos.

Três anos depois, novas leis trabalhistas são anunciadas, como a jornada de oito horas, férias remuneradas, estabilidade no emprego e a regulamentação do trabalho de mulheres e menores. Ao mesmo tempo, reforça-se a estrutura sindical, de base corporativista, diga-se de passagem, com a criação do imposto sindical.

Com o fim do Estado Novo, em 1945, o país entra em uma nova fase política e econômica, denominada populista ou nacional-desenvolvimentista. De acordo com Gohn (2003, p.90), “foi um período fértil em formas de participação popular”, marcada pela volta da disputa político-partidária, pela multiplicação dos sindicatos e pela emergência dos movimentos sociais em diferentes partes do país, “reivindicando múltiplas questões, das quais destacamos as reformas de base, políticas nacionalistas e equipamentos urbanos básicos para a

sobrevivência dos grandes contingentes humanos que se deslocavam do campo para a cidade” (idem, p.91).

Mas, enquanto a população se mobilizava contra a carestia, a fome, a favor da reforma educacional e agrária e pelo direito à moradia; enquanto os movimentos estudantis se expandiam, através da discussão e reivindicação de questões relacionadas à política nacional; enquanto os trabalhadores organizavam mobilizações, como a **Greve Geral**, que em 1953 mobilizou cerca de 300 mil trabalhadores em todo o país; a elite conservadora e o Estado firmavam acordos com as indústrias americanas e europeias, indo de encontro aos rumos dados à economia.

No próximo subcapítulo, direcionaremos nosso estudo para o momento em que os movimentos sociais entram em declínio, em virtude da grande repressão imposta pelo regime militar, e de como voltam à cena pública, ganhando visibilidade durante o período de redemocratização.

Voltaremos, enfim, nosso olhar para as ONGs. Veremos como, em um primeiro momento, as organizações se identificaram com os movimentos sociais, associando-se a estes, e de como, cerca de 20 anos depois, rompem com os movimentos, ganhando autonomia e ressignificando o papel da sociedade civil organizada no Brasil.

3.2 Ditadura, declínio e ascensão dos movimentos sociais e as primeiras ONGs

Período conturbado da história contemporânea brasileira, o regime militar se manteve no país através de uma série de estratégias discursivas que buscavam dotá-lo de legitimidade. Assim, tão logo João Goulart é destituído da Presidência da República, em 31 de março de 1964, os militares tentam convencer a população de que a derrubada de um governo constituído legalmente foi necessária para salvaguardar a democracia dos **inimigos internos**, que ameaçavam a segurança nacional.

Dessa forma, sob a justificativa de que agiam em nome do interesse da Nação, os militares deram início a um novo ciclo na política brasileira. Entra em cena o aparelho militar, que, liderado pelo alto escalão do Exército, assume o controle do poder político, permanecendo nesta posição até meados da década de 1980.

Ao longo desse período, o país vivenciou um dos momentos mais repressivos de sua história. O golpe de 64 representou “um verdadeiro baque para as organizações populares”, afirma Lesbaupin (1996, p.24). Sindicatos foram fechados, ligas camponesas abolidas, manifestações proibidas e lideranças perseguidas, presas, torturadas e assassinadas.

Entre 1964 e 1968, a oposição ao regime se concentrou, sobretudo, nos movimentos estudantis, através de mobilizações em torno da reivindicação de mais verbas para o ensino público e mudança nos currículos, expandindo-se para as questões de âmbito social, especialmente para as causas das classes populares, que vinham sofrendo as consequências do processo recessivo.

Entretanto, em 1968, quando os movimentos alcançaram o seu apogeu em termos de manifestações públicas e adesão popular, os militares promulgaram a Reforma Universitária, que, somada ao Decreto 477 e ao Ato Institucional nº5 (AI-5), resultaram no amordaçamento do movimento estudantil brasileiro.

Oficializado por meio do AI-5, o auge da repressão retirou dos brasileiros direitos fundamentais – entre os quais a liberdade de expressão. Militantes de esquerda, jornalistas, professores, compositores e artistas sofreram limitações com relação à divulgação de suas práticas e ideias. A repressão perseguia qualquer ideia considerada **subversiva**, isto é, que fossem de encontro aos ideais do governo ditatorial. Em nome deste, os militares prenderam, sequestraram, torturaram, exilaram e mataram, culminando em centenas de casos de desaparecidos políticos.

Com o endurecimento da repressão policial-militar, muitos líderes estudantis entraram para a luta armada.

Segundo Lesbaupin (1996, p.24), “a oposição ao regime ficou praticamente por conta das organizações de esquerda que optaram pela luta armada”. Surgem, dentro desse contexto, os movimentos políticos de guerrilhas, os quais se dividiram em duas zonas distintas: a urbana, cujas ações incluíam assaltos a bancos e sequestro de políticos e autoridades; e a de ordem rural, caracterizada pela aglutinação de militantes de esquerda, posseiros e pequenos lavradores. A mais famosa e duradoura foi a **Guerrilha do Araguaia** (1967-1974), organizada em Goiás, onde os militantes pretendiam construir uma base de luta contra o

regime militar. No entanto, foi aniquilado, resultando em 15 guerrilheiros mortos e 51 desaparecidos.

Após um período de extrema repressão, os militares dão início, durante o governo ditatorial de Ernesto Geisel (1974-1979), ao processo de redemocratização. A decisão foi impulsionada, de um lado, pela vitória eleitoral do MDB, único partido de oposição permitido pelo regime, e de outro, pelo fracasso do “milagre econômico¹¹”. Com isso, os movimentos populares retornam à cena pública.

Até então, afirma Gohn (2003, p.105-106), as massas populares, apesar do arrocho salarial, mantiveram-se caladas, “pois havia emprego, era extremamente perigoso se manifestar publicamente, não havia vida político-sindical, a não ser de caráter assistencialista, e ainda havia a possibilidade do sonho da casa própria”. Assim, o retorno das mobilizações ocorre primeiramente nos bairros periféricos, a partir de onde os setores populares começam a se reorganizar através de associações de moradores, de clubes de mães e das comunidades de base.

Em meio ao caos econômico e político, os movimentos sociais foram recepcionados como agentes de transformação social, como espaço que apresentava uma nova forma de fazer política, desvinculado dos interesses do Estado e dos partidos políticos. A rearticulação da sociedade civil organizada levou a um clima de esperança, da necessidade da participação de todos nas decisões sociais e políticas. A população passou a acreditar que organizada poderia promover uma série de mudanças sociais, tornando-se fundamental para transição democrática.

Em um primeiro momento, os movimentos procuram atuar de forma autônoma e autodeterminante, com vistas a fortalecer a sociedade civil através de uma ação conjunta em prol de um país mais justo. Nesse sentido, em meio à luta para a volta da democracia, após um período conturbado de violação dos direitos humanos, grupos sociais começam a pressionar para que o Estado aprovasse a criação de mecanismos legais de garantia de uma vida mais digna para a população.

¹¹ Expressão referente ao rápido crescimento econômico experimentado pelo Brasil entre 1969 e 1973, em que o PIB crescia a uma taxa de aproximadamente 12% e a inflação atingia 18% ao ano. Alimentado por empréstimos do exterior, as obras de infraestrutura geraram milhões de empregos. No entanto, o crescimento teve um custo alto, gerando uma dívida externa elevada.

Em um segundo momento, porém, quando o processo de redemocratização avança, quando o governo ditatorial, cada vez mais pressionado, começa a se desarticular, os movimentos sociais iniciam, então, uma série de associações com grupos diversos, como ONGs, Igreja Católica e partidos políticos.

Constituídas durante a maior parte de sua história de pequenas entidades que privilegiavam a assessoria e o apoio aos movimentos sociais, as primeiras ONGs brasileiras não se autodenominavam ONGs, o que indicava, segundo Landim (1993, p.16), “um não reconhecimento de um fenômeno social com caráter institucional e identidade específica”. De acordo com a estudiosa, entidades assistenciais e filantrópicas, como FASE, CEDI e NOVA, começaram a se autodenominar Organização Não-Governamental somente na década de oitenta.

[...] organizações “a serviço dos movimentos populares” foram as primeiras – ou talvez as únicas, de modo mais sistemático – a se autoidentificar, a investir na construção de um conjunto de crenças e concepções sobre o que é ser uma “ONG” no Brasil, a produzir instâncias onde se constituem padrões de legitimidade a esse respeito (Landim, 1993, p.32).

Lesbaupin (1996, p.26) destaca que, espalhadas por todo o Brasil, as primeiras entidades “vão realizar um trabalho intenso de educação popular, de organização, de formação de pessoas e de lideranças populares, assessorando, orientando, apoiando os trabalhos de base”, contribuindo ainda na articulação entre os movimentos sociais e na captação e transferência para estes de recursos originados de organismos internacionais.

Nesse sentido, por desenvolver um trabalho de retaguarda, de bastidores, digamos assim, as ações das ONGs não tinham tanta visibilidade perante a opinião pública quando comparadas às mobilizações dos movimentos sociais.

Como veremos no próximo subcapítulo, as entidades somente começaram a ganhar visibilidade nos meios de comunicação brasileiros e, conseqüentemente, da opinião pública, na década de 1990, por ocasião, especificamente, da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento (ECO-92), realizada na cidade do Rio de Janeiro.

Voltando às mobilizações organizadas pelos movimentos sociais com o apoio das ONGs, suas atuações ocorreram no momento em que manifestações de toda ordem contra as péssimas condições de vida explodiram em todo o país. Originadas principalmente das classes

populares, as mais prejudicadas pelo regime militar, em contraposição à elite conservadora e à classe média, beneficiadas economicamente.

Uma das primeiras revoltas ocorre quando moradores de periferias descobrem que vários lotes de terras adquiridos por eles com grande sacrifício, eram, na verdade, clandestinos, ou seja, vendidos ilegalmente. Segundo Gohn (2003, p.112), como “na época não havia política para a casa popular”, áreas em bairros periféricos, longínquos dos centros urbanos, “eram loteadas e vendidas em prestações acima de cinco anos”, de modo que a população carente pudesse adquiri-las.

Construídas na base da autoconstrução familiar, as casas se localizavam em bairros que não apresentavam um mínimo de infraestrutura urbana.

Enquanto isso, as classes médias eram contempladas com financiamentos do Banco Nacional de Habitação (BNH). Nesse sentido, Gohn (2003, p.134) destaca que “casas, apartamentos e trocas constantes de carros e a compra de eletrodomésticos foram práticas de fácil acesso a essas camadas, nos anos 70”. Entretanto, como veremos adiante, a crise econômica dos anos oitenta alcança também a classe média, desestabilizando-a.

Importante ressaltar o envolvimento de religiosos no processo de conscientização das populações marginalizadas, possibilitando que estas se organizassem e lutassem por melhores condições de vida. Ala liberal da Igreja Católica, os integrantes da Teologia da Libertação defendiam uma ação mais engajada das classes populares. Vale lembrar que, embora centrada na figura e nos ensinamentos de Jesus Cristo, a Teologia se utilizava da teoria marxista para compreender as causas da pobreza, as contradições do capitalismo e as formas da luta de classes.

Uma das mobilizações mais importantes do período, o **Movimento do custo de vida** surge vinculado à Teologia da Libertação. De início, suas ações são organizadas nas Comunidades Eclesiais de Base (CEBs), espaços de discussão criados pela igreja que se espalhou por várias capitais brasileiras durante a ditadura.

Em 1973, membros do movimento enviaram uma carta ao presidente da república relatando as péssimas condições em que viviam as classes populares. Dois anos depois, resolvem fazer uma enquete a fim de saber como a população sobrevivia. Em 1976, organizam um abaixo-assinado, em âmbito nacional, exigindo o congelamento dos gêneros

alimentícios. Porém, quando da entrega das assinaturas (mais de um milhão), o governo não só se recusou a receber os representantes do movimento, como montou um aparato policial a fim de reprimi-los.

Em 1979, com a entrada de vários militantes do PC do B, até então agindo na clandestinidade, o movimento politizou-se partidariamente, mudou de direção, alterou o nome, passando a se chamar **Movimento de luta contra a carestia**, culminando no desligamento dos membros da Igreja Católica.

De acordo com Lesbaupin (1996, p.25), durante a fase mais repressiva da ditadura (1969-1976), a igreja católica, através da Conferência Nacional dos Bispos do Brasil (CNBB) e das CEBs, “foi o principal ponto de apoio da luta contra a ditadura”. Entre as ações mobilizadas, o autor cita as denúncias contra as violações dos direitos humanos, o apoio às classes oprimidas - especialmente os operários, camponeses, índios e moradores das periferias urbanas – e o trabalho de conscientização e de organização popular no interior das CEBs.

Entre 1979 e 1988, os movimentos sociais, ainda com o apoio das ONGs, alcançam seu apogeu em termos de conquistas e adesões. Dessa vez, integrantes da classe média, um dos pilares de sustentação da ditadura, saem às ruas, juntando-se às massas, em manifestações contra o regime militar.

Em 1979, ocorrem manifestações exigindo a volta dos exilados e a libertação dos presos políticos. A **Anistia política**, enfim, foi decretada pelo governo, sob a condição, porém, de que os militares envolvidos com a repressão não fossem punidos. Seis anos depois, a população ocupa novamente as ruas, participando de passeatas e comícios, dessa vez a favor das eleições diretas para presidente da república.

Denominado **Diretas já**, o movimento foi fundamental para o fim da ditadura. Havia esperança, na medida em que dois antes houvera eleições diretas para os governos dos Estados. Entretanto, a esperança foi logo substituída pela decepção, quando os parlamentares de Brasília derrotaram a emenda **Dante de Oliveira**.

O que se seguiu, afirma Gohn (2003, p.133), foi o “início do desencantamento” dos brasileiros com a política. Uma série de acontecimentos no campo da política levou a isso.

Primeiro, a morte de Tancredo Neves¹² antes de assumir a Presidência da República; depois, as negociações envolvendo a extensão do mandato de José Sarney, vice de Tancredo. Tudo isto, acrescenta a autora, “aliado ao crescimento da crise econômica, ao início da era dos pacotes e sustos no mercado financeiro”, levou ao esquecimento do movimento pelas eleições diretas para a presidência.

Atingida pela crise econômica, desemprego em massa e inflação galopante, a classe média, beneficiada economicamente pelo regime militar até os anos 70, mobiliza-se ao longo da década seguinte em prol de melhores condições de vida.

Em 1984, moradores de imóveis financiados pelo BNH criaram, em 1984, o **Movimento dos mutuários do BNH**, através do qual passam a reivindicar um posicionamento do governo em vista das altas prestações dos imóveis, cujos reajustes acompanhavam os índices oficiais, impossibilitando muitas vezes o pagamento destes.

É importante destacar que dada a nova conjuntura política, isto é, de eleições diretas, de certa forma a atenção política se voltou para as classes populares. Em outras palavras, a ascensão e permanência política passaram a depender principalmente das classes populares – a maioria dos eleitores.

Marco da história dos Direitos Humanos no Brasil, a elaboração da Constituição Federal de 1988 (CF/88) contou com a participação da sociedade civil organizada, sendo aprovada pelo Congresso Nacional, após dois anos de processo Constituinte. A CF/88 incluiu a educação como um dos direitos sociais assegurados pelo Estado, ao lado do direito à saúde, ao trabalho, à moradia, ao lazer, à segurança, à previdência social, à proteção à maternidade e à infância e à assistência aos desamparados.

A promulgação da Carta sinalizou uma das últimas conquistas dos movimentos sociais no Brasil. Ao final da década, os movimentos passam novamente por um processo de resignificação.

Ao mesmo tempo em que os partidos políticos tentam transformar os movimentos sociais em espaço de disputa política e a igreja retrocede em sua postura, em virtude das

¹² Tancredo Neves seria o primeiro civil eleito (indiretamente) para a Presidência da República após 21 anos de ditadura militar.

pressões vindas do Vaticano, as ONGs iniciam um processo de transformação de seus ideais e práticas.

De acordo com Ferreira (1997, p.23), ainda que em um primeiro momento os movimentos sociais relutassem em se associar aos partidos políticos, ressaltando sua autonomia, a resistência desmorona “quando cresce o número de lideranças que passam a exercer uma dupla militância tanto nos movimentos como em organizações partidárias”. A estudiosa observa que, a partir de um determinado momento, os partidos políticos, assim como a igreja e as ONGs, tentam intervir no funcionamento e na dinâmica dos movimentos sociais a partir de seus projetos organizacionais, gerando uma série de conflitos de ordem ideológica.

Nesse sentido, Ferreira acrescenta:

Na medida em que cada um destes “agentes externos” são portadores de projetos para os movimentos, estabelece-se um campo de atuação onde ocorrerá fortes disputas e tensões, imprimindo assim um caráter conflituoso a esta relação entre “agentes externos” e movimentos sociais. Tratando especificamente dos partidos políticos, este aspecto é bastante evidenciado uma vez que, em geral, cada partido segue orientações políticas distintas, e isto gera conflitos na dinâmica do próprio movimento (Ferreira, 1997, p.24).

Em um de seus estudos¹³, Ferreira (1997, p.28) se refere ao **Partido dos Trabalhadores** (PT) como o partido mais influenciado pelos movimentos sociais na década de 1980. Ainda assim, a estudiosa observa que, contraditoriamente, apesar dos esforços de seus militantes em exercer uma política de base, em incorporar a cultura política dos movimentos - não autoritária -, era “comum vê-los conduzindo o movimento através de um ‘fazer político’ tradicional: vanguardista e sectarista”. Ainda segundo Ferreira, a partir de “uma atuação pautada na visão de que os partidos são essenciais para dar direção política ao movimento,” os militantes almejavam, em verdade, o uso destes para fins políticos.

Após direcionarmos nosso estudo para dois momentos da história das ONGs. De um lado, o período em que houve identificação entre os ideais das ONGs e dos movimentos sociais, de outro, o momento em que as organizações começam a entrar em conflito com os movimentos sociais, daremos prosseguimento a este estudo focalizando as motivações que culminaram no rompimento entre as organizações.

¹³ FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Desafios e perspectivas: partidos políticos x movimentos sociais**. Maceió: Edufal, 1997.

Nesse sentido, nossa atenção será direcionada para a política neoliberal, fundamental para a mudança de paradigmas no que se refere às atuações da sociedade, do Estado e dos grandes grupos empresariais.

3.3 Política neoliberal, ruptura ideológica e ascensão das ONGs

As ONGs começam a romper progressivamente com os ideais dos movimentos sociais ao longo da década de oitenta. De categoria composta de pequenas entidades que atuavam nos bastidores, as ONGs ganham autonomia e visibilidade perante a opinião pública, passando de coadjuvantes a atores principais.

Aos poucos, as organizações se desvinculam dos movimentos sociais, crescem e se diversificam em variados subconjuntos; surgem, dessa forma, as ONGs relacionadas à ecologia, mulheres, negros, índios, entre outras temáticas.

Landim (1993, p.33) ressalta que as ONGs que continuavam a assessorar e apoiar os movimentos sociais tiveram que enfrentar o surgimento e a consagração de “novatas no campo”, que contavam com a “subversão de novas instâncias de legitimação e regras de reconhecimento”; instâncias estas representadas pelas agências financiadoras e ONGs internacionais, estranhas ao universo das parcerias estabelecidas com os movimentos sociais e as ONGs durante cerca de vinte anos.

Articuladas ao Estado, aos grandes grupos empresariais, a fundações e organismos financeiros internacionais, as ONGs, segundo Landim (1993, p.32), passam a se reproduzir, sobretudo, por meio da criação de novas organizações e “pela re-semantização de antigas”, sofrendo, por vezes, interferências em suas formas de atuação, agindo de acordo com os interesses de seus parceiros.

Assim, desvinculadas de um projeto estratégico de transformação da sociedade, adotam, em seu lugar, o discurso assistencialista, de caráter pontual e emergencial, adaptando-se, dessa forma, à lógica do sistema capitalista.

De uma instituição com um opositor específico e cuja articulação tinha como fundamento a conscientização política da sociedade civil a fim de apresentar aos poderes constituídos um conjunto de demandas sociais por meio da prática de pressão e mobilização, de modo contínuo e permanente, as ONGs, de acordo com Gohn (2011, p.336), reformulam

os ideais clássicos dos movimentos sociais no que se refere às noções de igualdade, fraternidade e liberdade.

Dessa forma, enquanto a igualdade é reformulada “com a tematização da justiça social” e a “fraternidade se retraduz em solidariedade”, a noção de liberdade, ao associar-se ao princípio da autonomia do sujeito, inova ao introduzir novos conceitos ao campo social, como “inserção na sociedade”, “inclusão social” e “autodeterminação com soberania” Gohn (2011, p.336).

Na concepção de Steil (1996, p.38), a ressignificação do capitalismo e o fim do Bloco Socialista “retiraram do horizonte de muitos militantes de esquerda as utopias que ligavam o seu destino ao das massas empobrecidas do Terceiro Mundo”. Ao mesmo tempo, o conflito entre as demandas sociais e os interesses dos grupos dominantes de outrora é substituído pela “convivência pacífica” entre ambos.

É notório observar que boa parte das ONGs em atividade nas duas últimas décadas busca apenas abrandar os problemas sociais ocasionados pelo capitalismo, apaziguando conflitos sociais e evitando possíveis avanços de modelos alternativos de sociedade; contribui, assim, para a manutenção das relações de produção vigentes.

Para entendermos o porquê da mudança do papel das ONGs no Brasil, é necessário retrocedermos, brevemente, às primeiras décadas do século vinte, quando os países mais ricos instituíram uma série de reformas sociais com o objetivo de conter o avanço do socialismo - fortalecido após a **Revolução Russa** (1917) -, que começava a ganhar adeptos no mundo capitalista, especialmente da classe trabalhadora, em constante tensão com a classe detentora dos meios de produção.

Organizados em sindicatos, associações e partidos políticos, os trabalhadores conquistavam cada vez mais poder de barganha na hora de negociar seus salários e exigir condições dignas de trabalho e de sobrevivência.

Podemos afirmar, então, que as reformas sociais implementadas nos países mais desenvolvidos em meados do século passado estão diretamente relacionadas ao processo de industrialização no mundo desenvolvido; em outras palavras, aos problemas sociais decorrentes de uma economia fundamentada no capitalismo liberal – fortemente fundamentada na não intervenção do Estado nas atividades produtivas.

Definido inicialmente na Grã-Bretanha, o Estado do Bem-Estar, também conhecido como *Welfare State*, estabeleceu padrões mínimos de educação, saúde, habitação, lazer, transporte, seguridade social e renda aos cidadãos.

O modelo se estendeu para outros países desenvolvidos, chegando ao auge na década de sessenta. Na mesma época, os conservadores começam a tecer duras críticas ao que denominavam “excesso de demandas democráticas” do Estado do Bem-Estar Social, segundo eles “cada vez mais extenso, pesado e oneroso” (Fiori, 2012, p.12).

As críticas eram generalizadas, estendendo-se, inclusive, aos partidos de esquerda. Nesse sentido, Fiori (2012, p.14) se reporta ao nascimento teórico-ideológico da nova direita e da nova esquerda nos anos 60, relacionando-o à crise do *welfare state* e ao surgimento da política neoliberal.

Ambas as posições criticavam, a partir de perspectivas ideológicas distintas, o modelo social. Conforme Fiori (2012, p.14), enquanto os novos conservadores “viram no *welfare state* peça no seu diagnóstico da crise dos estados democráticos que já vinham formulando desde a segunda metade dos anos sessenta”, a nova esquerda, por outro lado, “viu no Estado de Bem-Estar Social uma peça central do imenso e anônimo aparelho de Estado responsável por um gigantesco trabalho de ‘cooptação’ e desativação da classe trabalhadora”.

Mas, ressalta Fiori, os novos conservadores foram os que mais comemoraram o fim do modelo social, em meados dos anos setenta.

Seja como for, a verdade é que as ideias neoconservadoras é que acabaram politicamente vitoriosas, difundindo-se de forma implacável por todo o mundo a partir de sua vitória no eixo anglo-saxão. E foram elas, portanto, que animaram os projetos neoliberais de reforma dos Estados que acabam atingindo em cheio os Estados de Bem-Estar Social, desacelerando sua expansão ou desativando muitos de seus programas (Fiori, 2012, p.14).

Iniciada na Inglaterra e Estados Unidos, a política neoliberal somente alcançou hegemonia com a adesão dos países subdesenvolvidos, que tiveram que se adequar à nova ideologia, ainda que à custa de sacrifício social.

Símbolo da inserção da política neoliberal nos países de terceiro mundo, o **Consenso de Washington** (1989) estabeleceu, por intermédio de funcionários do governo norte-americano e de organismos financeiros internacionais, uma série de estratégias para que o mundo periférico, dependente financeiramente do Fundo Monetário Internacional (FMI) e do

Banco Mundial, se adequasse aos planos econômicos impostos pelas nações mais ricas industrialmente.

A adesão brasileira aconteceu com a abertura comercial promovida pelo governo de Fernando Collor de Mello (1990-1992). Mas, o principal momento de expansão das políticas neoliberais no país se deu no governo Fernando Henrique Cardoso (1995-2002), durante o qual surgiu a ONG CDI.

Partindo do princípio de que o excesso de responsabilidade com a sociedade torna o estado deficitário, a prática neoliberal busca cortar gastos públicos de diversas formas. Seja através de cortes nos gastos públicos - incluindo redução de repasse de verbas para setores essenciais, como saúde, educação e empregos -, reformas e ajustes nas áreas econômicas, administrativas e políticas, privatização de empresas estatais ou na transferência da regulação da economia para a iniciativa privada.

Para Santomé (2003, p.19), ao aderir à política neoliberal “o Estado tende a reduzir o seu papel tradicional no setor público, transferindo as responsabilidades que têm a ver com o chamado Estado do Bem-Estar para o âmbito privado”. Sua principal função passou a limitar-se, acrescenta o estudioso, à “programação e à tomada de decisões que favoreçam essa transferência de poderes, não vacilando em assumir os erros dos grupos empresariais que fracassarem em seu jogo no mercado”.

O enxugamento das funções do Estado, imposto pelos organismos financeiros internacionais, resultou, inevitavelmente, na multiplicação e na diversificação de entidades sem fins lucrativos no Brasil, sobretudo das ONGs, numa tentativa de preencher as lacunas deixadas pelo Estado.

Paradoxalmente, muitas entidades passam a ser mantidas ou apoiadas pelos mesmos organismos responsáveis pela imposição da política de estado mínimo - como o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), um dos mantenedores do CDI.

Além de impor uma série de limitações aos países subdesenvolvidos e de apoiar, contraditoriamente, seus programas sociais, os organismos financeiros criam ainda uma série de estratégias discursivas com vistas a ganhar a adesão popular.

Assim, na tentativa de convencer a população a aceitar e defender a privatização de empresas estatais, por exemplo, disseminam discursos que culpabilizam os governos pelos fracassos nas áreas econômica e social, por vezes tachando-os de incompetentes e ineficientes, em detrimento das empresas privadas, consideradas eficientes. Dessa forma, o discurso em torno da defesa da gestão do público pelo setor privado tem como principal eixo a competência.

E, em meio à propagação do discurso relativo à ineficiência do Estado e da valorização do setor privado, as multinacionais e as grandes empresas nacionais começam a intervir cada vez mais nas questões sociais, seja elaborando projetos sociais no interior das empresas, junto aos trabalhadores, ou estabelecendo parcerias com entidades sem fins lucrativos, especialmente com as ONGs.

Seguindo a lógica da política do estado mínimo, o Estado começa a multiplicar o número de parcerias com as entidades sem fins lucrativos, em especial com as instituições que desenvolvem projetos voltados para a educação, cultura e saúde, e, paradoxalmente, com as empresas, projetando as marcas destas em troca de serviços sociais de caráter emergencial, prestados à população marginalizada.

A descentralização dos serviços sociais, que norteou as políticas governamentais no mundo periférico a partir do Consenso de Washington, tendo como principal característica a focalização no ataque à pobreza, “não passam de uma tentativa de racionalizar a situação de agravamento geral das situações de pobreza e desamparo social a que foram conduzidos quase todos os países periféricos submetidos ao ajuste”, observa Soares (2002, p.21-22), segundo o qual os programas mantidos pelas entidades sem fins lucrativos, especialmente os baseados na retórica da solidariedade e da participação comunitária, foram incapazes “sequer de atenuar os problemas sociais existentes, que dirá resolvê-los” (2002, p.80).

Conforme Gohn (2003, p.128), o crescimento das ONGs e a política de parcerias no setor público, especialmente no âmbito local, “são lados complementares das novas ênfases das políticas sociais contemporâneas”. De um lado, regulamenta-se o papel do Estado perante a economia e a sociedade, de outro, suas responsabilidades são transferidas “para as ‘comunidades’ organizadas, com a intermediação das ONGs, em trabalhos de parceria entre o público estatal e o público não estatal e, às vezes, com a iniciativa privadas também”. Tenta-

se, dessa forma, amenizar as consequências da política do estado mínimo, conforme adiantamos acima.

Em meio a uma conjuntura marcada ainda pela reestruturação no mercado de trabalho, organismos financeiros internacionais, partidos de direita e grupos empresariais se unem em prol da reforma educacional.

Segundo Cavalcante (2007, p.61), a reforma da educação, “lugar onde se processa, se produz e se transmite conhecimento”, surge da necessidade de ajustar o ensino à nova lógica capitalista, à ideologia da desregulamentação do Estado em relação às atividades econômicas e sociais, à ideologia da flexibilização – caracterizada pelas mudanças no mundo do trabalho – e à ideologia da privatização.

Um dos principais meios reprodutores do discurso capitalista, o ambiente educacional funciona como espaço disciplinador e de criação de modelos de comportamento. Ou seja, não basta somente qualificar o indivíduo para o mercado de trabalho, dotá-lo de conhecimento específico para o exercício de uma determinada profissão. Para que as relações de produção sejam mantidas, é imprescindível assegurar a introjeção de regras determinadas pela classe hegemônica.

É o que afirma Althusser, segundo o qual a reprodução da força de trabalho, tão somente, é insuficiente garantir a manutenção da formação social vigente:

A reprodução da força de trabalho evidencia, como condição *sine quae non*, não somente a reprodução de sua ‘qualificação’ mas também a reprodução de sua submissão à ideologia dominante, ou da ‘prática’ desta ideologia, devendo ficar claro que não basta dizer: ‘não somente mas também’, pois a reprodução da qualificação da força de trabalho se assegura em e sob as formas de submissão ideológica (Althusser, 1985, p.59).

No início da sociedade capitalista, em meio à revolução industrial, a preocupação era, sobretudo, construir indivíduos obedientes e acríticos “com relação aos modelos de sociedade e aos poderes estabelecidos”, diz Santomé (2003, p.189). Havia, então, a urgência de se estabelecer uma ética do trabalho relacionado à nova ordem. Nesse sentido, não havia a preocupação com relação ao nível cultural dos professores. Era exigido apenas que soubessem ler, escrever e fazer as quatro operações matemáticas. O mais importante era que durante as aulas, os professores **ensinassem** noções de obediência, pontualidade e disciplina.

De lá para cá, mudanças significativas ocorreram na prática pedagógica, exigindo de professores e alunos a readaptação à nova lógica do mercado. Assim, a partir da reestruturação tecnológica e da globalização do capitalismo, entre as décadas de oitenta e noventa, as novas necessidades do mercado passaram a determinar a formação de sujeitos mais competitivos, individualistas e flexíveis.

Pizzi (1999, p.18) ressalva que “há, pela primeira vez de forma bastante explícita e direta, um atrelamento da educação básica ao processo produtivo, aos interesses de mercado de trabalho e às novas qualificações demandadas”.

O modelo praticado por boa parte das instituições educacionais atuais se volta preponderantemente para a formação de sujeitos flexíveis, capazes de se adaptar às circunstâncias, de tomar decisões fundamentais e com capacidade de continuar aprendendo, a fim de acompanharem a evolução e diversificação tecnológica.

No entanto, como investir em mão de obra qualificada quando se sabe que a maioria dos brasileiros depende do sistema público de ensino, o qual ficou ainda mais defasado após o período de ajuste neoliberal, quadro que se estendendo até os dias atuais? A resposta é: através dos programas sociais mantidos por instituições desvinculadas das estruturas do Estado.

Nos últimos vinte anos, a noção de **inclusão social** vem ganhando espaço na mídia brasileira em substituição ao termo **qualificação social**. Empregada pelas organizações sociais, a noção reflete uma sociedade dividida, onde o sistema público de ensino é precário, incapaz de formar indivíduos para o mercado de trabalho.

Mesmo o Estado faz uso da noção, enfatizando, sobretudo, a importância da qualificação profissional como meio de acesso à cidadania, alcançada, por sua vez, por intermédio de uma colocação no mercado de trabalho.

Visto que vivemos em uma sociedade onde o desenvolvimento das tecnologias da informação ocorre de forma cada vez mais veloz, exigindo, assim, trabalhadores capazes de acompanhar e se adaptar às mudanças tecnológicas, é notório nos discursos sobre a **inclusão social** a interligação desta com o termo **inclusão digital**. Geralmente, o acesso à ferramenta computacional é associado à ascensão social, um meio, enfim, de o sujeito ser **incluído** na sociedade capitalista.

No próximo capítulo, a partir do qual nos voltaremos para a análise de cinco sequências discursivas retiradas da proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG CDI, nos deteremos mais à relação inclusão social/inclusão digital, bem como às parcerias estabelecidas entre sociedade civil organizada, Estado e empresas, dentre outras questões levantadas neste capítulo. Pretendemos, conforme destacada ao longo desse estudo, desvelar os efeitos de sentidos que atravessam o discurso da instituição, em um contexto marcado pela política neoliberal.

4 PROGRAMA DE INCLUSÃO DIGITAL DO CDI – INCLUSÃO SOCIAL OU REPRODUÇÃO DAS RELAÇÕES DE PRODUÇÃO?

A constituição de um *corpus* discursivo é, de fato, uma operação que consiste em realizar, por meio de um dispositivo material de uma certa forma (isto é, estruturado conforme um certo plano), hipóteses emitidas na definição dos objetivos de uma pesquisa.

- Courtine

4.1 Constituição do *corpus*

Situada na área da AD, esta pesquisa foi direcionada para a análise da proposta pedagógica do programa de inclusão digital desenvolvido pela ONG CDI. Nesse sentido, foram investigados, por meio da identificação de marcas ideológicas, quais efeitos de sentidos perpassam cinco sequências discursivas.

Partindo de Courtine (2009, p.54), segundo o qual a “operação de extração” de materiais a serem coletados em “vista de tratamento em AD” depende da delimitação de um *campo discursivo de referência*, definimos o *corpus* com o qual trabalhamos como sendo de cunho político.

Dentro do discurso político, demarcamos ainda mais o nosso recorte inserindo-o em dizeres pertencentes às ONGs, notadamente as surgidas a partir da inserção do Brasil à política neoliberal. A partir desse campo discursivo restrito, selecionamos o Comitê para Democratização da Informática (CDI) enquanto objeto de pesquisa, extraindo de sua proposta pedagógica as cinco sequências em questão.

Os estudos acerca da instituição ocorreram a partir das seguintes materialidades: três materiais impressos de divulgação e um *site* mantido pela ONG. As sequências foram retiradas, portanto, dessas materialidades. Como a finalidade do estudo é analisar a proposta pedagógica da instituição, como mencionamos, selecionamos três passagens relacionadas à questão, conforme materiais em anexo.

Levando em consideração as singularidades de cada uma das sequências selecionadas, o que possibilitou levantarmos uma maior variedade de questões sobre o nosso objeto de estudo, optamos por dividir o *corpus* em cinco subcapítulos.

Na 1ª sequência, analisamos a noção de **transformação social** empregada pelo CDI, segundo o qual sua proposta tem como referencial pedagógico os conceitos formulados pelo educador Paulo Freire, cujo método parte do pressuposto de que seria uma contradição se a classe opressora defendesse e praticasse uma educação libertadora.

Na medida em que a ONG assume o compromisso de levar **cidadania plena** a jovens moradores de comunidades carentes, a análise da sequência seguinte foi norteada através da noção de cidadania. Paralelamente, investigamos ainda a relação entre religião, educação e mercado.

Na 3ª sequência discursiva, por sua vez, nossa atenção se voltou para a influência que o mercado globalizado exerce sobre o programa do CDI. A análise se deu através das noções de **modelo de gestão, ambientes corporativos, visibilidade ao investimento** e do emprego do conceito de **responsabilidade social** pelas empresas.

Na penúltima sequência, nossa análise teve como referencial norteador a noção de sujeito concebido pelo CDI, o qual incentiva seus aprendizes a buscar no empreendedorismo uma saída para transformar tanto as suas realidades como a das comunidades em que vivem.

Por fim, na 5ª sequência buscamos compreender como as novas tecnologias da informação, as mesmas que provocaram o desemprego em massa e a reformulação das exigências no mercado de trabalho, podem possibilitar a transformação social em uma sociedade caracterizada pelo antagonismo de classes.

Abaixo, apresentamos as cinco sequências discursivas a serem analisadas:

SD1 - Os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da proposta do CDI, pois, assim como Freire, a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo.

SD2 - A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos.

SD3 - O CDI adota um modelo de gestão e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos ambientes corporativos, e oferece um projeto de responsabilidade social que confere visibilidade ao investimento.

SD4 - Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.

SD5 - Em todos os momentos do curso, a ferramenta computacional – entre elas, editor de textos, planilha eletrônica e gerenciador de banco de dados - serve de apoio aos alunos, e a ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar: um jornal comunitário, um projeto de autogestão e sustentação de uma área de lazer na comunidade, uma planilha de cálculo que favoreça empreendimentos locais, a construção de um banco de dados de empregabilidade, cartas às autoridades, programas sociais, uma página ou um blog na internet e muito mais.

4.2 Conscientização e transformação social e o antagonismo de classes

Na primeira sequência discursiva, como podemos ver abaixo, a ONG dá ênfase à influência que o método de Paulo Freire exerceria sobre seu programa:

SD1 - Os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da proposta do CDI, pois, assim como Freire, a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo.

A análise do recorte foi conduzida através do seguinte questionamento: até que ponto a ideologia seguida pelo método de Paulo Freire é a mesma do CDI? A fim de alcançarmos uma resposta mais consistente, tivemos que adentrar não só no universo da ONG; foi imprescindível entrarmos em contato com o método freireano. E o fizemos através da leitura das obras **Educação e mudança**, **Política e educação** e **Pedagogia do oprimido**, todas de autoria de Paulo Freire.

Ao contrapormos ambos os discursos, nossa intenção foi a de alcançar suas posições ideológicas e, assim, identificar a formação discursiva assumida pelo CDI.

Dando início às análises destacamos na sequência discursiva o termo **referencial** e a locução comparativa **assim como**. De acordo com o dicionário Aurélio, a primeira noção diz respeito àquilo “que ou o que se constitui referência, ou o que é utilizado como tal” (Aurélio, 2004, p.690). Para evidenciar a influência do método freireano sobre seu programa, a instituição emprega a locução **assim como**, usada para expressar que um determinado ser é semelhante a outro ser. Enfatiza-se, portanto, a influência de Paulo Freire nas superfícies materiais selecionadas.

SD1 - Os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de **referencial** para a formulação da proposta do CDI, pois, **assim como** Freire [...].

Em seguida, a ONG procura justificar o porquê da semelhança entre a sua proposta e o método de Freire. E o faz a partir dos termos **conscientização** e **transformação**, extraídos do discurso freireano.

SD1 – [...] a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a **conscientização** e a **transformação** da sociedade [...].

A organização finaliza a sequência destacando seu objetivo. E, novamente, faz referência ao discurso de Paulo Freire:

SD1 – [...] assim como Freire, a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade, **visando à construção de um mundo mais fraterno e justo**.

Assim, se nos retivermos somente à superfície da sequência, a primeira impressão é que a instituição e a escola freireana assumem uma mesma posição ideológica, isto é, de desidentificação em relação ao discurso dominante. Entretanto, quando investigamos as determinações ideológicas presentes em ambos os discursos, observamos uma constante tensão.

De acordo com a AD, é pela referência à FD, lugar de constituição da FI, que se pode perceber e compreender os diferentes sentidos de um enunciado. Para tanto, é necessário remeter o dizer às suas CPs. Dessa forma, uma única palavra pode remeter a diferentes FDs e, conseqüentemente, a diferentes posições ideológicas.

Analisando as CPs e verificando o funcionamento da memória, o analista do discurso, afirma Orlandi (2012, p.45), “deve remeter o dizer a uma formação discursiva (e não outra) para compreender o sentido do que ali está dito”.

Seguindo esse percurso, levamos em consideração um dos princípios da AD, a de que todo dizer é suscetível de deslocar-se de seu sentido e derivar para outro. “Todo enunciado, toda sequencia de enunciados é, pois, linguisticamente descritível como uma série (léxico-sintaticamente determinada) de pontos de deriva possíveis”, ressalta Pêcheux (2008, p.53).

De agora em diante, a noção de **transformação**, presente na sequência discursiva em questão, norteará a nossa investigação. Voltar-nos-emos, em um primeiro momento, ao emprego do termo pelo método de Paulo Freire. Desde já, destacamos dois pontos fundamentais para o entendimento de sua posição ideológica: em primeiro lugar, a de que seria uma contradição se os opressores defendessem e praticassem uma educação transformadora; depois, a de que a luta por uma educação emancipadora deve partir dos próprios oprimidos e dos que com eles verdadeiramente se solidarizam.

Freire observa que toda aproximação que a classe opressora faça aos opressores, os situam na falsa generosidade. “Como antagônicos, o que serve a uns, necessariamente, desserve aos outros” (1983a, p.170), acrescenta. Solidarizar-se, conforme o educador, “é algo mais que prestar assistência a 30 ou a 100 pessoas” (1983b, p.37).

Nesse sentido, Freire critica os programas sociais desvinculados da estrutura do Estado. Esses programas, continua o educador, geralmente se voltam para a “visão focalista dos problemas e não na visão deles como dimensões de uma totalidade” (1983b, p.166). Com isso, dificultam a percepção crítica da realidade, mantendo as classes oprimidas ilhadas da problemática social e atadas, enfim, a uma posição de dependência em relação à ideologia dominante.

A dominação ideológica na sociedade capitalista, ressalta Pêcheux, caracteriza-se pelo fato de que “a reprodução das relações de produção ‘subjuga’ sua transformação (opõe-se a ela, a freia ou a impede, conforme os casos)” (1988, p.146). Ou seja, a mudança para uma realidade mais justa não acontece por acaso.

“Se, para a elite dominadora, lhe é fácil, ou pelo menos, não tão difícil, a *praxis* opressora, já não é o mesmo o que se verifica com a liderança revolucionária, ao tentar a

praxis libertadora”, pois, “enquanto a primeira conta com os instrumentos do poder, a segunda se encontra sob a força deste poder”, explica Freire (1983b, p.203).

Diante do que expusemos até o momento sobre o método freireano, é possível tecer algumas considerações sobre a proposta do programa do CDI.

Antes é necessário retomar alguns pontos que expusemos no capítulo anterior. Vimos que entre as décadas de 80 e 90 a resignificação do sistema capitalista trouxe uma série de prejuízos para as classes populares dos países de terceiro mundo.

Seguido de um processo intenso de liberalização, em que a reconstituição do mercado, a competição e o individualismo aparecem como eixos principais para o desenvolvimento de uma nação, países como o Brasil, sob a pressão de organismos como Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), Banco Interamericano para a Reconstrução e Desenvolvimento (BIRD) e Fundo Monetário Internacional (FMI), começam a adotar uma nova postura com relação às políticas sociais.

A finalidade é deslocar questões da esfera pública para o plano da filantropia e, ao mesmo tempo, despolitizar a população.

Fundamentada na focalização das ações sociais, a política governamental dirigida pela ótica neoliberal estimula a solidariedade e a formação de parcerias entre o Estado, as denominadas entidades sem fins lucrativos e as empresas privadas.

É notório observar que o CDI faz questão de destacar as parcerias estabelecidas com as grandes empresas. Inclusive, os três materiais impressos de divulgação da organização a que tivemos acesso foram produzidos com o apoio financeiro da **Microsoft** e da **Philips**, bem como do **BID**.

Insistindo na defesa dos valores e princípios empresariais, o CDI sustenta que as parcerias entre o terceiro setor e as empresas fez emergir no país uma alternativa viável e uma proposta inovadora de vivenciar espaços de poder, constituindo uma resposta da sociedade civil aos efeitos da globalização.

Há, portanto, o silenciamento com relação à participação dos grandes grupos empresariais mundiais para o aumento das desigualdades sociais.

Em nenhum momento, a ONG faz referência ao papel determinante das empresas diante da crise financeira que se prolongou nos anos 80 nos países industrializados, desencadeando uma série de reformas estruturais de cunho liberalizante no mundo capitalista, e impondo uma competição desleal entre as grandes multinacionais e os mercados dos países periféricos, sob o argumento de que o livre jogo das forças do mercado levaria a “uma melhor utilização dos fatores produtivos em benefício de toda a coletividade” (Soares, 2002, p.15).

Contrapondo as perspectivas lançadas até o momento entre o método de Paulo Freire e o CDI, podemos afirmar que a organização se apropria no mínimo de forma equivocada do método freireano, na medida em que ambos os discursos assumem posições ideológicas divergentes. Enquanto o método freireano defende que é preciso superar as contradições antagônicas para superar as desigualdades sociais, o CDI, em contraposição, enfatiza o discurso hegemônico como forma de alcançar o mesmo fim.

Se por um lado a tecnologia é usada pela instituição como instrumento de mudança social, por outro, ao incentivar a aplicação dos princípios empresariais durante a busca de soluções para questões sociais, como a autossustentação e o autogerenciamento, seu programa estimula os alunos a se aproximarem de uma posição-sujeito coincidente com a forma-sujeito que regula os sentidos dominantes.

Retomando a sequência discursiva, destacamos as noções de **conscientização** e **transformação da sociedade**. Com isso, buscamos entender como, na prática, uma instituição que preserva o antagonismo de classes através de estratégias discursivas que incluem a dissimulação das desigualdades sociais se apropria de um discurso cujo foco é justamente o combate ao discurso dominante.

SD1 - Os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da proposta do CDI, pois, assim como Freire, a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a **conscientização** e a **transformação da sociedade**, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo.

De acordo com o CDI todos os indivíduos, ainda que situados em posições ideológicas divergentes, são dotados de igualdade, na medida em que podem fazer parte de uma missão maior: tornar-se protagonistas e agentes de **transformação**. Para a organização, **conscientização** tem a ver com levar seus aprendizes a refletir, discutir e planejar, por meio

do contato com a ferramenta computacional, formas alternativas que levem à mudança da realidade social de seus aprendizes e de algumas comunidades.

Isto é, ainda que se aproprie de noções cujos sentidos originais remetem à ruptura com a ordem vigente, a **transformação da sociedade** a que a ONG se refere é de caráter restrito, pontual, ou seja, não objetiva romper com a ordem capitalista, responsável pelas desigualdades sociais. Em outras palavras, a organização é mais um reprodutor do discurso das classes dominantes.

Enquanto o CDI incentiva seus jovens aprendizes a identificarem-se com uma posição-sujeito coincidente com a FI dominante, o método freireano, ao contrário, defende um processo de desidentificação, de rompimento com o conjunto de saberes desde sempre estabelecido. Através de um trabalho de **transformação-deslocamento** da forma-sujeito universal, o método educacional estimula as classes populares a se identificarem com o discurso contra hegemônico.

Nesse sentido, Freire é enfático quando afirma que a verdadeira **consciência crítica** – denominada por ele também de **consciência revolucionária** - é aquela cuja finalidade é a superação da dependência dos oprimidos pelos grupos dominantes. “A práxis revolucionária somente pode opor-se à práxis das elites dominadoras. E é natural que assim seja, pois são quefazeres antagônicos”, acrescenta (1983b, p.146).

A libertação das classes oprimidas é práxis que implica tanto a ação dialógica como a reflexão sobre o mundo a fim de **transformá-lo**, ressalta ainda Freire (1983a, p.30). Assim, quanto mais o indivíduo for incentivado a assumir uma posição no mundo como alguém que conhece e intervém na realidade, é possível que, compreendendo-a, “levante hipóteses sobre o desafio dessa realidade e procure soluções”. E, quanto mais for incentivado a refletir sobre a sua situacionalidade, “mais ‘emergirá’ dela conscientemente ‘carregado’ de compromisso com sua realidade, da qual é sujeito, não deve ser simples espectador, mas deve intervir cada vez mais”, complementa o teórico.

Além de criticar a política educacional do Estado, que limita o direito da população ao negar o acesso a uma educação universal e de qualidade, o método freireano critica ainda o equívoco das entidades sem fins lucrativos, quando, em face da omissão do Estado, criam suas próprias escolas, muitas vezes de forma precária, com profissionais sem uma adequada

qualificação, fazendo com que o Estado deixe de cumprir com sua obrigação de oferecer educação de qualidade para todos.

Nada deve ser feito, defende Freire (1995, p.78), “no sentido de ajudar o Estado elitista a descartar-se de suas obrigações”. Seja dentro das escolas comunitárias ou nas escolas públicas, as classes populares precisam lutar para que o Estado cumpra seu dever, observa o educador, que acrescenta:

Criando ou não suas escolas comunitárias, os movimentos populares teriam de continuar, de melhorar, de enfatizar sua luta política para pressionar o Estado no sentido de cumprir o seu dever. Jamais deixá-la em sossego, jamais eximi-lo de sua tarefa pedagógica, jamais permitir que suas classes dominantes durmam em paz (Freire, 1995, p.21).

O compromisso com uma concepção de “educação realmente libertadora e otimista”, de acordo com Santomé (2006, p.253), implica a necessidade de outorgar maiores poderes à sociedade. Por isso, prossegue o estudioso, é importante a formação de mais meios de formação de cidadãos e cidadãs capazes de enfrentar as manipulações dos grupos econômicos com maior poder de reproduzir as atuais condições, aumentando de forma vertiginosa suas riquezas e seus privilégios.

Reprimida pelas políticas de mercado e da fragmentação social, a atual conjuntura econômica, segundo Santomé (2003, p.168), “precisa de discursos que levem à formação de um consenso sobre a inevitabilidade das concepções dominantes”, com vistas a despolitizar e neutralizar a sociedade, a fim de que esta não preste atenção aos problemas de desigualdade política, econômica e social de caráter estrutural.

É o que faz o CDI quando silencia dizeres que permitiriam ao sujeito relacionar-se com outros sentidos, que poderiam levá-lo a ocupar outras posições ideológicas.

Nesse sentido, um dos principais obstáculos enfrentados pelos que verdadeiramente se preocupam com uma educação libertadora, está em desfazer alguns conceitos que impregnam os oprimidos, em rever e substituir valores e princípios para reconstruir novas identidades. “Quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo”, diz Orlandi (2012, p.35).

Assim, não basta simplesmente colocar o dominado frente a outro discurso. A **transformação social** não se dá de forma automática. Antes, é preciso ganhar a consciência

crítica do discurso da ideologia dominante, interiorizado pelo oprimido, que, indiferente às causas reais de seus problemas, ajuda a manter as relações de poder presentes na sociedade capitalista.

A classe oprimida somente poderá contribuir para o partejamento de sua pedagogia libertadora quando se descobrem **hospedeiros** da ideologia dominante. “Enquanto vivam a dualidade na qual ser é parecer e parecer é parecer com o opressor, é impossível fazê-lo”, afirma Freire (1983b, p.32-33).

Construída e difundida de forma recorrente pelos grupos hegemônicos a fim de justificar o atual estado de coisas, a introjeção do discurso individualista é indispensável para a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes.

Ao mesmo tempo em que impossibilita que os oprimidos se enxerguem como classe oprimida, os dispersa para melhor dominá-los, impondo obstáculos a fim de evitar uma radical transformação da realidade.

Assim, o processo de desalienação passa, sobretudo, pela desmistificação do discurso individualista. O que não é fácil, tendo em vista que diante da crise da presença do Estado na sociedade, conforme Soares (2002, p.75), “constrói-se um discurso em favor do individualismo pragmático, deixando pessoas e grupos entregues à sua própria sorte ou, na melhor das hipóteses, a uma rede comunitária de solidariedade”.

No entanto, partindo do princípio de que a sociedade capitalista é uma totalidade contraditória, a possibilidade de uma oposição à ordem dominante também é uma possibilidade real. É o que assegura Tonet (2007, p.14-15), segundo o qual, para pensar uma forma de sociabilidade não centrada no consumo, mas baseada na justiça, na igualdade, enfim, na humanidade, deve-se partir do “processo de desenvolvimento real e concreto em que os homens estão envolvidos”, de modo a compreender a lógica desta forma de sociabilidade.

Dessa forma, a possibilidade de superação das desigualdades sociais deve partir das contradições do capitalismo.

Portanto, voltando à relação entre a proposta do CDI e o método freireano, podemos afirmar, diante do que analisamos e expusemos até agora, que, ao contrário do que dá a entender a sequência discursiva da ONG – de que **os conceitos definidos pelo educador**

Paulo Freire serviram de referencial para a formulação do seu programa –, a organização, em verdade, mais do que se “inspirar” (CDI, 2005, p.43) ou “adaptar” (CDI, 2005, p.73) os conceitos freireanos, possibilitando sua aplicação em diferentes cenários, deturpa o método, na medida em que ambos os discursos estão posicionados em lugares distintos.

“Adaptar é acomodar, não transformar”, justifica Paulo Freire (1983b, p.32).

Partindo do princípio freireano de que o homem é dotado de vocação para a humanização, vocação essa que, ainda que negada na forma de injustiça, exploração, opressão, violência, afirma-se na própria negação, “no anseio de liberdade, de justiça, de luta dos oprimidos, pela recuperação de sua humanidade roubada”, **a construção de um mundo mais fraterno e justo** exige uma permanente busca, que não pode estar vinculada a uma elite dominadora, que, através da mitificação das contradições sociais, interdita ou limita direitos, restringindo, conseqüentemente, a cidadania.

Logo, não pode haver libertação sem a superação da sociedade dual, em que o indivíduo é valorizado como força-de-trabalho e não como ser humano integral.

Para Freire (1983a, p.29), posto que não existe educação sem amor, não há o que temer. “Ama-se na medida em que se busca comunicação, integração a partir da comunicação com os demais” (1983a, p.29), complementa. Trata-se, enfim, de um **amor revolucionário**, que luta de forma permanente contra o egoísmo, contra a apropriação de um ser pelo outro. E, da mesma forma que não existe amor imposto não há também educação imposta, fundamentada no medo.

Assim, à medida que ame o dialogo, nutrindo-se dele, exigindo cada vez mais voz no processo político, a sociedade estará, finalmente, apta a **transformar** a realidade não só de jovens aprendizes de um programa de inclusão digital ou de determinadas comunidades, mas da sociedade como um todo.

4.3 A inclusão digital como instrumento para a cidadania

Uma das mais recorrentes no discurso do CDI, a noção de **cidadania** é relacionada pela instituição à mobilização de segmentos de excluídos da sociedade com vistas a contribuir para o combate às desigualdades sociais, conforme a seguinte sequência discursiva:

SD2 - A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua **cidadania** no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos.

Mas, quais sentidos perpassam a noção de **cidadania** a que a instituição se refere? Essa foi uma das perguntas que norteou este estudo.

Para respondê-la, partiremos de duas premissas da AD, a de que “todo discurso é uma resposta a outros discursos com quem dialoga, reiterando, discordando, polemizando” (Cavalcante et al., 2009, p.25) e a de que todo discurso, produzido em uma dada conjuntura, traz o histórico e o ideológico das relações entre os homens.

Segundo Orlandi (2012, p.16), para “encontrar as regularidades da linguagem em sua produção”, é preciso relacioná-la à sua exterioridade, isto é, as suas condições de produção, levando em consideração o homem na sua história.

Logo, para compreendermos a que **cidadania** o CDI se refere, necessário faz nos remetermos, ainda que brevemente, à Revolução Francesa (1789), quando o termo começou a ganhar o sentido empregado frequentemente nos dias atuais tanto por instituições ligadas ao terceiro setor como nos discursos oficiais.

A origem do termo remonta à Grécia Antiga (VIII A.C), quando era considerado cidadão quem estivesse em condições de opinar sobre os rumos da sociedade. Nesse período, a **cidadania** estava longe de ser universal. Eram considerados cidadãos os homens livres que possuíssem terras e outros bens. Nesse sentido, as mulheres, as crianças e os escravos eram destituídos de **cidadania**.

Posteriormente, na Idade Média, a prática da **cidadania**, ainda que limitada, encontrou obstáculos para a sua efetivação. O poder passou a ser administrado pela igreja católica, de forma arbitrária e inquestionável. Após **mil anos de escuridão**, como passou a ser denominado o período que durou o feudalismo, este foi paulatinamente cedendo espaço para uma nova ordem: o sistema capitalista.

As discussões em torno da **cidadania** ressurgem entre os séculos 14 e 16 através da burguesia, então em ascensão. Tratava-se de umas das estratégias lançadas por esta com o

objetivo de se impor como poder dominante. Com as revoluções burguesas, reivindicava-se o estabelecimento de leis que garantissem igualdade formal para todos.

Após a Revolução Francesa (1789), em especial, os homens passam a ser considerados iguais, assim como o poder deixa de ser usado de forma arbitrária, ou seja, centrado na figura de um monarca. Em seu lugar, passa-se a exigir e a adotar um modelo político e social condizente com o sistema capitalista.

Sem dúvidas, o novo sistema significou um avanço em relação ao regime de servidão; porém, revelou-se contraditório, na medida em que o processo de exploração do sistema capitalista começava a se expandir, ganhando visibilidade. Nesse sentido, Covre (2006, p.21) ressalta que uma das formas de compreender a **cidadania** “é ver como ela se desenvolve juntamente com o capitalismo”, na medida em que estará vinculada à perspectiva da classe burguesa, através da qual a noção foi instaurada.

Assim, em todas as ressignificações pelas quais passou, o sistema capitalista sempre manteve o exercício da **cidadania** vinculado às relações de produção.

Em cada uma dessas etapas, a ideologia capitalista parece haver acenado com aspectos da cidadania, sempre atravessados pela sua dubiedade característica: apontando para a melhoria nas condições de vida dos trabalhadores, mas guardando o caráter de como explorar esses trabalhadores (Covre, 2006, p.38).

Inspirada nos pensamentos dos iluministas, a Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão¹⁴ – aprovada pela Assembleia Nacional Constituinte da França revolucionária em 26 de agosto de 1789 - define os direitos individuais e coletivos dos homens como universais, garantindo a igualdade de todos perante a lei, o direito à vida e à liberdade de religião e de expressão. Influenciada pela doutrina dos direitos naturais, o documento assegura também a propriedade como direito supremo.

Enquanto o artigo 1º garante que “os homens nascem e são livres e iguais em direitos”, e que as destinações sociais só podem fundamentar-se na utilidade comum, o artigo seguinte, por sua vez, assegura o direito à propriedade entre os direitos naturais e imprescritíveis do homem, ao lado do direito à liberdade, à segurança e à resistência à opressão. Ainda com relação ao direito à propriedade, o 17º artigo, o último da Declaração,

¹⁴ Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão. In: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>. Acesso: 21 de janeiro de 2013.

observa que “a propriedade é um direito inviolável e sagrado, ninguém dela pode ser privado, a não ser quando a necessidade pública legalmente comprovada o exigir e sob condição de justa e prévia indenização”.

Assim, o fundamento da **cidadania** a que a ONG CDI se refere se encontra, portanto, no liberalismo europeu do século 18. Para Tonet (2005, p.81), as desigualdades sociais da atualidade seriam o resultado do “desdobramento da concepção de igualdade e da liberdade naturais”, formulada por teóricos liberais como Thomas Hobbes, Jean-Jacques Rousseau e Immanuel Kant.

Ainda de acordo com Tonet (2005a, p.81), a procura da realização pessoal, “consequência da própria liberdade de todos”, fez com que os indivíduos entrassem em conflito, ameaçando a sobrevivência da humanidade. Daí, a necessidade da organização dos homens em sociedade, bem como da instituição de uma “autoridade capaz de garantir que determinados limites não fossem ultrapassados”. Estabelecia-se assim, conforme o estudioso, a concepção de sujeito dotado de direitos e deveres. Ao mesmo tempo, a desigualdade social passou a ser considerada legítima, posto que produto do exercício da liberdade natural.

O que se assistiu a partir desse estabelecimento, foi o seguinte:

[...] o processo concreto, histórico, extremamente complexo, de entificação da cidadania, sempre vista como um instrumento não para erradicar, mas para equilibrar as desigualdades sociais (Tonet, 2005a, p.81).

Retomando o recorte em análise, percebemos que a ONG, ainda que enfatize em sua proposta que seu objetivo é a **transformação da sociedade**, como vimos na sequência anterior, deixa implícito que a finalidade do seu programa de inclusão digital é tão somente a **diminuição** das desigualdades sociais.

SD2 - A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua **cidadania** no cotidiano, **diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos**.

A fim de levar a uma maior compreensão da posição ideológica assumida pelo CDI, enumeramos três ações concebidas, planejadas e desenvolvidas pelos jovens aprendizes da ONG em comunidades carentes. Veremos que se trata de atuações pontuais, emergenciais, característico das ações sociais desenvolvidas por entidades sem fins lucrativos do Brasil após

sua adesão à política neoliberal. Não intenciona, portanto, interferir nas estruturas econômicas, nem tampouco reivindicar do Estado a melhoria das condições de vida da sociedade como um todo.

Posto que as ações empreendidas pelos alunos da ONG são consideradas pela organização como exemplo de atuações que **transformaram** a vida de comunidades, retomaremos o recorte analisado anteriormente, notadamente quando o CDI ressalta que [...] a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a **transformação da sociedade** [...].

Simultaneamente, investigaremos questões lançadas na segunda sequência discursiva, conforme destacamos a seguir:

SD2 - A missão do CDI é a de **investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens**, para que possam exercer ativamente sua **cidadania** no cotidiano, **diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos**.

Nos materiais de divulgação da organização, encontram-se exemplos do que ela considera **investir na capacidade das comunidades**. Entre esses exemplos, está o projeto de inclusão digital desenvolvido em Salvador, na Bahia, em parceria com a Igreja Nossa Senhora da Lapa.

Trata-se de um curso de informática básica direcionado a idosos oriundos de diversos bairros da cidade e da Ilha de Itaparica. O texto, disponibilizado no site da instituição e datado de outubro de 2010, informa a conclusão do curso de uma turma de 72 alunos, que tiveram aulas durante dois meses, com carga horária 4 horas/aula semanais, em que tiveram acesso a programas do pacote Windows, da Microsoft, um dos principais parceiros do CDI.

Outro exemplo de projeto que **transformou** uma comunidade carente é a **Campanha óleo limpo**. Surgido da parceria entre a Estância Ecológica SESC Pantanal e o CDI Goiás, o projeto desenvolve ações na área do meio ambiente na cidade de Poconé, em Mato Grosso. De acordo com texto disponibilizado também no site da organização, a proposta de transformar óleo de cozinha em sabão ecológico surgiu após a discussão de temas relacionados à **cidadania** e à educação ambiental.

Segundo o texto, datado de 2008, os educandos confeccionaram 200 unidades de sabão ecológico reutilizando óleo de cozinha e caixas de leite como fôrmas. As unidades foram doadas para a comunidade, observa a instituição, a qual acrescenta, no entanto, que no ano seguinte, o projeto precisou ser modificado, em razão da indisposição das famílias em participar do projeto, da insegurança para realizar a receita e da falta de informação. A modificação consistiu no seguinte: para cada litro de óleo doado o indivíduo recebia em troca 500 ml de detergente líquido.

Outro projeto de **transformação social** citado pelo CDI, em um de seus materiais impressos de divulgação, refere-se ao desenvolvido em São Luís, capital do Maranhão, e consiste em combinar novas tecnologias, preservação do meio ambiente, tradições culturais e empreendedorismo.

Através de campanhas de conscientização sobre a importância da coleta seletiva e do reaproveitamento de materiais recicláveis e do ensino de técnicas de transformação de lixo em artesanato, assim como sobre o aproveitamento de materiais como palhas de palmeira na confecção de arranjos florais, a ONG estimula a população a tornar-se empreendedora, comercializando os produtos em feiras e hotéis.

A instituição destaca o reconhecimento do projeto junto à mídia local, no caso a TV Mirante, afiliada da Rede Globo, uma das parceiras do CDI, que, em 2005, exibiu o vídeo **Maranhão Bonito**, “mostrando exemplos bem-sucedidos de ações voluntárias empreendidas por jovens, cujos projetos contribuíram para a sociedade local¹⁵”, conforme a organização.

Na obra **Em defesa do futuro**, especificamente no capítulo intitulado **Cidadania ou emancipação humana?**, Tonet (2005b, p.137) tece severas críticas ao emprego da noção da **cidadania** no interior da formação social capitalista. O autor observa que se fala muito de **cidadania** como sinônimo de liberdade e democracia, supondo-se ser o seu exercício “a forma mais aperfeiçoada possível da sociabilidade”.

Tonet observa que, em virtude de suas origens e funções na reprodução do capitalismo, é equivocado equiparar **cidadania** e liberdade. A efetiva emancipação humana estaria atrelada a “algo radicalmente distinto e superior à cidadania”, adverte.

¹⁵ CDI MA - Ecoturismo e geração de renda no dia a dia de uma escola. In: <http://democratizacao.ning.com/page/cdi-ma-ecoturismo-e-geracao>. Acesso em: 14 de setembro de 2012.

Sem desmerecer os aspectos positivos da noção concebida pela ideologia hegemônica, Tonet (2005b, p.140) destaca que a construção de um mundo cidadão nos dias de hoje “é uma impossibilidade absoluta”, haja vista que ela é, em sua natureza, “expressão e condição da reprodução da desigualdade social e, por isso, de desumanização”. Trata-se, prossegue o autor, de uma noção a ser superada, substituída pela efetiva liberdade, enfim, pela emancipação humana, conquistada a partir da erradicação das relações de produção vigentes.

A emancipação humana, ou seja, uma forma de sociabilidade na qual os homens sejam efetivamente livres, supõe a erradicação do capital e de todas as suas categorias. Sem essa erradicação, é impossível a construção de uma autêntica comunidade humana. E essa erradicação não significa, de modo algum, o aperfeiçoamento da cidadania, mas a sua mais completa superação (Tonet, 2005b, p.140).

Voltando aos recortes, faz-se necessário observar que quando o CDI destaca que sua missão é **investir na capacidade** de jovens, sobretudo, a fim de que estes, através da ferramenta computacional, **transforme** a vida de moradores de comunidades carentes no sentido de **diminuir os níveis de exclusão a que estão submetidos**, silencia o desinteresse do Estado em assistir a população; ao mesmo tempo, desestimula seus jovens aprendizes e as comunidades carentes a reivindicarem uma maior atuação do Estado quanto às questões sociais.

Uma observação a se fazer com relação ao segundo recorte diz respeito ao termo **missão**, cuja origem deriva do latim *mittere*, que significa mandar, enviar.

SD2 - A **missão** do CDI é a de investir na capacidade das comunidades [...].

O segmento atualiza uma memória discursiva, agora ressignificada, que coloca o CDI na qualidade de enviado para assistir a população colocada à margem pelo poder público, oferecendo-lhe oportunidades, isto é, acesso ao conhecimento necessário para entrar no mercado de trabalho ou gerar renda, e, ao mesmo tempo, mudar a realidade de comunidades carentes, abandonadas pelo Estado. Nesse sentido, é cabível remeter a noção de **missão** empregada pela ONG ao discurso religioso.

Nesse momento, cabe mencionar a obra **A linguagem e seu funcionamento**, a partir da qual Orlandi coloca a noção de reversibilidade¹⁶ como parâmetro para a definição do discurso religioso.

Tomando como ponto referencial a Igreja Católica, Orlandi (1996, p.243) começa o texto notando um “desnívelamento fundamental na relação entre o locutor e o ouvinte”. Segundo ela, enquanto o locutor está situado no **plano espiritual** (o Sujeito, Deus) o ouvinte se posiciona no **plano temporal** (os sujeitos, os homens). Portanto, os dois personagens, podemos assim nos referir, ocupam lugares distintos e afetados por um valor hierarquizado, em que o divino se sobrepõe ao humano, ao mortal.

“Na desigualdade, Deus domina os homens”, diz Orlandi (1996, p.244), segundo a qual tal assimetria aponta para a não reversibilidade, para a manutenção dos desnívelamentos, na medida em que “os homens não podem ocupar o lugar do Locutor porque este é o lugar de Deus”. Portanto, o discurso religioso é dado e fixado, cabendo aos homens, dada a sua inferioridade - enquanto seres mortais e falíveis -, submeter-se às regras divinas, não podendo modificá-la sob nenhuma hipótese ou pretexto.

Orlandi (1996, p.255-256) ressalva também que a relação do homem com o Sujeito (ou Deus), não se limita aos templos religiosos ou às formas institucionais da religião. Espalha-se no cotidiano, através de múltiplas formas, “às vezes de forma grave, às vezes de forma heroica, às vezes de forma mais explícita, outras mais disfarçadas, etc.”. Orlandi observa que a ilusão da reversibilidade no que tange ao discurso religioso pode se manifestar “em qualquer fragmento da linguagem”.

A autora cita alguns exemplos, entre os quais o encontrado na revista **Veja**, na edição de outubro de 1982, quando o jornalista Manoel Carlos afirmara que “o grande divertimento de quem escreve uma novela é brincar de ser Deus” (Orlandi, 1996, p.256), ou o do jornalista Tarso de Castro, quando no mesmo mês e ano, publicara na **Folha de S. Paulo** os seguintes dizeres: “O golpe de 64 nos deformou. Não culpo os pichadores de muro do Museu. Eles [...] não sabem o que fazem”. Apropria-se, dessa forma, do discurso religioso.

¹⁶ Por reversibilidade, Orlandi entende “a troca de papéis na interação que constitui o discurso e que o discurso constitui” (1996, p.239).

Levando em consideração o estudo da Orlandi, entendemos que o CDI, ao se referir à palavra **missão**, objetiva, em verdade, impossibilitar ao sujeito se relacionar com sentidos outros, que poderiam levá-lo a ocupar posição ideológica antagônica.

“Ao dizer algo apagamos necessariamente outros sentidos possíveis, indesejáveis, em uma situação discursiva dada”, afirma Orlandi (2007, p.73).

Daí que a palavra **missão** silencia toda a trama relacionada aos acordos estabelecidos entre os organismos financeiros internacionais, os países desenvolvidos e as grandes empresas no que se refere à manutenção das relações de produção e conseqüentemente das desigualdades sociais e o controle financeiro exercido sobre as instituições sem fins lucrativos a fim de que estas reproduzam a ideologia capitalista.

Em verdade, quando assumem o papel de **salvadores** de grupos marginalizados, prestando assistencialismo áreas como educação e cultura, as ONGs, em especial, nutrem-se da ausência do Estado, bem como da conivência dos setores empresariais, mantendo a classe oprimida numa situação de dependência.

Portanto, recorrendo à memória sócio-histórica e ideológica, percebemos que a proposta do CDI atualiza uma memória discursiva que se volta para a manutenção do *status quo* dos grupos dominantes nas sociedades capitalistas, em detrimento de um maior comprometimento do Estado com as questões sociais, em detrimento, portanto, de uma sociedade efetivamente igualitária.

4.4 Responsabilidade social e manutenção das relações de produção

Com o objetivo de esclarecer os fundamentos da teoria materialista do discurso, Pêcheux (1988, p.143) destaca que a área da ideologia não é o único elemento em que se efetuará a reprodução-transformação das relações de produção. Não há como “ignorar as determinações econômicas que condicionam ‘em última instância’ essa reprodução-transformação, no próprio interior da produção econômica”, acrescenta o teórico, segundo o qual as ideologias são feitas de práticas, não de ideias.

Trata-se de um posicionamento de origem marxista. Indo de encontro à filosofia de sua época, Marx & Engels (2009, p.30) observam que para se chegar aos homens de carne e osso devia-se partir dos homens realmente ativos, e não do que eles dizem, imaginam ou o

modo como se representam, nem tampouco dos homens narrados, pensados, imaginados ou representados. “Em completa oposição à filosofia alemã, a qual desce do céu à terra, aqui sobe-se da terra ao céu”, complementam. Assim, é com base no processo de vida dos homens que se pode alcançar o desenvolvimento dos reflexos e ecos ideológicos desse processo.

Não é a consciência que determina a vida, é a vida que determina a consciência. No primeiro modo de consideração, parte-se da consciência como indivíduo vivo. No segundo, que corresponde à vida real, parte-se dos próprios indivíduos vivos reais e considera-se a consciência apenas como a sua consciência (Marx & Engels, 2009, p.32).

Voltando a Pêcheux (1988, p.144), este vai dizer que a reprodução-transformação das relações de produção está associada ao “caráter intrinsecamente contraditório de todo modo de produção que se baseia numa divisão de classes”. Ainda segundo o estudioso, é errado localizar em pontos diferentes o que contribuiria, de um lado, para a reprodução, e de outro, para a transformação das relações de produção. “A luta de classes atravessa o modo de produção em seu conjunto”, complementa.

Portanto, afirma Pêcheux (1988, p.147), a forma dessa contradição não é simétrica, no sentido de que ela não pode ser pensada “como a oposição de duas forças que se exercem uma contra a outra em um mesmo espaço”, como se ambas vivessem “previamente à luta de classes” em seus respectivos campos, condições de existência e instituições, como se a luta de classes fosse “o encontro de dois mundos distintos e pré-existentes, cada um com suas práticas e suas ‘concepções de mundo’, seguindo-se a esse encontro a vitória da classe ‘mais forte’, que imporá, então, sua ideologia à outra” (1988, p.144).

Em outras palavras, é impossível atribuir a cada classe sua ideologia. Nesse sentido, Pêcheux cita o filósofo Étienne Balibar quando este destaca que:

[...] a relação de classes é dissimulada no funcionamento do aparelho de Estado pelo próprio mecanismo que a realiza, de modo que a sociedade, o Estado e os sujeitos de direito (livres e iguais em direito no modo de produção capitalista) são produzidos-reproduzidos como “evidências naturais” (Pêcheux, 1988, p.148).

A fim de manter a sua dominação, a classe hegemônica cria mecanismos de reprodução das condições materiais, ideológicas e políticas de exploração.

“A ideologia interpela os indivíduos enquanto sujeitos”, diz Althusser (1985, p.93), referindo-se ao processo de interpelação do indivíduo em sujeito, que objetiva dissimular, no interior das FDs, evidências de parcerias entre a classe dominante e a trabalhadora, com vistas

a anular as diferenças entre ambas, imprescindível para a manutenção e reprodução das relações de produção.

Partindo do princípio de que a educação é o principal meio reprodutor do discurso capitalista, funcionando como espaço disciplinador, de criação de modelos de comportamento exigidos pela classe dominante, e de que, em decorrência do acirramento da concorrência entre os mercados na década de 1990, as grandes empresas começam a investir em ações sociais, especialmente os relacionados à educação e cultura, o presente estudo busca compreender ainda de que forma os grupos empresariais se aliam ao governo e às entidades sem fins lucrativos para manter as relações de produção vigentes.

Através da mobilização da memória discursiva, podemos notar, na sequência discursiva abaixo, uma forte influência da formação discursiva do mercado nos pré-construídos **modelo de gestão, ambientes corporativos e investimento**:

SD3 - O CDI adota um **modelo de gestão** e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos **ambientes corporativos**, e oferece um projeto de responsabilidade social que confere visibilidade ao **investimento**.

É a memória discursiva, afirma Brandão (1998, p.76-77), que torna possível a toda FD fazer circular formulações anteriores. Trata-se da categoria que possibilita, “na rede de formulações que constitui o intradiscurso de uma formação discursiva, o aparecimento, a rejeição ou a transformação de enunciados pertencentes a formações discursivas historicamente contíguas”, ressalta a estudiosa.

Logo, a fim de compreender os efeitos de sentidos presentes na proposta do CDI, faz-se necessário, portanto, remeter sua materialidade linguística, no caso o recorte acima exposto, às suas CPs, que funcionam, conforme Orlandi (2012, p.39), de acordo com certos fatores, entre eles o que se denomina de relação de sentidos, segunda a qual não há discurso que não se relacione com outros.

Em outras palavras, os sentidos resultam de relações: um discurso aponta para outros, que o sustentam, assim como para dizeres futuros. Todo discurso é visto como um estado de um processo discursivo amplo, contínuo. Não há, desse modo, começo absoluto nem ponto final para o discurso. Um dizer tem relação com outros dizeres realizados, imaginados ou possíveis (Orlandi, 2012, p.39).

Dessa forma, é necessário destacar que na mesma época em que o discurso em torno do livre mercado começava a ganhar espaço tanto na educação formal como nas instituições sem fins lucrativos, os regimes socialistas entravam em decadência.

Simbolizado pela queda do muro de Berlim, em 1989, o fim da guerra fria possibilitou ao sistema capitalista se apresentar como a única forma válida de organizar o mundo. Assim, o modelo contra-hegemônico foi praticamente silenciado, não servindo mais para “moderar e nem dissimular o autentico rosto do capitalismo”, conforme nota Santomé (2003, p.26), segundo o qual as coisas mudam quando as ameaças ao sistema capitalistas diminuem.

Quando a economia capitalista se deparou com o desaparecimento de grande parte de suas alternativas rivais, especialmente com as que se desenvolviam para além do muro de Berlim, ela se autoproclamou como único modelo possível. As estruturas de caráter nacional começaram a ficar defasadas, como se representassem um obstáculo para o desenvolvimento de certas economias e capitais que não querem nenhum tipo de problema para se deslocarem para os lugares em que haja condições mais favoráveis de obter um lucro maior de seus investimentos” (Santomé, 2003, p.16).

Com a resignificação do sistema capitalista, reaparece com mais força, a partir dos partidos de direita, dos grupos empresariais mais poderosos e de organismos financeiros internacionais, a reivindicação por uma reestruturação nos sistemas educacionais, com vistas a transformá-la em mais um bem de consumo.

Trata-se, notadamente, de um processo de formulações e reformulações próprio do sistema capitalista. Processo esse intrínseco ao avanço tecnológico, que, a cada etapa de sua evolução, imprime uma nova mentalidade organizacional às empresas e, conseqüentemente, ao sistema educacional, levando-as a adotarem novas posturas.

A partir do final dos anos oitenta, professores e estudantes são estimulados a se verem como consumidores, “em um mundo em que a economia tem apenas uma regra: tudo em prol da obtenção de lucros para o empresariado” (Santomé, 2003, p.151). A instituição escolar, como nunca, passa a ser utilizada como um banco, onde são realizados investimentos em estudos e títulos com os quais será possível a viabilização de uma melhor colocação no mercado de trabalho e a obtenção de benefícios econômicos.

Retomando o recorte em análise, destacamos uma das marcas da retórica neoliberal: a valorização do individualismo em detrimento da coletividade; estimulada com vistas a formar

seres humanos mais individualistas, competitivos e flexíveis, capazes de se adequarem à lógica do mercado.

SD3 - O CDI adota um modelo de gestão e uma proposta político-pedagógica flexíveis, **capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos ambientes corporativos**, e oferece um projeto de responsabilidade social que confere visibilidade ao investimento.

No sistema capitalista, afirma Amaral (2007, p.42), “os homens são adestrados das formas mais sutis, por esquemas disciplinares que dissimulam o sofrimento em desejo, em vontades individuais, em fetiche de sucesso e de felicidade”.

Espaço privilegiado de reprodução da ideologia dominante, o ambiente escolar – o formal e o não formal – passa a exercer um papel de suma importância para a reprodução das novas necessidades de consumo advindas com a globalização do capitalismo a partir da década de 80.

A educação “tornou-se uma peça do processo de acumulação de capital e de estabelecimento de um consenso que torna possível a reprodução do injusto sistema de classes”, observa Emir Sader (Mészáros, 2008, p.15), que complementa:

Talvez nada exemplifique melhor o universo instaurado pelo neoliberalismo, em que ‘tudo se vende, tudo se compra’, ‘tudo tem preço’, do que a mercantilização da educação. Uma sociedade que impede a emancipação só pode transformar os espaços educacionais em *shopping centers*, funcionais à sua lógica do consumo e do lucro (Mészáros, 2008, p.16).

Repletos de termos provenientes do mercado globalizado, o discurso neoliberal sobre a educação objetiva ganhar e manter a adesão da sociedade com relação à redução do papel do Estado no setor público. Para tanto, uma série de estratégias são lançadas.

Segundo Santomé (2003, p.86), a eficiência do setor privado frente ao público é o argumento mais repetido por aqueles que “sacralizam o mercado”. Assim, é dado como fato que a maior eficiência ocorre no mundo das empresas e que tudo que diz respeito ao público equivale a desperdício e ineficiência.

Como vimos no capítulo anterior, durante o período de adesão ao neoliberalismo pelo governo brasileiro, ao mesmo tempo em que grupos dominantes tentavam introduzir mecanismos de mercado nas escolas, o Estado, por sua vez, reduziu o seu papel tradicional no

setor público, transferindo responsabilidades que têm a ver com o chamado estado do bem-estar para as empresas privadas. Sua principal função passou a limitar-se à tomada de decisões que favorecessem essa transferência de poderes.

Não foi à toa, portanto, que o enfraquecimento de setores como a educação e saúde ocorreu em paralelo ao crescimento das instituições sem fins lucrativos - mantidas por empresas e pelo próprio Estado, ainda que de forma indireta.

Fundamentado no discurso de defesa da necessidade de maior articulação com a sociedade civil, no sentido de que esta contribuiria para o aperfeiçoamento das formas de gestão, o Estado deu um passo decisivo para a redução de sua participação no âmbito da oferta dos serviços sociais, abrindo passagem para a atuação do terceiro setor, em especial as ONGs, junto à esfera governamental.

Adotada pelas grandes corporações a partir da expansão da globalização do capitalismo e do neoliberalismo, a prática de **responsabilidade social** - e seus diversos sinônimos, entre os quais marketing social, cidadania corporativa e filantropia empresarial -, apesar de sugerir em seus discursos a rearticulação das empresas com a sociedade como um todo, funciona, sobretudo, como uma estratégia de negócios.

Dessa forma, não é coincidência que a quantidade de entidades sem fins lucrativos tem aumentado no Brasil desde então. Segundo dados do IBGE¹⁷, em 2010 existiam no Brasil 290,7 mil fundações privadas e associações sem fins lucrativos, um crescimento de 8,8% no setor, levando-se em consideração o período de 1996 e 2010.

Voltando à terceira sequência discursiva, observamos que, ao contrário do que foi mostrado nos recortes anteriores, o CDI deixa explícito quais são os interesses das empresas que apoiam o trabalho social desenvolvido pela instituição.

¹⁷ A pesquisa do IBGE, divulgada em 05 de dezembro de 2012, informou que das 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) registradas no Brasil estavam divididas entre os seguintes setores: 28,% estavam voltadas para a religião; 15,5% para as associações patronais e profissionais e 14,6% ao desenvolvimento e à defesa de direitos. Com relação às áreas de saúde, educação, pesquisa e assistência social, as entidades perfaziam 54,1 mil entidades, ou 18,6% do total. Vale ressaltar que as entidades precisam reunir cinco características para ser classificada como Fasfil: não ter fins lucrativos, não estar subordinada ao Estado, gerenciar suas próprias atividades, ser legalmente constituída e ter sido estabelecida de maneira voluntária pelas pessoas. Entram aqui diversos perfis de associações sem fins lucrativos, como clubes esportivos, sindicatos, instituições de ensino, organizações não-governamentais (ONGs) e fundações e institutos, entre outros. Fonte: FASFIL 2010: associações sem fins lucrativos têm percentual maior de empregados com nível superior que a média nacional. <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 25 de março de 2013.

SD3 - O CDI adota um modelo de gestão e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos ambientes corporativos, e **oferece um projeto de responsabilidade social que confere visibilidade ao investimento.**

As mudanças no mercado mundial, impulsionadas pela diminuição das distâncias geográficas e de acesso à informação, propiciadas pelo desenvolvimento tecnológico, desencadeando uma maior integração dos mercados financeiros mundiais e o crescimento do comércio internacional, influenciaram diretamente no planejamento e práticas de **marketing** das empresas, tornando-se um diferencial em um mercado cada vez mais competitivo.

Assim, a fim de conquistar novos clientes e manter os antigos, as empresas começam a assumir uma postura comprometida com as questões sociais, agregando, ao mesmo tempo, valor a suas marcas e produtos.

“Hoje, as corporações apropriaram-se do espaço público e o transformaram em espaço publicitário; os cidadãos que o frequentam não o fazem mais como cidadãos, mas como consumidores de informação”, diz George Dupas (2003, p. 39), que complementa: “A paisagem pública urbana é agora um material midiático privado”.

Assim, as empresas foram favorecidas de ambos os lados. Pelo governo, através das privatizações, da transferência da regulação da economia para as mãos da iniciativa privada e da implementação da “política de incentivo às empresas para se apropriarem das estratégias de reestruturação do processo de acumulação capitalista incrementadas pelos países desenvolvidos”, conforme Amaral (2007, p.59-60), bem como através de parcerias firmadas com o terceiro setor, estabelecendo uma espécie de filantropia empresarial, dissimulando, dessa forma, uma interconexão direta entre o investimento em ações sociais e o foco de atuação das empresas, “como se pudessem existir como áreas isoladas e não integradas à estratégia de negócios” (Álvares et al, 2005, p.265).

Com a resignificação da sociedade civil organizada, instituições como o CDI passam a dissimular os reais interesses das empresas que financiam ações sociais.

O redesenho do papel do Estado na década de 1990, segundo a ONG (CDI, 2005, p.86), referindo-se ao ajuste neoliberal a que o Brasil teve que se submeter, contribuiu para a “difusão da ideia de que o setor público não seria capaz de suprir, sozinho, o déficit social

brasileiro”, demandando o esforço conjunto do governo, das empresas privadas e da sociedade civil organizada.

Atualmente, a organização mantém parcerias com as multinacionais Accenture, Coca-cola, Dell, Vivendi, Microsoft, Light e Deloitte, com as nacionais Casas Bahia, Rede Globo, Tátil, Lupa Clipping e Grupo Sá Cavalcante, com as fundações internacionais Avina, Skoll e Fundação Schwab de Empreendedorismo Social, com a organização internacional Ashoka e, por fim, com o Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), organização financeira com sede na cidade de Washington, capital dos Estados Unidos.

Tais parceiros estão divididos em mantenedores e apoiadores. Enquanto estes colaboram através da prestação de serviços, doação de equipamentos, software e mobiliário ou oferecendo apoio logístico para áreas específicas; aqueles ajudam a alocar recursos financeiros para o custeio de projetos e programas específicos ou para cobertura de custos operacionais e administrativos do CDI matriz.

A Microsoft, parceira desde 1999, já se consolidou como uma dos mantenedores da instituição brasileira colaborando por meio da cessão de licenças de *softwares* para todos os projetos do CDI, apoio institucional e aos encontros da Rede CDI. “O trabalho do Comitê para Democratização da Informática – de promover a capacitação tecnológica de comunidades de baixa renda para o exercício da cidadania – é extremamente importante” (CDI, 2004, p.05), garante o fundador da empresa, Bill Gates, que acrescenta: “essas iniciativas desempenham um único e valioso apoio à inclusão social e a oportunidades econômicas por meio da inclusão digital”.

Baseado no modelo de franquia social, o sistema organizacional adotado pelos comitês regionais da ONG é inteiramente não lucrativo e seu modelo de gestão está fundamentado na autossustentação e no autogerenciamento, portanto desvinculado do Estado, apesar de receber seu apoio.

No entanto, ainda que diretamente não vise ao lucro financeiro, o programa de inclusão digital da instituição, ao mesmo tempo em que propõe um modelo educacional baseado na aplicação dos instrumentos empresariais para a busca de soluções para os problemas sociais, dá visibilidade às empresas que a apoiam, conforme destacamos na sequência discursiva a seguir.

SD3 - O CDI adota um modelo de gestão e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais **e aos mais diversos ambientes corporativos** [...].

Meramente assistencialistas, os programas sociais desenvolvidos pelas denominadas entidades sem fins lucrativos, desvinculadas, em princípio, do Estado, funcionam como medidas paliativas, de caráter emergencial, destituídas de um projeto voltado para a transformação da sociedade em geral.

Com relação às empresas que financiam programas sociais, por trás do que se convencionou denominar de **responsabilidade social** escondem seus reais interesses: abrir caminhos que as façam ainda mais lucrativas, possibilitando que seus produtos e marcas mantenham-se sempre vivos na mentalidade dos consumidores.

Dessa forma, o compromisso que empresas, fundações e instituições como Microsoft, Motorola, Dell, Grupo Sá Cavalcante, Coca Cola, BID e Rede Globo mantêm com o CDI tem por finalidade agregar valor a seus respectivos produtos.

Assim, quando assumem o papel de **salvadores** de grupos marginalizados, diluindo a referência pública e política no que diz respeito à redução das injustiças sociais, as grandes empresas, em verdade, nutrem-se da ausência e da conivência do Estado a fim de manter a classe oprimida numa situação de dependência.

4.5 Processo ideológico e identificação do sujeito capitalista

Em decorrência da crise por que vem passando o sistema público de ensino no Brasil desde a adesão do país à política neoliberal e a crescente necessidade de trabalhadores qualificados exigidos pelas novas tecnologias de informação, instituição desvinculadas diretamente da estrutura do Estado, como a ONG CDI, transformaram-se em espaços alternativos de educação para jovens carentes, os quais veem em programas como os oferecidos pela organização oportunidades de ascensão social, dada a dificuldade em dar continuidade aos estudos via ensino técnico ou superior.

Dando prosseguimento às análises referentes à proposta pedagógica do CDI, buscamos compreender, na quarta sequência discursiva, quais os reais interesses de uma instituição que parte da perspectiva de que a capacitação profissional possibilita não apenas a inclusão no

mercado de trabalho, mas, sobretudo, a formação de sujeitos críticos e dotados de **cidadania**, aptos a contribuir para um país justo e democrático, como mostra a sequência abaixo:

SD4 – Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.

No recorte, nos deparamos novamente com a noção de **cidadania**. Retomando a segunda sequência discursiva, vimos que o termo está vinculado às relações de produção e, conseqüentemente, às contradições sociais, essencial para a manutenção do sistema capitalista. “A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua **cidadania** no cotidiano [...]”, destaca a sequência.

Além da noção de **cidadania**, outras pistas nos levam ao entendimento de que o discurso do CDI é contraditório, conforme destacamos a seguir:

SD4 – Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.

Uma série de implícitos atravessa a passagem em destaque; todas decorrem da deficiência do Estado em prestar assistência social adequada a todos os indivíduos. Nesse sentido, as pistas acima selecionadas deixam subentendido que ao almejar **proporcionar melhor qualificação profissional, promover cidadania, fomentar a formação de cidadãos críticos e estimular a igualdade de oportunidades e a democracia**, a organização toma para si responsabilidade que, perante a Constituição Federal (CF), pertencem ao Estado.

Ao mesmo tempo, a organização silencia que seu programa social é determinado pela mesma FI que exerce influência sobre o Estado; a mesma que trouxe danos à sociedade, entre os quais a precarização no sistema de ensino público.

Conforme visto ao longo deste estudo, a ideologia dominante funciona de modo a não transparecer a sua imposição. Impõe-se, sem parecer fazê-lo. Eis, portanto, um dos efeitos

característicos da ideologia hegemônica: a negação de sua prática. O objetivo é fazer com que o sujeito se imagine fora da ideologia. É imprescindível dotá-lo de plena individualidade, de existência particular no mundo, levá-lo a se pensar como um ser único, dono de seu dizer e sedento de desejos e vontades.

Em síntese, a manutenção das relações de produção está vinculada a uma concepção de sujeito que, embora levado a reconhecer que as coisas são certamente assim e não de outro modo, tem a ilusão de que caminham por si mesmos.

De acordo com Pêcheux (1988, p.154), o assujeitamento torna tangível o vínculo entre o sujeito de direito, que corresponde à forma-sujeito do capitalismo (ao mesmo tempo autônomo e determinado por condições externas), e o sujeito ideológico, ou seja, entre “aquele que entra em relação contratual com outros sujeitos de direito (seus iguais) e aquele que diz ao falar de si mesmo: ‘Sou eu’”.

Trata-se, portanto, de uma forma-sujeito sobre a qual se imputam, de um lado, autonomia (direitos), e de outro, responsabilidade (deveres).

É em relação a tal constituição do sujeito, observa Pêcheux (1988, p.153), que se pode pensar a relação entre inconsciente e ideologia, cujo caráter comum de suas estruturas-funcionamentos procura “dissimular sua própria existência no interior mesmo do seu funcionamento, produzindo um tecido de evidências ‘subjetivas’, devendo entender-se este último adjetivo não como ‘que afetam o sujeito’, mas ‘nas quais se constitui o sujeito’”, afirma o teórico.

Voltando ao CDI, notamos que ainda que defenda um ideal de igualdade social, em nenhum momento a instituição se compromete de fato a acabar com as desigualdades sociais. Embora destaque que sua **missão** é a **transformação social** de comunidades carentes, a noção está quase sempre associada à transformação de sujeitos em seres dotados de autonomia, capazes de enfrentar o acirrado mercado de trabalho e a estimular comunidades carentes a se adequarem aos ideais da sociedade capitalista.

Sob a ilusão ideológica de que a finalidade da organização é a **construção de um mundo mais fraterno e justo**, lembrando o primeiro recorte analisado, o CDI silencia que, em verdade, o objetivo do programa é constituir sujeitos reprodutores do discurso mercadológico.

Relacionando as duas primeiras sequências discursivas e a que estamos investigando neste subcapítulo (SD-4), é evidente que a ONG, apesar de tomar para si responsabilidades do Estado, transfere para seus jovens aprendizes a responsabilidade de erradicar a pobreza em comunidades de baixa renda, limitando-se a oferecer capacitação via informática e contato com temas relacionados à **cidadania** e ao empreendedorismo.

SD1 - Os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da proposta do CDI, pois, assim como Freire, **a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a conscientização e a transformação da sociedade**, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo.

SD2 - **A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades**, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos.

SD4 – **Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática** para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.

Como podemos ver, o discurso da ONG é todo ele fundamentado na premissa de que o acesso à educação mudaria, por intermédio da **informática**, a realidade de seus jovens aprendizes e moradores de comunidades carentes. Nesse sentido, é perceptível, analisando os recortes, que quando se refere à mudança social o CDI sempre a coloca em posição secundária em relação à educação, no caso capacitação profissional.

Vejamos: no primeiro recorte, as passagens **verdadeira educação e conscientização** antecedem **transformação da sociedade e construção de um mundo mais fraterno e justo**; na seguinte, o trecho **a missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades** vem antes de **diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos**; por fim, no quarto recorte o trecho **qualificação profissional para os alunos**, antecede **promoção da cidadania**.

Acreditamos que, ainda que ressalte que **os conceitos definidos pelo educador Paulo Freire serviram de referencial para a formulação (SD-1)** de sua proposta, a educação a que se refere o CDI é direcionada para o uso da informática com vistas à reprodução do discurso

mercadológico. Todo o programa se volta para a capacitação de jovens aprendizes, os quais, dotados de conhecimentos específicos, adquiridos em um curto prazo de tempo, são considerados aptos a desenvolverem ações sociais.

Isto é, cabe aos jovens aprendizes conduzir a **transformação** da realidade social das comunidades. Lembrando que essas ações estão quase sempre associadas ao estímulo ao empreendedorismo.

Desde a globalização do capitalismo, a partir do final dos anos noventa, as novas tecnologias da informação passaram a ser utilizadas de forma a abranger a diversidade do mercado de trabalho internacional. “O capital apossou-se por completo dos destinos da tecnologia, libertando-a de amarras metafísicas e orientando-as única e exclusivamente para a criação de valor econômico”, ressalta Dupas (2011, p.23).

Desde então, a incorporação da **ferramenta computacional** alterou a correlação de forças entre os grupos dominantes e as classes trabalhadoras, resultando na redução dos postos de trabalho, na precarização das condições de trabalho e na redução do poder dos sindicatos, entre outras consequências.

Assim, de que forma, então, as novas tecnologias da informação, a mesma que provocou a demissão em massa, pode se transformar em uma aliada no combate às desigualdades sociais, como destaca a sequência abaixo?

SD4 – Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, **utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.**

Como podemos observar, de um lado a instituição estimula o individualismo e a competitividade - proporcionando **uma melhor qualificação profissional para** os jovens carentes, preparando-os da melhor forma possível para o acirrado e exigente mercado de trabalho -, de outro, volta-se para a coletividade, ao ressaltar que o programa se direciona para **a igualdade de oportunidades e a democracia.**

Trata-se de dimensões antagônicas, afirmam Lessa & Tonet (2008, p.81). Inerente ao capitalismo, o desenvolvimento do individualismo burguês originou uma formação social na

qual as necessidades coletivas estão subordinadas ao enriquecimento privado e na qual as necessidades humanas (coletivas e individuais) “estão subordinadas ao complexo processo de acumulação do capital pelos burgueses”, destacam os autores.

Desse modo, o capitalismo deu origem a indivíduos que perderam a noção da real dimensão genérica, social, das suas existências, ficando presos à mesquinha patifaria, ao estreito e pobre horizonte da acumulação do capital. Ganhar dinheiro se tornou a razão central da vida dos indivíduos, e a dimensão coletiva, genérica, das suas vidas foi massacrada pelo egoísmo e mesquinha que caracterizam o burguês (Lessa & Tonet, 2008, p.81-82).

Partindo do princípio de que o individualismo é a “base social da hipócrita moral que predomina nos nossos dias”, Lessa & Tonet (2008, p.83) acrescentam ainda que existe um abismo entre a moral burguesa e a “verdadeira ética”. Enquanto a primeira é conservadora, na medida em que coloca os interesses da acumulação acima das necessidades coletivas, a ética, por outro lado, é revolucionária, emancipadora, pois tornam visíveis as reais necessidades humanas.

Para Marx & Engels (2010, p.73-74), o desejo capitalista em remediar as “anomalias sociais” tem como única finalidade a garantia de manutenção das relações de produção. Segundo os teóricos, pertencem a essa fração de interessados –denominados burgueses socialistas - os economistas, filantropos, humanitários, agentes melhoradores da situação das classes trabalhadoras, organizadores de obras beneficentes e reformadores ocasionais os mais diversos.

Todos anseiam, ressaltam Marx & Engels (2010, p.73-74), “as condições de vida da sociedade moderna sem as lutas e perigos necessariamente decorrentes”. Em verdade, a finalidade é eliminar os elementos de dissolução. Os burgueses socialistas “almejam a burguesia sem o proletariado”, concluem os teóricos.

Através de mecanismos ideológicos direcionados para a persuasão, a posição dominante “concebe o mundo onde reina como o melhor dos mundos”, continuam Marx & Engels (2010, p.74-75), segundo os quais o socialismo burguês elabora essa representação do mundo com vistas a inspirar às classes populares o antagonismo aos movimentos contra-hegemônicos, demonstrando-lhes que o que lhes pode ser benéfico não é uma mudança política capaz de romper com o sistema, “mas somente uma mudança nas condições materiais de vida, das condições econômicas”.

Voltando à quarta sequência discursiva, no que diz respeito ao uso da **informática** como meio de transformação social, citamos Orlandi (1993, p.36-37), para quem não é o acesso ao instrumento que muda as relações sociais, “mas o modo de sua apropriação, no qual estão atestadas as marcas de quem se apropria dele”. Quando se adere ao conhecimento legítimo através do discurso que propõe o acesso necessário à ferramenta, acrescenta a autora, se desconhece a luta de classes, a luta pela validade das diferentes formas de saber e a questão da resistência cultural.

Nesse sentido, compreendemos que, ao silenciar o papel do Estado como agente responsável por assegurar condições dignas de vida para a população, a instituição objetiva manter seus aprendizes distantes de possíveis embates com a esfera governamental, no sentido de não levá-los a cobrar um Estado igualitário.

Ao mesmo tempo, se por um lado a instituição discorre acerca da importância de levar seus jovens aprendizes a se engajarem em projetos sociais, por outro lado essas ações são focalizadas, destituídas de qualquer intencionalidade de mexer nas estruturas responsáveis pelas desigualdades sociais. Dessa forma, é um paradoxo imaginar que o combate à pobreza possa se dá a partir de uma instituição cuja concepção de **transformação social** não contempla a sociedade como um todo.

Tal qual uma empresa, os aprendizes do CDI são incentivados a buscarem alternativas financeiras para si e para a comunidade a qual pertencem. Dotado de consciência, o sujeito é levado a imprimir “nos atos de sua prática material as ‘suas próprias ideias’ enquanto ‘sujeito livre’”, esclarece Althusser (1985, p.90).

Por intermédio de discursos que pregam a valorização do individualismo, os jovens do programa de inclusão digital do CDI são estimulados a se autossustentarem e autogerenciarem, enfim, a não dependerem dos órgãos governamentais, a não exigirem a efetivação de seus direitos; garantidos por leis, porém não efetivados.

Formuladas para manter e justificar o atual estado de coisas, a proposta da organização lança mão de estratégias discursivas que objetivam levar ao consenso em torno das concepções capitalistas. Direcionados para a valorização e disseminação de posições que privilegiam as escolhas e as mobilidades individuais, tais discursos silenciam as causas e condições que levam ao fracasso social.

De acordo com Santomé (2003, p.168), os discursos para obter o consentimento da população em relação ao atual estado de coisas podem ser agrupados em dois grandes blocos. Enquanto o primeiro insiste que cada indivíduo é condicionado por estruturas orgânicas e psíquicas sobre as quais não se pode intervir, pois que tais estruturas são frutos de uma programação genética ou consequência da obra divina, o segundo bloco refere-se a ideologias que insistem na defesa de que convém não alterar o modo e funcionamento da sociedade, ora porque este é o melhor dos mundos possíveis ora porque é o único.

As teorias acerca da biologização e/ou psicologização dos problemas sociais, assegura Santomé (2003, p.172), propõem-se a construir sujeitos que aceitem suas realidades como algo inevitável. Tais discursos, continua o estudioso, transformam-se em “estratagem para legitimar as opções políticas hegemônicas e apresentá-las como as únicas verdadeiras e possíveis”, ao mesmo tempo em que eximem de culpa os responsáveis pelas contradições sociais.

Assim, na medida em que não leva ao questionamento da funcionalidade da ideologia capitalista, ao desviar a atenção dos fatores sociais em detrimento da imposição do discurso mercadológico, voltado para a competitividade e para o individualismo, o programa de inclusão digital do CDI dificulta ainda mais a solução dos problemas de seus jovens aprendizes e de moradores de comunidades carentes.

4.6 Emancipação social via inclusão digital – Possibilidades e contradições na sociedade capitalista

Como mencionado acima, a revolução tecnológica no final do século vinte reconfigurou o mercado de trabalho, instaurando uma nova situação de conflito entre capital e trabalho. Poupadora de mão de obra, as novas tecnologias da informação causaram desemprego em massa, ao mesmo tempo em que passavam a exigir da classe trabalhadora maior flexibilidade, capacitação e espírito competitivo.

O sistema capitalista não pode existir sem revolucionar de forma permanente as relações de produção, afirmam Marx & Engels (2010, p.28-29), segundo os quais “o revolucionismo permanente da produção, o abalo contínuo de todas as categorias sociais, a insegurança e a agitação sempiternas” distinguem a formação social capitalista das sociedades precedentes. “Tudo o que era estável e sólido desmancha no ar; tudo o que era sagrado é

profanado, e os homens são obrigados a encarar com olhos desiludidos seu lugar no mundo e suas relações recíprocas”, acrescentam os teóricos.

Assim, a precarização do trabalho formal a partir da revolução tecnológica da década de 1980, em especial, só fez aumentar com a flexibilização dos direitos trabalhistas, um dos requisitos para a adesão à política neoliberal.

De acordo com a cartilha neoliberal, a retomada da prosperidade dependia da liberdade de atuação das empresas privadas, bem como da expansão do mercado globalizado. Dependia, enfim, de um capitalismo sem barreiras.

Fundamentado no discurso do combate ao desemprego, as sucessivas alterações na legislação trabalhista ocasionaram o aumento dos serviços terceirizados, das atividades à distância e do emprego informal, ampliando a precarização da situação da classe trabalhadora, bem como o enfraquecimento dos sindicatos, os quais perderam poder de persuasão diante do novo quadro econômico, político e social.

Interessante observar que a informalidade no mercado de trabalho brasileiro atinge também as entidades sem fins lucrativos.

Segundo pesquisa do IBGE¹⁸, mencionada no subcapítulo referente à análise da terceira sequência discursiva, das 290,7 mil Fundações Privadas e Associações sem Fins Lucrativos (Fasfil) registradas no Brasil, 72,2% (210,0 mil) não possuíam sequer um empregado formalizado, apoiando-se em trabalho voluntário e prestação de serviços autônomos. Nas demais, estavam empregadas, em 2010, 2,1 milhões de pessoas, sendo intensa a presença feminina (62,9%). Porém, a remuneração média das mulheres (R\$ 1.489,25) equivalia a 75,2% da remuneração média dos homens (R\$ 1.980,08).

Em uma conjuntura marcada ainda pelas exigências dos organismos financeiros internacionais para que o país se adequasse à nova ordem econômica mundial, as entidades sem fins lucrativos, conforme vimos ao longo desse estudo, reformularam seus papéis perante a sociedade.

¹⁸ Fonte: FASFIL 2010: associações sem fins lucrativos têm percentual maior de empregados com nível superior que a média nacional. <http://www.ibge.gov.br/> Acesso em: 25 de março de 2013.

Nesse sentido, dada a crescente necessidade de mão de obra capacitada, apta a se adequar ao perfil do trabalhador dos novos tempos, começava a se multiplicar no país o número de instituições sociais voltadas para a qualificação profissional.

Ao mesmo tempo, em meio a Política do Estado Mínimo - que ameaçava aumentar a divisão social e, conseqüentemente, as reivindicações populares e a violência, ameaçando o domínio dos grupos hegemônicos -, as novas instituições, em especial as ONGs, buscam minimizar as desigualdades sociais por intermédio de ações denominadas de inclusão digital e social. Enquanto a última está relacionada à participação da sociedade em ações sociais, a inclusão digital, por sua vez, diz respeito a ações que buscam inserir o sujeito por meio do aprendizado, oferecendo-lhes, para tanto, as habilidades necessárias para manipular a ferramenta computacional.

Segundo Amaral (2007, p.82), os movimentos sociais começam a ganhar evidência durante a expansão da política neoliberal a partir do momento que a atuação de um governo centralizador “é supostamente substituída por uma ação comunitária forte, atuante e mobilizadora, configurando-se uma ‘nova esfera pública’ não necessariamente estatal”. Situada entre o mercado e o Estado, a sociedade civil emerge, prossegue a autora, assumindo novos papéis, concernente aos setores privado e público.

O terceiro setor seria esse lugar que aglutinaria segmentos da sociedade que se dizem dispostos a fazer o que os dois setores, o público e o privado, não estariam fazendo. Esse setor emerge com uma proposta para o enfrentamento dos problemas sociais e orienta-se pelo discurso da competência civil coletiva. Todos são convocados para realizar atividades voluntárias em locais onde a pobreza é exorbitante e a desigualdade é visivelmente maior. Esta proposta apresenta-se como uma nova forma de regulação social, através do fortalecimento dos programas sociais assumidos pelos mais diversos segmentos da sociedade (Amaral, 2007, p.82-83).

Na sequência discursiva abaixo, é possível perceber como se dá o processo de transferência de responsabilidades do Estado para as instituições sociais desvinculadas, ao menos diretamente, de suas estruturas:

SD5 - Em todos os momentos do curso, a ferramenta computacional – entre elas, editor de textos, planilha eletrônica e gerenciador de banco de dados - serve de apoio aos alunos, e a ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar: um jornal comunitário, um projeto de autogestão e sustentação de uma área de lazer na comunidade, uma planilha de cálculo que favoreça

empreendimentos locais, a construção de um banco de dados de empregabilidade, cartas às autoridades, programas sociais, uma página ou um blog na internet e muito mais.

Retomando a sequência discursiva anterior, vimos que a ONG não é explícita sobre quem, de fato, recairiam as obrigações de combater as desigualdades sociais:

SD4 – Além de proporcionar melhor qualificação profissional para os alunos, a Proposta Político-pedagógica (PPP) do CDI **objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.**

A instituição observa que o objetivo do seu programa é tão somente a **promoção da cidadania** através da **informática**, a qual possibilitaria a **formação de cidadãos críticos** e estimularia a **igualdade de oportunidades e a democracia**. Dessa forma, abstém-se de qualquer obrigatoriedade no que se refere ao combate às injustiças sociais. Segundo o recorte, tal responsabilidade recairia sobre a ferramenta computacional.

Entretanto, recapitulando a sequência SD-2 e a que estamos analisando no presente subcapítulo, fica claro sobre quem, de fato, recairia a **missão** de lutar contra as injustiças sociais:

SD2 - A missão do CDI é a de investir na capacidade das **comunidades, principalmente de seus jovens**, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos.

SD5 - Em todos os momentos do curso, a ferramenta computacional – entre elas, editor de textos, planilha eletrônica e gerenciador de banco de dados - serve de apoio aos **alunos**, e a **ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar [...]**.

Ou seja, ao mesmo tempo em que estimula seus aprendizes a desenvolverem atividades que visam à melhoria da qualidade de vida de moradores de comunidades carentes por intermédio de programas computacionais, o CDI tenta deslocar responsabilidades, na medida em que transfere para o indivíduo aquilo que por lei é obrigação do Estado: “erradicar a pobreza e a marginalização e reduzir as desigualdades sociais e regionais”, conforme o parágrafo três do artigo 3º da Constituição Federal.

No caso do CDI, a população carente é incentivada a tomar para si encargos do Estado tomando como exemplo o modelo empresarial, baseado na autogestão e na autossustentabilidade.

É o que revela a quinta sequência discursiva quando destaca que:

SD5 – [...] A ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar: um jornal comunitário, **um projeto de autogestão e sustentação de uma área de lazer na comunidade**, uma planilha de cálculo que favoreça **empreendimentos locais, a construção de um banco de dados de empregabilidade**, cartas às autoridades, **programas sociais**, uma página ou um blog na internet e muito mais.

Isto é, ainda que destaque que seu programa tem como **missão a transformação** da realidade de indivíduos marginalizados, deixando implícito o abandono destes pelo Estado, não há a intenção de promover uma mudança direcionada para a reivindicação de direitos que, se colocados em prática, garantiriam o fim das desigualdades sociais; pelo contrário, a efetivação de uma **cidadania ativa** depende, na perspectiva da instituição, da reprodução da ideologia capitalista.

No último recorte, notamos, entre os exemplos de ações que os aprendizes do CDI poderiam desenvolver junto a uma comunidade, a entrega de **cartas às autoridades**. No entanto, analisando todo o material de divulgação do trabalho da instituição, não há qualquer referência sobre o conteúdo dessas cartas ou a que autoridade ela seria direcionada, assim como não há nenhuma passagem concernente à reivindicação ou cobrança perante as autoridades governamentais. Por outro lado, os materiais estão repletos de exemplos de ações desenvolvidas pelos aprendizes do CDI em comunidades carentes baseados fundamentalmente no discurso **empresarial**.

Para Mészáros, o poder da ideologia dominante não ocorre apenas em razão da força material esmagadora e do “correspondente arsenal político-cultural à disposição das classes dominantes” (2004, p.472). Tal poder ideológico, afirma o estudioso, só pode prevalecer “graças à vantagem da mistificação por meio da qual as pessoas que sofrem as consequências da ordem estabelecida podem ser induzidas a endossar”, de forma consensual, valores que vão de encontro a seus interesses vitais.

Na medida em que o poder de mistificação tende a se restringir à ideologia dominante, a situação das ideologias em conflito não é simétrica, continua Mészáros, que complementa:

As ideologias críticas que tentam negar a ordem estabelecida não podem mistificar seus adversários pela simples razão de que não têm nada a oferecer – por meio de suborno e de recompensas pela acomodação – àqueles que já estão bem estabelecidos em posições de comando, conscientes de seus interesses imediatos tangíveis. Por isso, o poder da mistificação sobre o adversário é um privilégio da ideologia dominante, e só dela (Mészáros, 2004, p.472).

É o que faz o CDI quando traz em seu discurso a possibilidade de sujeitos marginalizados ascenderam economicamente e socialmente por meio do **empreendedorismo**, dando-lhes, ainda, **amplios poderes** para interferir em comunidades carentes, desassistidas pelas políticas governamentais, embora, em termos de abrangência, suas ações nada ou quase nada represente no que diz respeito ao combate às desigualdades sociais.

Processo fundamental para que o capitalismo se mantenha como formação ideológica dominante, a inculcação de ideias e crenças em torno das vantagens de um sistema baseado no valor de troca e no consumo direcionam o discurso de boa parte dos programas sociais da atualidade.

Para tanto, recorre-se à participação - tanto da sociedade civil como do setor empresarial - junto aos movimentos sociais.

O apelo à solidariedade, à consciência individual da ajuda ao próximo é o fundamento que passou a determinar a sociedade civil organizada nas últimas décadas, destacam Noma & Romero (2008, p.93-94), segundo os quais os grupos dominantes promovem “um discurso fundamentado na importância do papel social a ser desempenhado coletivamente, passando a sociedade civil a compartilhar as responsabilidades com o Estado, numa relação de complementaridade”, de forma que as obrigações de ordem social não recaiam unicamente sobre o Estado.

Ocorre que trabalhos desenvolvidos por instituições como o CDI, ainda que conte com forte participação popular, estão desvinculadas de uma noção de **transformação** que traga, de fato, benefícios para toda a população. É explícita a determinação mercadológica por traz do que denominam inclusão social, voltada essencialmente para a inclusão e adaptação do sujeito ao sistema capitalista.

Relacionamos abaixo duas sequências discursivas da proposta pedagógica do CDI cujas pistas em destaques denotam a relação direta da organização com o discurso mercadológico:

SD3 - O CDI adota um **modelo de gestão** e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos **ambientes corporativos**, e oferece um projeto de responsabilidade social que confere **visibilidade ao investimento**.

SD5 - Em todos os momentos do curso, a ferramenta computacional – entre elas, editor de textos, planilha eletrônica e gerenciador de banco de dados - serve de apoio aos alunos, e a ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar: um jornal comunitário, **um projeto de autogestão e sustentação de uma área de lazer na comunidade**, uma planilha de cálculo que favoreça **empreendimentos locais**, a construção de um banco de dados de empregabilidade, cartas às autoridades, programas sociais, uma página ou um blog na internet e muito mais.

Voltando a Mészáros, é válido afirmar que ao dissimular uma parceria entre o setor privado, os jovens aprendizes de cursos de informática e os moradores de dada comunidade carente, o CDI, em verdade, faz uso do que o estudioso denominou acima de “poder de mistificação sobre o adversário”, na medida em que, através da inculcação de crenças e ideais concernentes à formação ideológica hegemônica, a instituição estimula seus alunos e os moradores das comunidades a acreditarem na possibilidade de se tornarem **empreendedores**, de ocuparem, portanto, uma posição dominante.

Na perspectiva de Marx & Engels (2009, p. 91), “a concorrência isola os indivíduos uns contra os outros, não apenas os burgueses, mas ainda mais os proletários, e isso a despeito de agregá-los”. Vai demorar muito, segundo os teóricos, até que os indivíduos possam realmente se unir; isto é, só ao cabo de muitas lutas, os indivíduos isolados “que vivem no seio de relações que diariamente reproduzem o isolamento”, conseguirá vencer todo o poder organizado contraposto a eles.

Exigir o contrário seria o mesmo que exigir a não existência de concorrência, “ou que os indivíduos banissem da cabeça relações sobre as quais, enquanto isolados, não têm nenhum controle”, asseguram Marx & Engels (2009, p. 91).

Para Pêcheux (1988, p.159-160), “é a ideologia que, através do ‘hábito’ e do ‘uso’, está designando, ao mesmo tempo, *o que é* e *o que deve ser*”, silenciando dizeres que denotem conflito entre as classes sociais.

Logo, a fim de manter os indivíduos isolados, mantendo, assim, as relações de produção vigentes, ocultam-se FDs que poderiam levar os sujeitos a se contraidentificarem com o discurso hegemônico, o que seria uma ameaça para a manutenção das relações de produção.

A injunção a não contradição é a garantia da submissão do sujeito, afirma Orlandi (2012, p.50-51), que acrescenta: “a forma-sujeito da sociedade atual é capaz de uma liberdade sem limites e uma submissão sem falhas”. Assim, ele pode tudo dizer, porém, tem que se submeter à língua para sabê-la.

Essa é a base do assujeitamento, ressalta a autora, que observa que ainda que a subjetividade “repouse na possibilidade de mecanismos linguísticos específicos, não se pode explicá-la estritamente por eles” (Orlandi, 2012, p.50-51), pois é necessário levar-se também em consideração as dimensões históricas e psicanalíticas que perpassam a questão da subjetividade inerente ao sujeito-de-direito (sujeito do capitalismo), o qual, determinado pela exterioridade na sua relação com os sentidos, é representado como dotado de liberdade e responsabilidade, características imprescindíveis para a manutenção da formação social capitalista.

Submetendo o sujeito, mas ao mesmo tempo apresentando-o como livre e responsável, o assujeitamento se faz de modo a que o discurso apareça como instrumento (límpido) do pensamento e um reflexo (justo) da realidade. Na transparência da linguagem, é a ideologia que fornece as evidências que apagam o caráter do sentido e do sujeito. É aí que se sustenta a noção de literalidade: o sentido literal, na concepção linguística imanente, é aquele que uma palavra tem independentemente de seu uso em qualquer contexto. Daí seu caráter básico, discreto, inerente, abstrato e geral (Orlandi, 2012, p.51).

Lessa & Tonet (2008, p.117) ressaltam que um dos efeitos dos processos alienantes do sistema capitalista restringe o acesso da classe dominada apenas ao discurso capitalista, neutralizando a formação ideológica contra hegemônica. Daí o porquê de a maioria das pessoas serem conservadoras. “Elas pensam que o capitalismo é eterno, pois não percebem as possibilidades históricas de superá-lo e de se construir uma sociedade emancipada. E isso ocorre porque, no dia a dia, a vida das pessoas determina as suas consciências”, notam os estudiosos (2008, p.118-119).

A preocupação com a inclusão digital tem sido recorrente nos discursos oficiais, motivado iniciativas de governos no sentido de promovê-la, geralmente por meio de parcerias com a iniciativa privada. Quase sempre, tais discursos, acompanhados de frases em que há o emprego dos termos como **inclusão social** e **cidadania**, vinculam mudança social com oportunidade de inserção no mercado de trabalho.

Isto é, ao mesmo tempo em que os discursos em torno dos benefícios sociais que o uso do computador traria para comunidades carentes estão quase sempre impregnados da ideologia mercadológica, silenciam-se questões inerentes ao seu funcionamento, resultantes das relações entre capital e trabalho.

Há, nesse sentido, a intenção de isolar as novas tecnologias, de silenciar sua vinculação à manutenção de um sistema caracteristicamente excludente, poupadora de mão de obra, responsáveis pela precarização da situação da classe trabalhadora, conforme abordamos acima.

De acordo com Sobrinho (2011, p.26-28), independente de quais forem os argumentos no que diz respeito às novas tecnologias da informação, é necessário levar em consideração que a ferramenta computacional, a Internet, em especial, “não se sustenta por si mesma”; ao contrário, “é uma produção social de sujeitos estabelecendo relações historicamente determinadas”.

Embora o discurso dominante apresente a tecnologia como possibilidade de “resolução das contradições sociais, simulando, assim, uma racionalidade sempre crescente e independente do confronto entre classes”, há que se compreender, observa ainda Sobrinho (2011, p.27-28), que as tecnologias, tal qual o governo, “não podem escapar nem do processo de produção nem das condições ideológicas de reprodução/transformação de suas condições de produção”.

Esse foi, pois, o objetivo do presente estudo: remeter o discurso de uma instituição sem fins lucrativos, surgida em meio à expansão da Política do Estado Mínimo no Brasil, ao contexto em que a adequação às novas tecnologias está diretamente vinculada à manutenção das relações de produção.

Nesse sentido, vimos que, na tentativa de dissimular uma parceria entre formações ideológicas antagônicas, a ONG CDI reproduz uma série de contradições ao tentar associar discursos genuinamente antagônicos.

Ainda que ressalte que seu programa de inclusão digital se direciona para o combate às desigualdades sociais, para a **construção de um mundo mais fraterno e justo**, para a **diminuição dos níveis de exclusão** ou para **estimular a igualdade de oportunidades e a democracia**, a organização não objetiva, em verdade, o combate às desigualdades sociais, nem tampouco romper com uma estrutura segundo a qual o indivíduo só vale como força de trabalho, como consumidor, como reprodutor do discurso que os mantém aprisionados a uma lógica desumanizadora.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Desenvolvemos o presente estudo com o objetivo de compreender os efeitos de sentidos que perpassam a proposta pedagógica do programa de inclusão digital da ONG Comitê para Democratização da Informática (CDI).

De início, lançamos a seguinte pergunta: como funcionam ideologicamente os dizeres de uma organização direcionada para a qualificação profissional e a transformação social de moradores de comunidades marginalizadas, levando em consideração que a fundação e expansão da organização se deram a partir da adesão do Brasil à Política de Estado Mínimo?

A escolha desta temática deu-se a partir da necessidade de aprofundar o lugar das ONGs nos dias atuais. De entender, sobretudo, o que essas organizações, particularmente as que desenvolvem ações relacionadas à qualificação profissional, representam de fato para um país onde as desigualdades sociais ainda são marcantes.

Partindo do princípio de que para compreender os sentidos é necessário considerar o discurso em seu processo sócio-histórico de constituição, antes de iniciarmos a análise das cinco sequências discursivas extraídas da proposta pedagógica do CDI direcionamos nosso estudo aos movimentos sociais, focando ações desenvolvidas por estes durante cerca de dois séculos (XIX e XX).

Ou seja, sabendo-se que as primeiras ONGs brasileiras começaram a funcionar entre as décadas de sessenta e setenta, cerca de 170 anos separam as ações organizadas pelos movimentos sociais relacionadas na pesquisa e o surgimento das ONGs.

No nosso entender, esse percurso foi de suma importância, pois, através da história dos movimentos sociais, pudemos visualizar a posição ideológica assumida pelas primeiras ONGs brasileiras, surgidas por meio da articulação com os movimentos sociais, cuja posição se manteve a mesma durante o período abarcado.

É notório observar que as organizações realizavam um trabalho de bastidores, assessorando os movimentos sociais, cuja visibilidade perante a mídia e a opinião pública alcançou seu apogeu entre os anos noventa e oitenta, período marcado pelo processo de redemocratização do país.

Nessa primeira etapa de investigação, após concluirmos que os movimentos sociais direcionavam suas atividades tomando como referência a formação ideológica do trabalho¹⁹ - evitando o contato com a comunidade empresarial, bem como com as formas tradicionais de solidariedade, como a filantropia -, não foi difícil concluir que as primeiras ONGs assumiam uma mesma posição ideológica, indo de encontro aos interesses da classe hegemônica.

Durante vinte anos, aproximadamente, houve por parte das organizações uma postura mais ativa e direta. O único objetivo era o alcance de uma sociedade plenamente democrática e igualitária, que possibilitasse uma vida digna à população. Para isso, contavam com o apoio de militantes de esquerda, da ala progressista da igreja católica e da população. Sem a interferência de agentes externos cujos interesses não estivessem voltados unicamente para as questões sociais, inúmeros embates foram travados contra o Estado, de forma contínua e permanente.

Postura que seria modificada nos anos noventa, não por coincidência na mesma época em que a esquerda mundial entrava em declínio e os países emergentes começavam a aderir à política neoliberal, por imposição do Banco Mundial (BM) e demais organismos multilaterais - controlados pelas nações mais ricas economicamente - a quem esses países recorriam financeiramente, contraindo empréstimos.

Partindo da concepção de que as tomadas de posições representam, em primeira instância, interesses de classes, verificamos que, a partir do momento que rompem com a identidade dos movimentos sociais, adaptando-se à posição contra hegemônica, as organizações inverteram não só as suas crenças, mais, fundamentalmente, o seu papel perante a sociedade; de forma dissimulada, lançam mão das mesmas estratégias discursivas empregadas pelo neoliberalismo.

Ao mesmo tempo em que o novo modelo de organização social começava a se multiplicar no Brasil, observa-se que os movimentos sociais - em contraposição, entram em decadência em termos de aceitabilidade.

Dessa forma, é oportuno destacar que em meados dos anos noventa, isto é, no mesmo período em que a ONG CDI foi fundada, enquanto boa parte dos movimentos sociais passou a

¹⁹ De acordo com Amaral (2007, p.25), “as duas formações ideológicas que orientam a prática da sociedade capitalista” são a formação ideológica do capitalismo e a formação ideológica do trabalho.

ter suas ações deturpadas pela grande mídia, principalmente as que reivindicam a desapropriação de terras para a reforma agrária, os discursos de apelo à solidariedade²⁰, pro outro lado, incentivavam cada brasileiro a se tornar responsável ou corresponsável pela situação de miséria em que se encontrava o país, associando a questão unicamente ao campo do agir moralmente, silenciando, assim, seu caráter histórico-social; acarretando, conseqüentemente, a despolitização da sociedade.

Como vimos, uma série de acontecimentos, provocados pela nova ordem econômica mundial, ocasionaram a decadência dos movimentos sociais em contraposição à multiplicação e maior visibilidade das ONGs.

Ou seja, a ONG CDI não surgiu por acaso, movido apenas pelo desejo de transformar a vida de moradores de comunidades carentes através do acesso à ferramenta computacional, ao contrário do que dá a entender a sua proposta.

Embora destaque que a finalidade de suas ações é possibilitar a formação de cidadãos críticos e combater as desigualdades sociais, cabe lembrar que a entidade - como a maior parte das ONGs brasileiras - é sustentada por multinacionais, organismos financeiros internacionais e pelo próprio Estado, os quais não se associam com as entidades sem fins lucrativos movidos pelo desejo de contribuir com o desenvolvimento de uma sociedade igualitária.

Nas duas últimas décadas, as ONGs encontraram na cooperação internacional o veículo adequado para financiar o apoio à luta pelo que denominam inclusão social. Relação que os organismos internacionais e as multinacionais não podiam estabelecer com os movimentos sociais, que não tinham um enfoque empresarial.

Diante do modelo econômico surgido com capitalismo globalizado, as grandes empresas começaram a sentir mais do que nunca a necessidade de investir em programas sociais, seja em prol do meio ambiente, da educação, esportes, idosos, crianças ou dos adolescentes, entre outros.

²⁰ Idealizada pelo sociólogo Herbert de Souza, a ONG Ação da Cidadania Contra a Fome, a Miséria e pela Vida lançou, em 1993, o programa Ação da Cidadania, cuja finalidade era mobilizar a sociedade brasileira na busca de soluções para questões envolvendo a fome e a miséria. Entre 1993 e 2005, a organização arrecadou mais e 30 mil toneladas de alimentos, doando-as para mais de 15 milhões pessoas carentes. (Fonte: <http://pt.wikipedia.org/wiki/>).

Trata-se, sobretudo, de uma estratégia de marketing com vistas a manter e atrair novos consumidores, em um mercado cada vez mais disputado e exigente. “Uma parte da burguesia deseja remediar as *anomalias sociais*, a fim de garantir a manutenção da sociedade burguesa”, observam Marx & Engels (2010, p.73).

Designada como “burgueses socialistas” essa parte da classe hegemônica, acrescentam Marx & Engels (2010, p.74), não entende, jamais, que a mudança das condições materiais de vida, somente é alcançada “pela supressão das relações burguesas de produção”; em outras palavras, pela via revolucionária.

Na perspectiva de Mészáros (2008, p.45), seria um “milagre monumental” se a sociedade mercantilizada abraçasse plenamente “a grande tarefa histórica de nosso tempo”, quer seja, “romper com a lógica do capital no interesse da sobrevivência humana”. O que almejam, sempre, é manter as relações de produção vigentes, nem que para isso tenham que lançar mão de estratégias discursivas que dissimulam uma relação de parceria entre as classes dominante e trabalhadora.

Conforme visto, a educação funciona como meio privilegiado de propagação de discursos que levam à reprodução das relações de produção. Assim, os mecanismos de inculcação da ideologia dominante conduzem, por meio de termos como cidadania, produtividade e responsabilidade, crianças e jovens a se adequarem ao modelo de comportamento exigido pelo mercado de trabalho.

Elaborada pelos organismos financeiros internacionais para seguir a lógica do capitalismo dos tempos atuais, de modo a atender à divisão internacional do trabalho, a reforma educacional foi um dos principais requisitos do programa de conversão dos países emergentes ao neoliberalismo. A adesão estava diretamente relacionada à centralidade da educação como condição para a redução das desigualdades.

Paradoxalmente, ainda que reproduza de forma enfática o discurso segundo o qual a educação é o único meio viável para se combater a pobreza, uma das exigências para que os países periféricos se ajustassem à política neoliberal foi a de que estas diminuíssem o repasse de verbas para setores essenciais, entre os quais a educação.

A fim de justificar a dificuldade de acesso da maioria da população a uma educação de qualidade, indo de encontro às novas necessidades do mercado de trabalho, cada vez mais

flexível e competitivo, carecendo de mão de obra permanentemente qualificada, os defensores do neoliberalismo, com a conivência da grande mídia, disseminam outro discurso: cada sujeito é responsável pelo sucesso escolar e profissional.

Para tanto, parte-se da premissa de que uma sociedade moderna é aquela na qual só os melhores triunfam. Em outras palavras, o sucesso está vinculado ao mérito e ao esforço individual. Autoconfiança, autodeterminação e potencial criativo são as palavras de ordem na formação social vigente.

Diante da decadência do sistema público de ensino e da exigência de mão de obra cada vez mais qualificada, o próprio Estado, a comunidade empresarial e os organismos internacionais, principais apoiadores do neoliberalismo, sentem a necessidade de estabelecer parcerias com organizações que desenvolvem programas de qualificação profissional, o que acaba atraindo, sobretudo, jovens carentes.

Como não poderia ser diferente, dada a associação com a classe hegemônica, inevitavelmente as organizações acabam se transformando em espaço voltado para a reprodução da ideologia dominante, impondo seus argumentos como verdades que se derivam da natureza dos fatos.

Foi o que percebemos ao analisarmos o discurso do CDI, o qual enfatiza que o combate às desigualdades sociais está atrelado ao contato com a ferramenta computacional, a qual proporcionaria não só a capacitação profissional para o exigente mercado; levaria ainda ao exercício do trabalho social em comunidades carentes.

Conforme vimos, a concepção de trabalho social a que a instituição se refere não tem como finalidade combater as desigualdades sociais no sentido reivindicar condições dignas de vida para a população carente.

Dessa forma, é válido destacar que o sentido de inclusão social empregado pelo CDI é semelhante ao empregado pelo discurso oficial, o que não poderia ser diferente, posto que ambos os discursos são reflexos de uma mesma posição ideológica, isto é, de defesa da manutenção das relações de produção.

Para alcançar a inclusão social, a instituição reproduz o discurso de que primeiro o sujeito tem que está inserido no mercado de trabalho ou se tornar um micro empreendedor.

Paralelamente, os moradores de comunidades carentes são estimulados a se tornarem micro empreendedores. Em outras palavras, a transformação social intermediada pela ONG ocorrerá à medida que o sujeito for capaz de se autossustentar. O Estado, portanto, fica livre dessa responsabilidade.

É interessante observar que não existe o interesse por parte do CDI de realizar um trabalho de acompanhamento de seus ex-alunos. Por mais que ressalte em sua proposta pedagógica que seu programa de inclusão digital tem como finalidade formar cidadãos plenos por meio de uma colocação profissional ou geração de renda, não há o empenho em formar um banco de dados, por exemplo, para saber quais e quantos alunos ou moradores de comunidades carentes alcançaram, através do conhecimento adquirido na ONG, um emprego ou se tornaram empreendedores.

De outro modo, a organização afirma que seu trabalho **impactou** a vida de 1,45 milhão de pessoas em entre 1995 e 2012, formando o que denomina de agentes de transformação, capazes de mudar a sua realidade e a do ambiente em que vivem.

Confirma-se, dessa forma, a hipótese lançada no início da pesquisa. A de que o CDI, por assumir uma posição em conformidade com a formação ideológica capitalista, dissimula uma parceria entre formações discursivas antagônicas com o propósito de manter as relações de produção vigente. E de que a instituição, ao contrário do que afirma, não objetiva diminuir, nem tampouco acabar, com as injustiças sociais, na medida em que não buscar interferir nas estruturas do sistema de base capitalista, silenciando, ao mesmo tempo, que é na própria configuração do mercado que se encontram as raízes da exclusão.

Haja vista a complexidade do tema em questão, certamente as reflexões suscitadas ao longo do presente estudo não terminam com sua finalização. Nos últimos anos, à medida que coletava material bibliográfico, foi notável a ausência de estudos, dentro da área da Análise de Discurso de filiação francesa referentes às ONGs. Esperamos, enfim, que nossa pesquisa contribua para o desenvolvimento de estudos relacionados ao tema, estimulando, assim, outras reflexões, outros olhares.

REFERÊNCIAS

ALTHUSSER, Louis. **Aparelhos ideológicos de Estado**: nota sobre os aparelhos ideológicos de Estado (AIE). 2. ed. Tradução de Walter José Evangelista e Maria Laura Viveiros de Castro. Rio de Janeiro: Graal, 1985.

ÁLVARES, Eliane; KATZ, Evelyn; GOLDBERG, Ruth. Responsabilidade social empresarial: modismo ou modelo de gestão? estudo de casos na indústria farmacêutica. In: FISCHER, Rosa Maria; NOVAES, Elidia Maria (Org.). **Construindo a cidadania**: ações e reflexões sobre empreendedorismo e gestão social. São Paulo: CEATS; FIA, 2005.

AMARAL, Maria Virgínia Borges. **O avesso do discurso**: análise de práticas discursivas no campo do trabalho. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Discurso e relações de trabalho**. Maceió: EDUFAL, 2005.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à análise do discurso**. 7. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1998.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 1998.

CAVALCANTE, Maria do Socorro Aguiar. **Qualidade e cidadania nas reformas da educação brasileira**: o simulacro de um discurso modernizador. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. et al. **Análise do discurso**: fundamentos e prática. Maceió: EDUFAL, 2009.

CIDADANIA digital: como o CDI utiliza a informática e a educação para promover a inclusão social e transformar vidas. Rio de Janeiro: CDI, 2005.

COURTINE, Jean-Jacques. **Análise do discurso político**: o discurso comunista endereçado aos cristãos. São Carlos: EdefSCar, 2009.

COVRE, Maria de Lourdes Manzini. **O que é cidadania**. São Paulo: Brasiliense, 2006.

DEZ anos de conquistas sociais. Rio de Janeiro: CDI, 2004.

DUPAS, Gilberto. **Ética e poder na sociedade da informação**: de como a autonomia das novas tecnologias obriga a rever o mito do progresso. 3. ed. São Paulo: Editora UNESP, 2011.

_____. **Tensões contemporâneas entre o público e o privado**. São Paulo, Paz e Terra, 2003.

FERNANDES, Cleudemar Alves. **Análise do discurso**: reflexões introdutórias. 2. ed. São Carlos: Editora Claraluz, 2008.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. **Miniaurélio**: o minidicionário da língua portuguesa. Coordenação de Margarida dos Anjos; Marina Baird Ferreira. 6. ed. Curitiba: Positivo, 2004.

FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Glossário de termos do discurso**. Projeto de pesquisa: A aventura do texto na perspectiva da teoria do discurso. Porto Alegre: UFRGS/Instituto de Letras, 2001.

_____. O quadro atual da análise de discurso no Brasil: um breve preâmbulo. In: INDURSKY, Freda; FERREIRA, Maria Cristina Leandro. **Michel Pêcheux e a análise do discurso**: uma relação de nunca acabar. São Carlos: Claraluz, 2005.

FERREIRA, Ruth Vasconcelos Lopes. **Desafios e perspectivas**: partidos políticos x movimentos sociais. Maceió: Edufal, 1997.

FIORI, José Luís. **Estado do bem-estar social**: padrões e crises. São Paulo: Instituto de Estudos Avançados da Universidade de São Paulo. Disponível em: <<http://www.iea.usp.br/artigos>>. Acesso em: 10 de jan. 2012.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. Tradução de Moacir Gadotti e Lillian Lopes Martin. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983a.

_____. **Pedagogia do oprimido**. 13. ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1983b.

_____. **Política e educação**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 1995.

GADET, F; HAK, T. (Org.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de Michel Pêcheux. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, 1997.

GOHN, Maria da Glória Marcondes. **História dos movimentos e lutas sociais**: a construção da cidadania dos brasileiros. 3. ed. São Paulo: Loyola, 2003.

_____. **Movimentos sociais e educação**. 6. ed. São Paulo: Cortez, 2005.

_____. Movimentos sociais na contemporaneidade. Rio de Janeiro: **Revista Brasileira de Educação**, v.16, n. 47, p. 333-361. Maio/ago. 2011.

INDURSKY, Freda. Unicidade, desdobramento, fragmentação: a trajetória da noção de sujeito em Análise do Discurso. In: MITTMANN, Solange et al. **Práticas discursivas e identitárias**: sujeito e língua. Porto Alegre: Nova Prova, 2008.

LAMEIRAS, Maria Stela Torres Barros. **Entre os contos de uma posse e o poder da palavra**: “ligações perigosas” entre a mídia, a palavra e o poder político. Maceió: EDUFAL, 2008.

LANDIM, Leilah. **A invenção das ONGs**: do serviço invisível à profissão impossível. 1993. Tese (Doutorado em Antropologia) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, 1993.

LESBAUPIN, Ivo. Hegemonia neoliberal, democracia em declínio e reação da sociedade civil. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Para entender a conjuntura atual**. Rio de Janeiro: Vozes; Iser, 1996.

LESSA, Sérgio; TONET, Ivo. **Introdução à filosofia de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

MALDIDIÉ, Denise. **A inquietação do discurso: (re)ler Michel Pêcheux hoje**. Tradução de Eni P. Orlandi. Campinas: Pontes, 2003.

_____. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, P. Eni (org.) et al. **Gestos de leitura: da história no discurso**. 2. ed. Tradução de Bethania S. C. Mariani et al. Campinas: Editora da UNICAMP, 1997.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. **A ideologia alemã**. Tradução de Álvaro Pina. São Paulo: Expressão Popular, 2009.

_____. **Manifesto do partido comunista**. Tradução de Sueli Tomazini Barros Cassal. Porto Alegre: L&PM, 2010.

MAZIÈRE, Francine. **A análise do discurso: história e práticas**. Tradução de Marcos Marcionilo. São Paulo: Parábola, 2007.

MÉSZÁROS, István. **A educação para além do capital**. Tradução de Isa Tavares. 2. ed. São Paulo: Boitempo, 2008.

_____. **O poder da ideologia**. Tradução de Paulo Cezar Castanheira. São Paulo: Boitempo, 2004.

NOMA, Amélia Kimiko; ROMERO, Ana Paula Hamerski. “Novos” movimentos da sociedade civil, no final do século XX: o terceiro setor na educação. In: AZEVEDO, Mário Luiz Neves de (Org.). **Políticas públicas e educação: debates contemporâneos**. Maringá: Eduem, 2008.

ORLANDI, Eni. **Análise de discurso: princípios e procedimentos**. 10. ed. Campinas: Pontes Editores, 2012.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, Eni P.; LAGAZZI-RODRIGUES, Susy (Org.). **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Discurso e leitura**. 2. ed. Campinas, SP: Cortez; São Paulo: Editora da Universidade Estadual de Campinas, 1993.

_____. **As formas do silêncio**. 6. ed. Campinas, SP: Editora da UNICAMP, 2007.

_____. **A linguagem e seu funcionamento: as formas do discurso**. São Paulo: Pontes, 1996.

PÊCHEUX, Michel. **O discurso: estrutura ou acontecimento**. Tradução de Eni P. Orlandi. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2008.

_____. **Semântica e discurso: uma crítica à afirmação do óbvio**. Campinas: Ed. Unicamp, 1988.

PERFIL institucional. Rio de Janeiro: CDI, 2007.

PIZZI, Laura Cristina Vieira (Org). **Trabalho, educação e qualificação profissional**. Maceió: EDUFAL, 1999.

SANTOMÉ, Jurjo Torres. **A educação em tempos de neoliberalismo**. Tradução de Cláudia Schilling. Porto Alegre: Artmed, 2003.

SILVA SOBRINHO, Helson Flávio da. Redes de sentidos e raciocínios antagonistas: a internet na interface do discurso. In: GRIGOLETTO, Evandra et al. **Discursos em rede: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço**. Recife: Editora da UFPE, 2011.

SOARES, Laura Tavares. **Os custos sociais do ajuste neoliberal na América Latina**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

SOBRE o CDI. Rio de Janeiro. Disponível em: <<http://www.cdi.gov.br>>. Acesso em: 12 out. 2012.

STEIL, Carlos Alberto. Movimento popular e ONGs em tempos de globalização. In: LESBAUPIN, Ivo (Org.). **Para entender a conjuntura atual**. Rio de Janeiro: Vozes; Iser, 1996.

TONET, Ivo. **Educação, cidadania e emancipação humana**. Ijuí: Unijuí, 2005a.

_____. **Educação contra o capital**. Maceió: EDUFAL, 2007.

_____. **Em defesa do futuro**. Maceió: EDUFAL, 2005b.

ZANDWAIS, Ana. **Perspectivas da análise do discurso fundada por Michel Pêcheux na França: uma retomada de percurso**. Santa Maria: Cogitare, 2009.

ANEXOS

ANEXO A – PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA I

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Ao longo de sua existência, o CDI vem desenvolvendo um trabalho pedagógico de educação popular em comunidades menos favorecidas, aplicando em sua metodologia conceitos e valores fortemente fundamentados na pedagogia de Paulo Freire – de educação para a conscientização e a transformação social. **A missão do CDI é a de investir na capacidade das comunidades, principalmente de seus jovens, para que possam exercer ativamente sua cidadania no cotidiano, diminuindo os níveis de exclusão a que estão submetidos.**

Para atingir esses objetivos, a equipe do CDI capacita e assessora moradores das comunidades para atuarem como educadores das EICs e procura fortalecê-los por meio de leituras, pesquisas e debates. O intuito é que aprofundem o conhecimento sobre a realidade em que vivem, percebendo-a em sua dimensão histórica e contexto sociopolítico amplo. Espera-se que os educadores possam motivar e desafiar seus alunos a se engajarem em projetos e ações capazes de promover um mundo menos injusto e desigual.

Na EIC, há um processo contínuo de integração e união do grupo e de estímulo ao exercício da cidadania crítica e ativa. A metodologia utilizada convida os educandos a saírem às ruas para conhecer melhor sua comunidade, seus problemas, sua história, seus valores, seus projetos, seus movimentos e seus sonhos. Realizam-se pesquisas com todas as fontes disponíveis – como jornais, revistas, livros, Internet e entrevistas locais – e a reflexão sobre a informação reunida, depois de contextualizada histórica, social e politicamente, leva o grupo a ampliar a consciência sobre a realidade e a definir possibilidades de ação sobre ela. Após percorrer esse caminho, o grupo seleciona uma das ações que identificou anteriormente e trabalha com a comunidade para colocá-la em prática.

Em todos os momentos do curso, a ferramenta computacional – entre elas, editor de textos, planilha eletrônica e gerenciador de banco de dados – serve de apoio aos alunos, e a ação final pode ser tudo o que a criatividade e a necessidade do grupo forem capazes de pensar: um jornal comunitário, um projeto de autogestão e sustentação de uma área de lazer na comunidade, uma planilha de cálculo que favoreça empreendimentos locais, a construção de um banco de dados de empregabilidade, cartas às autoridades, programas sociais, uma página ou um blog na Internet e muito mais.

Ao longo desse processo – no qual o sujeito não é o indivíduo, mas a comunidade –, o grupo se apropria das tecnologias da informação e comunicação de forma questionadora e inteligente, decidindo quando, como e para que utilizar tais ferramentas.

FONTE: CDI. **Dez anos de conquistas sociais.** Rio de Janeiro: Microsoft, 2004, p.21.

ANEXO B – PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA II

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Além de proporcionar melhor qualificação para os alunos, a Proposta Político-Pedagógica (PPP) do CDI objetiva a promoção da cidadania, utilizando a informática para fomentar a formação de cidadãos críticos e para estimular a igualdade de oportunidades e a democracia.

Os conceitos definidos pelo educador brasileiro Paulo Freire serviram de referencial para a formulação da Proposta do CDI, pois, assim como Freire, a organização acredita que a verdadeira educação deve ser voltada para a coinscientização e a transformação da sociedade, visando à construção de um mundo mais fraterno e justo.

Em resumo, os principais objetivos da Proposta Político-Pedagógica do CDI são os seguintes:

- Oferecer capacitação de qualidade para o uso e a apropriação social das Tecnologias de Informação e Comunicação (TICs) pelas comunidades;
- Fomentar um processo de coinscientização dos indivíduos e sua reflexão sobre a sociedade e seus aspectos;
- Favorecer a criação de um espaço físico para discussão, participação e ação comunitária;
- Possibilitar a construção de conhecimento, a fim de que indivíduos e comunidades exerçam sua cidadania e garantam seu desenvolvimento social, político e econômico.

A equipe do CDI trabalha em conjunto com os educadores, coordenadores e técnicos em montagem e manutenção de computadores dos espaços comunitários que abrigam as EICs, fortalecendo-os por meio de leituras, debates, capacitações e oficinas. A intenção é que, tornando-se mais coinscientes e conhecendo melhor a realidade em que vivem, estes agentes possam motivar suas comunidades a se negajarem em ações para transformar a sociedade.

FONTE: CDI. **Perfil institucional**. Rio de Janeiro: CDI, 2007, p.07.

ANEXO C – PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA III

PROPOSTA POLÍTICO-PEDAGÓGICA

Sob variadas formas, o apoio das empresas tem sido fundamental para o crescimento

da Rede CDI. O próprio modelo de empreendimento social proposto pela organização facilita a concretização de parcerias, uma vez que se baseia na construção da autonomia financeira e organizacional das EICs e num processo de constante acompanhamento. Além disso, **o CDI adota um modelo de gestão e uma proposta político-pedagógica flexíveis, capazes de se adequarem a diferentes realidades socioculturais e aos mais diversos ambientes corporativos, e oferece um projeto de responsabilidade social que confere visibilidade ao investimento.**

Ao longo de dez anos de atividade, o CDI vem firmando vários tipos de parceria com empresas. Em muitos casos, participa dos programas de voluntariado corporativo, capacitando os profissionais dispostos a colaborar com suas ações.

Um grande número de organizações mantém EICs nas comunidades onde estão instaladas, abertas para funcionários ou prestadores de serviço sem acesso a computadores na atividade profissional. Outras financiam a instalação de Escolas em diferentes regiões, apoiam programas específicos ou participam do financiamento das equipes da Matriz e dos Regionais.

Em Santa Catarina, por exemplo, a EIC Reviver foi implantada no Presídio Feminino de Florianópolis graças ao apoio de duas empresas da cidade: a Orcali, de prestação de serviços de limpeza e segurança, que doou os equipamentos; e o Colégio Geração, que doou as cadeiras.

Na pequena cidade de Além-Paraíba (MG), também em função de um grande apoio, o da Accenture Foundation, o CDI consegue dispor de um coordenador pedagógico para acompanhar o trabalho das EICs. A Accenture é uma das mantenedoras do CDI, atua em seu Conselho e contribui para o funcionamento de Comitês Regionais, além de ter participado do planejamento estratégico e de governança da entidade.

FONTE: CDI. **Dez anos de conquistas sociais**. Rio de Janeiro: Microsoft, 2004, p.35.